

2 MA

LÍGIA FERREIRA GALVÃO

**“PRÁTICAS ALTERNATIVAS”?
UMA LEITURA INSTITUCIONAL DA QUESTÃO**

*Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
como parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Psicologia*

São Paulo
2000

LÍGIA FERREIRA GALVÃO

**“PRÁTICAS ALTERNATIVAS”?
UMA LEITURA INSTITUCIONAL DA QUESTÃO**

Volume 2



Dissertação apresentada ao Instituto
Psicologia da Universidade de São Paulo
como parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia
Escolar e do Desenvolvimento Humano

Orientador: Marlene Guirado

São Paulo

2000

T
BF76
G182p
1.2
c.2

**Ficha Catalográfica preparada pelo Serviço de Biblioteca
e Documentação do Instituto de Psicologia da USP**

Galvão, L. F.

“Práticas alternativas”? Uma leitura institucional da questão. / Lígia
Ferreira Galvão. – São Paulo, s.n., 2000. – 2v.

Dissertação (mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de
São Paulo. Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvol-
vimento e da Personalidade.

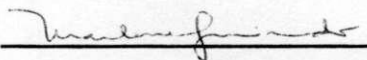
Orientadora: Marlene Guirado

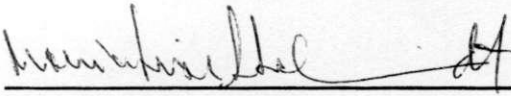
1. Psicologia (práticas alternativas) 2. Psicologia institucional 3.
Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região 4. Análise do discurso
I. Título.

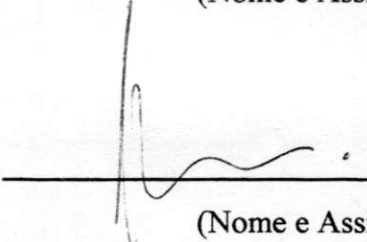
“PRÁTICAS ALTERNATIVAS”?
UMA LEITURA INSTITUCIONAL DA QUESTÃO

LÍGIA FERREIRA GALVÃO

BANCA EXAMINADORA

 MARLENE GUIRADO
(Nome e Assinatura)

 MARIA NILDA S. SEVERINA
(Nome e Assinatura)

 IVANO A. GUASSA AQUINO
(Nome e Assinatura)

Dissertação defendida e aprovada em: 25 08 / 2000

SUMÁRIO

VOLUME 1

LISTA DE TABELAS.....	viii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 O Tema dessa Pesquisa.....	2
1.2 O Termo e suas Origens.....	6
1.3 A Produção Encontrada.....	9
1.3.1 Na Universidade.....	9
1.3.1.1 USP.....	9
1.3.1.2 PUC.....	15
1.3.2 No Conselho Regional de Psicologia - CRP-06.....	20
1.4 Os Eventos.....	26
1.5 Os Estudos sobre o Tema.....	59
1.6 E nós, o que diremos?.....	62
2. METODOLOGIA.....	68
2.1 Considerações Iniciais.....	68
2.2 Sobre o Método.....	70
2.2.1 Instituição e Relações Afetivas.....	72
2.2.2 A Psicologia Institucional.....	78
2.2.3 A <i>análise de discurso</i>	87
2.2.4 Observações Complementares.....	106
2.3 As Instituições Objeto de nosso Estudo.....	108
2.4 Material e Procedimentos.....	110
2.4.1 Material.....	110
2.4.2 Procedimentos.....	114
2.4.3 Dispositivos de Análise.....	118
3. ANÁLISE: DO CRP-06.....	121
3.1 O Conjunto dos Textos Analisados.....	121
3.2 Os Temas.....	124
3.2.1 A Expressão “Práticas Alternativas”.....	124
3.2.2 A Psicologia.....	132
3.2.3 Os Psicólogos.....	146
3.2.4 O CRP-06 - Papel e Posicionamento do Conselho.....	160
3.3 Os Termos Recorrentes.....	177
3.3.1 “Uma Constante Preocupação”.....	177
3.3.2 “Uma Questão Complexa”.....	185
3.3.3 “Temos Ciência”.....	198
4. ANÁLISE: DOS ALTERNATIVOS.....	205
4.1 Os Textos.....	205
4.2 As Particularidades.....	211

4.2.1 Astrologia.....	212
4.2.2 Parapsicologia.....	217
4.2.3 Florais de Bach.....	220
4.2.4 Renascimento.....	222
4.2.5 Terapia de Vidas Passadas.....	227
4.3 Recorrências.....	230
4.3.1 A Psicologia no Discurso dos Alternativos.....	231
4.3.2 A Relação com o Cliente.....	250
4.3.3 O Lugar e o Papel das Práticas e Terapeutas Alternativos.....	262
4.4 Termos Recorrentes.....	268
4.4.1 “Um Novo Paradigma”.....	269
4.4.2 “Nada Mais Que Um Auxílio”.....	275
4.4.3 “Temos Problemas”.....	281
5 CONCLUSÕES.....	289
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - Vol. 1 e 2.....	295
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	303

VOLUME 2

ANEXOS.....	1
A: Íntegra dos Textos Analisados - JCRP-06.....	2
B: Íntegra dos Textos Analisados – Alternativos.....	24
C: Sobre a SBTVP (Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada).....	46
D: Instrução Normativa e Resoluções do Conselho Federal de Psicologia.....	48
APÊNDICES.....	57
1: Parecer Técnico do CRP-06 sobre a Terapia Hoffman da Quadrinidade.....	58
2: Sobre a PNL - Programação Neurolinguística.....	71
3: Correspondência do CRP-06: Encontro Temático (25/04/1996).....	101
4: Texto Apresentado no Encontro Temático (16/05/96) - Ana Bock.....	103
5: Texto Apresentado no Encontro Temático (16/05/96) - Cláudia Vieira.....	111
6: II Congresso Nacional de Psicologia: Sistematização das Deliberações - Parte referente às Práticas Alternativas.....	115
7: Análises Individuais.....	120

ANEXOS

ANEXO A:
Íntegra dos Textos Analisados - JCRP-06

JCRP-002/1981

JORNAL DO CRP-06, n.2, p.3. Ano 1, Mar-Abr, 1981

SEÇÃO: Reportagem

TÍTULO: Pirâmides, uma simples técnica entre tantas?

GESTÃO: Terceiro Conselho

Pirâmides, uma simples técnica entre tantas?

[1] Sua formação é kleiniana. Hoje, quando falam na adoção de uma “linha” de conduta se afirmam ecléticas: “Vamos adotar uma ‘escola’ para cada paciente. Não podemos colocar o indivíduo numa trilha e dizer que ‘tudo é complexo de Édipo’. Portanto, não podemos ser só Freud, só Klein”. Vilma e Adelaide consideram que é um conjunto de fatores que fará com que o indivíduo se modifique. E, para atender as necessidades atuais e reais do paciente, elas podem usar pirâmides, sonoterapia, hipnose, relaxamento, regressão, acupuntura, análise, anamnese. “Todos são igualmente válidos”, argumentam as psicólogas.

[2] “Não nos escondemos atrás das pirâmides”, afirmam Vilma e Adelaide. Os pacientes podem ou não optar por elas.

[3] As psicólogas gaúchas travaram conhecimento com as pirâmides na leitura dos antigos, depois que fizeram cursos e experiências. Segundo elas, trabalhar com pirâmides é trabalhar com a Psicotrônica, originária dos países socialistas (Romênia, Tchecoslováquia, URSS) e que pesquisa a energia, que tem tantas naturezas cuja amplitude sequer foi completamente detetada.

[4] A pirâmide, explicam Vilma e Adelaide, é um simples condensador e distribuidor de energia cósmica ou ódica. Ela nada mais faz do que captar energia através das pontas, criando dentro um campo de força. Seu princípio é o de que o desequilíbrio da energia cósmica afeta o equilíbrio da energia calórica e o da telúrica, gerando desequilíbrios somáticos e psíquicos. A doença, assim, é consequência de uma descompensação de energia.

[5] Na sua lide com os pacientes, Vilma e Adelaide não tomam as pirâmides com um “método” de atuação. É uma técnica, entre tantas, que dá resultados que consideram positivos. “Não se trata de bruxaria, como pode ver”, dizem as psicólogas. Na defesa da liberdade de serem “ecléticas”, Vilma e Adelaide argumentam que boa parte dos profissionais geralmente não admitem que

abandonaram a “ortodoxia” na sua prática diária, uma vez que uma “linha” bem definida por enquanto é o que há de mais aceito do ponto de vista institucional.

[6] O que é válido ou não no tratamento de um paciente? Quais os métodos e as técnicas que um psicólogo pode utilizar? Quando um método ou uma técnica podem ser considerados científicos? A resposta, ou as respostas não estão no bolso do colete, a menos que a verdade seja propriedade privada. Ora, como a ciência está sendo, não é um produto acabado à venda nas boas casas do ramo, tomemos, para começo de conversa, que uma ciência é, pelo menos, um conhecimento sistematizado. Na área da Psicologia, como de resto em qualquer área do conhecimento, todo dia surgem novidades. Novidades, sim. Não milagres. A proposta do CRP-06 é abrir espaço para a discussão, a troca de idéias e experiências. Pelo sim e pelo não. Assim, o jornal do CRP-06 inicia uma série de reportagens com os profissionais de Psicologia e seus inúmeros métodos e técnicas de trabalho.

Começamos pelas pirâmides.

[7] Adelaide Menezes Guedes e Vilma Maria Albuquerque Vale, gaúchas de origem, são psicólogas formadas pela PUC de Porto Alegre (primeira turma de Psicologia daquela Universidade) e trabalham em São Paulo desde o começo da década passada. Sua formação é sólida, de uma época na qual os estágios e a formação analítica precisavam ser feitos na Faculdade de Medicina porque praticamente inexistiam psicólogos na área de formação. Trabalharam em educação, indústria, clínica e pesquisa de testes.

JORNAL DO CRP-06, n. 41, p.2, Ano 6, Jan-Fev, 1986

SEÇÃO: Editorial

TÍTULO: Sem título

GESTÃO: Palavra Aberta

[1] - *“Como será meu dia hoje? Acho que vou ler o que os astros me reservam para hoje...”*

[2] A intenção contida na frase acima, saber o que nos aguarda no futuro, imediato ou distante, é um modo de ser peculiar ao ser humano. Saber o que pode ocorrer em nosso futuro, saber como somos (Será que sou bom companheiro? sou inteligente? tenho personalidade?), saber como são as pessoas com quem me relaciono (minha namorada me ama? Fulano é meu amigo?), saber sobre nossas capacidades: saber sobre nossas emoções, enfim saber sobre si próprio, presente passado, futuro, potencialidades, etc. etc. etc...

[3] O ser humano sempre buscou esse conhecimento de seu ser no mundo; é uma necessidade genuína, própria ao ser humano e que cada indivíduo a traz presente em seu cotidiano modo de ser. Claramente, expressa ou não, o fato é que está sempre presente. Em algumas situações essa necessidade se tornará mais urgente, como em momentos de decisões vitais (por exemplo, escolha de uma profissão, de um emprego, de um par). É essa necessidade que gera o conhecimento na sociedade humana, em seus vários horizontes, filosóficos, científicos, literários, psicológicos e outros. Mas e, principalmente, tal modo de ser peculiar ao ser humano, como dito acima, está presente no cotidiano de nossa vida.

[4] Vendo essa necessidade na perspectiva de um indivíduo singular podemos entender, sem esgotar a amplidão de tal perspectiva, como é atraente ao indivíduo as previsões, explicações, justificativas que surgem das mais diversas origens, religiosas, místicas, científicas que possam lhe assegurar maior controle e sucesso em seus empreendimentos vitais. Assim podemos entender algumas das motivações que podem levar um indivíduo a ler um horóscopo, a ler determinado livro, a buscar determinada ciência, a fazer um teste psicológico.

[5] Assim entendemos, também, porque os “testes” que aparecem em revistas, principalmente as ditas femininas, exercem uma grande atração no ser humano. A

validade de tais “testes”, enquanto perspectiva de “medirem” ou “diagnosticarem” o que se propõem “medir” ou “diagnosticar” é secundária: sua função é lúdica; serve como “passatempo”, embora, é claro, muitas pessoas que realizam tais testes podem acreditar em seu resultado e se pautar por ele. Geralmente são “testes” do tipo: Você é extrovertido ou introvertido? teste sua memória; veja como vai sua vida afetiva. São feitos, comumente, em forma de teste de múltiplas escolhas, com um **score** final que remeterá o leitor a uma determinada interpretação qualquer. Tais “testes” utilizam-se de terminologias que lembram termos da ciência psicológica o que leva muitos leigos a julgarem estar, de fato, sendo “apreciados” em seus aspectos psicológicos, tal como se, realmente, houvessem feito um teste padronizado e cientificamente válido.

[6] Com relação a tal situação cabe, a nós psicólogos, quer individualmente, quer através de suas entidades representativas, esclarecer ao público a diferença que existe entre esses testes e os testes feitos por um profissional habilitado para tal mister. Esses testes, embora nos desagradem enquanto profissionais, cumprem uma determinada função dentro da perspectiva do indivíduo humano em sua busca de seu ser no mundo, podemos criticar tais testes, mas não temos o poder e, creio, o direito de impedir tais publicações, mesmo porque foge ao âmbito do exercício da profissão de psicólogo.

[7] No entanto, de alguns anos para cá, talvez devido ao cambiante e inseguro ambiente social que nos envolve; nesse período de grandes dúvidas, onde a necessidade de se conhecer e de se localizar dentro desse nosso mundo contemporâneo tem se tornado cada vez mais premente, fez com que surgissem publicações que interferem diretamente em nosso campo profissional de psicólogos. Com relação a esse aspecto, interferência indevida de tais publicações em nossa área de conhecimento, nós do CRP-06, CFP e demais CRPs iremos lançar mão de todos os instrumentos possíveis para defender nossos direitos e preservar a validade de uma das ferramentas importantes em nosso trabalho, o teste psicológico.

[8] Entretanto, o aspecto que aqui quero abordar não é o da defesa de nossa profissão, que creio por demais óbvia. Quero apontar o prejuízo que tais publicações causam à população em geral, ao povo, essa massa de “desconhecidos” indivíduos que acabam por entrar em contato com tais publicações; preocupação que passa

longe dessas empresas que, visando exclusivamente seus lucros, não têm a mínima consideração com prejuízos que possam causar em seu público leitor.

[9] Um dos mais evidentes prejuízos está na própria relação que um leitor de tais publicações passa a estabelecer com o teste psicológico, passa a ver tais testes como provas a serem vencidas, como se tratasse de uma competição, no seu sentido mais negativo, e onde o “não passar” em tais testes é visto como uma derrota pessoal, como se tornasse uma pessoa portadora de uma deficiência grave. Torna o teste psicológico um “inimigo” que deve ser vencido e não aquilo que de fato o teste é, um instrumento que auxilia ao próprio indivíduo a se conhecer, dentro de uma perspectiva própria de um campo do conhecimento humano, a psicologia.

[10] Outro é o de tornar tais testes, publicados com dicas de como melhor sair-se neles, com um grau não quantificável de incerteza quanto a seus resultados (por exemplo, em uma situação de seleção de pessoal, situação já por suas próprias características altamente ansiogênica) passando a dificultar ao profissional a correta avaliação das respostas obtidas em tais testagens. Mas o mais grave prejuízo, nessa situação de testagem para seleção de pessoal, fica com o próprio candidato, que ao tentar seguir as dicas lidas estará na prática tentando ser outra pessoa que não ela mesma, causando efeito contrário ao “pretendido” em tais publicações, pois esquecem esses senhores “empresários” que o teste psicológico não “inventa” uma pessoa. O teste psicológico reflete, traduz o que uma pessoa é, e portanto um candidato que seguir as dicas estará tentando deixar de ser “si mesmo” para não ser nada, ou, dito de outra forma, ser algo que não é, com grandes chances de se confundir e obter o resultado inverso, fazer um teste de qualidade pior.

[11] Essas empresas, visando lucros, desrespeitam a toda uma classe profissional, por procurarem invalidar um instrumento importante, por criarem um clima de competição negativa com os testes e, é claro, por decorrência, criarem um clima de competição com o próprio profissional psicólogo, lançando uma imagem desse profissional como alguém que existe para impedir, para frustrar seu sucesso na vida, quando é justamente o oposto que nós, psicólogos, pretendemos ser.

[12] Só há uma forma de terminarmos esse editorial: “agradecendo” a tais empresas o grande “serviço” que estão prestando à população e que durmam tranquilas pelo dever cumprido.

JCRP-062/1989

JORNAL DO CRP, n.62, p. 6, Ano 9, Set-Out, 1989

SEÇÃO: Palavra do CRP-06

TÍTULO: No caso de Astrologia e Terapia de Vidas Passadas

GESTÃO: Palavra Aberta II

No caso de Astrologia e Terapia de Vidas Passadas

[1] Desde o segundo semestre do ano passado, por ocasião do I CONPSIC, o CRP-06 abriu um debate a respeito do crescente uso de práticas - como a astrologia, parapsicologia e tarô - que se dizem associadas à Psicologia. Na época, o Conselho se colocou, de modo claro e público, contra a utilização de tais recurso, por não reconhecê-los enquanto técnicas psicológica. Apesar do posicionamento contrário, a entidade adotou uma atitude aberta em relação à questão: propôs discuti-la amplamente, no sentido de definir limites precisos, ao invés de simplesmente proibir o uso desses instrumentos, o que, aliás, poderia fazer por atribuição legal.

[2] Assim, para dar continuidade e aprofundar a reflexão iniciada sobre o assunto, a Comissão de Orientação e Fiscalização desenvolveu, em maio último, estudos que resultaram num parecer acerca de uma das modalidades dessas práticas: a terapia de vidas passadas. Durante o mesmo mês, contudo, um fato novo veio esquentar ainda mais a discussão: o Jornal "O Estado de S. Paulo" divulgou a proposta da Faculdade Metropolitanas Unidas de introduzir a disciplina (optativa) "Parapsicologia e Astrologia Aplicada à Clínica de Psicoterapia" no currículo do seu Curso de Psicologia. A mesma notícia foi também publicada pela "Folha de S. Paulo", que debateu o tema com maior intensidade.

[3] Diante do ocorrido, o Conselho se pronunciou na imprensa, veiculando sua discordância quanto à inserção da disciplina pretendida no curso de formação dos psicólogos. Além disso, enviou também ofício à FMU (com cópia encaminhada ao MEC) reiterando idêntica posição. A divergência teve efeito positivo: em junho, a diretoria da Faculdade cancelou a inclusão da matéria, que seria lecionada pelo psicólogo Luiz Delfino da Costa Mendes.

[4] Nossa postura, nesse caso, se fundamentou no seguinte pressuposto: a Psicologia tem seu próprio corpo de conhecimentos desenvolvido (de modo a ser aplicado no campo da terapia) que não se vincula, de maneira nenhuma, às técnicas

difundidas pela parapsicologia e astrologia, tais como o mapa astral. Não questionamos o estudo dos referidos conjuntos de conhecimento, desde que os mesmos não sejam incluídos enquanto recurso ou instrumentos pelos psicólogos na sua prática profissional.

[5] Já, em relação à terapia de vidas passadas, o parecer do Plenário deste CRP-06 se pauta nesta constatação: o objetivo focalizado por essa linha psicoterápica é explicitamente a suposta “vida passada” ou “vidas passadas” do paciente. Assim sendo, ela se baseia, necessariamente, na crença da reencarnação que se constitui - pelo menos até o momento - em princípio religioso. Neste sentido, a sua prática foge do âmbito das teorias psicológicas.

[6] O compromisso do CRP-06 com a qualidade dos serviços oferecidos à população baseia a posição adotada. Com a mesma perspectiva, reprovamos igualmente a publicidade feita por profissionais que associam outros títulos à sua profissão, como por exemplo, psicólogo-médium, psicólogo-astrólogo. A relação terapêutica em Psicologia é bem distinta da estabelecida por essas outras práticas. Por isso, aqueles que divulgam esses títulos juntos estão, no mínimo, enganando o público.

JCRP-078/1992

JORNAL DO CRP-06, n. 78, p.3, Ano 12, Jul-Ago, 1992

SEÇÃO: Não indicada

TÍTULO: Alerta à População

GESTÃO: Movimento

Alerta à População

[1] No dia 28 de junho último, os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia fizeram uma campanha nacional, com o objetivo de fornecer informações à população sobre os serviços psicológicos. A campanha se iniciou com a publicação de matéria paga (cujo texto reproduzimos abaixo) nos jornais de maior circulação, em todas as regiões do país e, ao mesmo tempo, foram distribuídos 10 mil cartazes (contendo o mesmo texto) em locais estratégicos, como postos e centros de saúde, hospitais, faculdades etc, nas principais cidades do Brasil.

[2] Hoje, existe a oferta de inúmeras técnicas de tratamento alternativo (florais de bach, cristais, astrologia, terapia de vidas passadas etc) que são divulgadas como sendo instrumentos da Psicologia. Os Conselhos não reconhecem a validade científica de tais técnicas e se preocupam com os efeitos que estas podem causar nos seus usuários.

[3] As medidas institucionais que visam conter o uso dessas práticas no exercício profissional do psicólogo já estão encaminhadas, mas é necessário também esclarecer a sociedade quanto ao seu direito de exigir qualidade nos serviços que lhe são prestados.

[4] Para ampliar a divulgação do "Alerta à População", os Conselhos Regionais fizeram um trabalho junto à imprensa, propondo matérias a respeito da questão.

[5] Abaixo segue a íntegra do texto utilizado na campanha:

[6] O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, no uso de suas atribuições legais e do interesse social, fazem este alerta à sociedade:

- 1) A Psicologia se baseia em conhecimentos científicos. Ao procurar um psicólogo, informe-se sobre seu método de trabalho. Discuta com ele se suas necessidades e expectativas podem ser atendidas por este profissional. [7]

- 2) A Psicologia não faz milagres. Práticas místicas e adivinhatórias não são técnicas da Psicologia. [8]
- 3) Técnicas ditas terapêuticas que propõem soluções imediatas de problemas psicológicos não têm o nosso reconhecimento. Em caso de dúvida consulte o Conselho de Psicologia. [9]
- 4) Só pode exercer a profissão de Psicólogo aquele que estiver inscrito no Conselho de Psicologia de sua região. É direito seu solicitar a apresentação da carteira de identidade profissional do psicólogo. [10]
- 5) Uma das atribuições do psicólogo é aplicar, apurar e fazer uso de testes psicológicos. Não leve a sério diagnósticos baseados em testes aplicados por profissionais não-habilitados ou divulgados em revistas não-científicas. [11]
- 6) O estagiário de psicologia é um estudante do curso de graduação. A sua atuação deve estar obrigatoriamente sob a responsabilidade de um psicólogo supervisor devidamente registrado no Conselho de Psicologia. [12]
- 7) Havendo um atendimento não adequado pelo psicólogo, procure orientação no Conselho de Psicologia. [13]

JCRP-081/1993

JORNAL DO CRP-06, n. 81 [b]¹, p.3, Ano 13, Jul, 1993

SEÇÃO: Não indicada

TÍTULO: Práticas Alternativas: algumas faces da questão

GESTÃO: Psicologia e Cidadania

Práticas Alternativas: algumas faces da questão

[1] (*Lead*) ALÍVIO, O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL. UM TANTO DE MAGIA E MISTÉRIO PARA RESGATAR A FÉ, A LUZ, ANTES DO FIM DO TÚNEL. ALGUÉM QUE COMPREENDA PERFEITAMENTE O QUE ESTOU SENTINDO, SABE E TEM O QUE PRECISO PARA ME SENTIR MELHOR. RESPOSTAS, RECEITAS, PRÁTICAS ALTERNATIVAS...OU ALTERNATIVAS PRÁTICAS. ESTA PARECE SER A DEMANDA DO HOMEM APRESSADO, ANSIOSO, ESTRESSADO E EMPOBRECIDO DESTE FIM DE SÉCULO.

[2] A Comissão de Psicoterapias do CRP-06 está empenhada em transformar esta demanda em questão, em propiciar o encontro e o diálogo entre as práticas alternativas e a instância capacitada para avalizá-las ou não, que é a Academia.

[3] Ao Conselho não é dado julgar nem tampouco ignorar as novas maneiras de pedir e oferecer respostas. Ao Conselho cabe favorecer, através dos recursos que dispõe, a observância dos princípios éticos que dão sustentação à prática profissional da Psicologia, garantindo minimamente que os referenciais sejam comuns, públicos e acessíveis: tanto para os que fazem formação em Psicologia, quanto aos profissionais psicólogos como àqueles que se servem dos serviços psicológicos prestados por estes profissionais.

[4] As práticas alternativas estão hoje nas portas das salas de aula da Psicologia, de maneira informal, mas estão. Nem as universidades nem o Conselho podem ficar omissos ao "barulho" que as práticas alternativas estão fazendo e que repercute em vários segmentos da sociedade. Isto sinaliza que o campo de atuação da Psicologia precisa ser repensado.

[5] Por quê as chamadas "alternativas" têm obtido espaço junto ao público leigo?

[6] Na verdade, a Psicologia é um conhecimento em construção e o dogmático pode inibir seu desenvolvimento. Neste sentido, a Psicologia Clínica, em

¹ Essa deveria ser a edição número 82 do jornal, mas foi publicada com a mesma numeração da edição anterior. A edição subsequente aparece como sendo a 83. Nossa inclusão da letra b entre colchetes tem a finalidade de distinguir as duas edições (n.81, Mar-Abr, 1993 e n. 81, Jul, 1993).

especial no Brasil, não pode negar a realidade de um país que sofre uma crise sócio-econômica, bem como a desinformação do público leigo quanto às linhas de atuação e objetivos das Psicoterapias.

[7] A população em crise, desinformada, busca saídas para o alívio de suas angústias. O místico, o mágico e o imediato são sedutores. Cabe, porém, aos psicólogos a consciência profissional sobre o que têm a oferecer. O conhecimento da Psicologia Clínica necessita abrir caminhos junto ao espaço acadêmico para uma avaliação séria quanto às novas alternativas de trabalho. O tempo e a dedicação são seus grandes aliados.

[8] Se a efervescência das práticas alternativas, por um lado, possibilita a ação de pessoas inescrupulosas ou malpreparadas academicamente, que encontram campo aberto e propício na ingenuidade e sofrimento daqueles que os procuram; por outro, há profissionais que buscam honesta e seriamente desenvolver um trabalho inovador.

[9] Temos ciência da complexidade deste tema, bem como da necessidade de contextualizarmos a discussão referente às práticas alternativas no âmbito das psicoterapias em geral.

[10] Não queremos escamotear as divergências, dúvidas e a necessidade de se tomar posições em relação às práticas alternativas, mas a nossa proposição é a de desenvolver e promover junto ao meio acadêmico e científico o que lhe compete: discutir, avaliar, criticar e produzir conhecimento.

[11] Parece inquestionável a existência de uma procura de atendimento para a resolução de problemas psicológicos, o que não significa necessariamente a busca de psicoterapia. Essa não equivalência nos remete a vários estratos possíveis de explicação:

- O acesso limitado da população aos serviços psicoterápicos. [12]
- O modelo clínico aprisionado ao atendimento em consultório particular. [13]
- A indefinição do campo da psicoterapia. [14]
- Os múltiplos e variados modelos teóricos e técnicos que problematizam a formação e acabam promovendo opções baseadas em meras simpatias e superficialidades. [15]
- A formação de “guetos” teóricos e técnicos que não produzem intercâmbios. [16]

- A dinâmica de circuito fechado que tem sido característica dos iniciados no exercício da psicoterapia, na medida em que se retro-alimentam na seguinte cadeia: o psicoterapeuta, o paciente, o supervisor, o grupo de estudos e o aluno de Psicologia. Assim, propiciam um modelo narcísico de organização que se distancia tanto da comunidade leiga quanto da comunidade científica. A prática da psicoterapia pode adquirir tendência autofágica do psicoterapeuta, o que acaba por restringir a Psicologia para psicólogos. [17]
- A formação precária dos psicólogos, evidenciada pelos inúmeros problemas do exercício profissional que chegam ao conhecimento do CRP. [18]

[19] Cabe aos profissionais responsáveis avaliar a inserção da sua atuação na comunidade, a bagagem teórica e prática da Psicologia e a pertinência a um campo mais amplo que aquele das seitas preferidas.

[20] Como diz Piera Aulagnier: "Nossa profissão coloca duras provas ao nosso narcisismo."

[21] *Artigo elaborado pela Comissão de Psicoterapias*

JCRP-086/1994

JORNAL DO CRP-06, n. 86, p.14, Ano 14, Mar-Abr, 1994

SEÇÃO: Não indicada.¹

TÍTULO: Sincretismo Ocupacional

GESTÃO: Psicologia e Cidadania

Sincretismo Ocupacional

[1] No terceiro domingo do mês de fevereiro, o repórter Ernesto Paglia apareceu na telinha da Globo, instalado em um divã, para experimentar a terapia de regressão a vidas passadas. Na mesma reportagem, ele foi ouvir o presidente do CRP-06, Odair Sass, que o esclareceu: esse assunto não é da área de Psicologia. As chamadas “práticas alternativas” se popularizam no País, a exemplo do que acontece no mundo, e se constituem numa preocupação constante para os psicólogos: a mesma tendência de misturar as coisas, que resultaram na salada de religiões e práticas místicas que resultam no sincretismo religioso do Brasil, ameaça também a Psicologia.

[2] O Conselho Regional de Psicologia, da 6ª Região, não condena - nem defende - as “práticas alternativas”. Afirma que, até que se prove o contrário, elas não se encaixam no campo de conhecimentos da Psicologia. Do ponto-de-vista desses conhecimentos, a Psicologia é uma ciência, na qual se opera com métodos próprios e técnicas específicas, que foram instituídos graças a teorias submetidas a comprovações práticas através dos tempos. Métodos e técnicas psicológicas surgem de descobertas científicas, enquanto “práticas alternativas” podem decorrer, por exemplo, de descobertas espirituais.

[3] Os “Pré-Congressos” e o “Congresso Regional de Psicologia” deverão se constituir em oportunidade para que se busque alguns esclarecimentos e posicionamentos em torno desse tema. É bastante difícil definir o que exatamente faz parte do exercício profissional da Psicologia e o que integra o campo de “práticas alternativas”.

[4] Normalmente, é mais fácil perceber o que não é Psicologia: o que envolve religião, por exemplo, se baseia em dogmas, não em comprovação científica; “florais

¹ Aparece como box destacado, junto a outro artigo, intitulado: *A decadência do “clinicalismo” - é imperativo repensar a prática clínica.*

de Bach”, como se informa, se baseia em física quântica, que não faz parte da gama de conhecimentos que constituem a Psicologia; musicoterapia também não é Psicologia, embora possa ser usada pelos psicólogos como um recurso extra no desenvolvimento do trabalho psicológico.

[5] Os psicólogos não entram no mérito da questão, pois não é propósito da categoria discutir a eficácia das “práticas alternativas” no tratamento - ou cura - de problemas psíquicos. O ponto fundamental é que essas práticas se baseiam em pressupostos místicos, religiosos, espiritualistas ou em qualquer outra forma de conhecimento que não tem vínculo com a Psicologia. Mesmo a literatura, classificada como de “auto-ajuda” e, as vezes, apresentada como se tivesse um conteúdo psicológico, não tem qualquer compromisso com a ciência da Psicologia. E, normalmente, se aproxima muito do senso comum, ao afirmar, por exemplo, que o pensamento positivo faz bem às pessoas.

[6] A preocupação dos psicólogos, encampada pelo CRP-06, é com as possibilidades de as pessoas que exercem “práticas alternativas” se apresentarem como profissionais da área e também de usarem métodos e técnicas da Psicologia nos atendimentos que dão a seus clientes. Nesse caso, há um exercício indevido/ilegal da profissão. O psicólogo, que entra nessa área, está se desvinculando do processo científico e, portanto, do exercício profissional - não pode apresentar o seu procedimento como trabalho psicológico. Pode ser que um dia, com o avanço dos conhecimentos, algumas dessas práticas se integrem ao campo da Psicologia. E é interesse do CRP-06 propiciar condições de avanço.

JCRP-098/1996

JORNAL DO CRP, n. 98, p. 9, Ano 16, Mar-Abr, 1996

SEÇÃO: Congressos da Psicologia

TÍTULO: Temas Prioritários: formação e exercício profissional

GESTÃO: Psicologia em Ação

Temas Prioritários: formação e exercício profissional

[1] (*Lead*) OS TEMAS LIGADOS AO COTIDIANO DO PSICÓLOGO DEVERÃO PROVOCAR AS MAIORES POLÊMICAS DOS CONGRESSOS. CONSELHO PRETENDE BATER FIRME NA FORMAÇÃO E NAS PRÁTICAS QUE FORTALECEM A CULTURA DA EXCLUSÃO

[2] Se a organização política e a natureza das entidades não serão as responsáveis pelas maiores polêmicas que se espera para os Congressos deste ano, o mesmo não acontece em relação à formação e ao exercício profissional do psicólogo. Os temas selecionados prometem muita discussão, não só pela sua abrangência, mas também por terem sido, desde o Congresso passado, os que mais suscitaram problemas e deram margem a interrogações na prática profissional.

[3] A questão da avaliação psicológica, por exemplo, já vem sendo questionada por grande parte da categoria há algum tempo. E, a se considerar as tendências esboçadas por eventos anteriores tratando do mesmo tema no âmbito do CRP-06, a utilização dos instrumentos da psicologia deverá ser questionada em suas bases ideológicas. A grande questão deverá girar em torno de um posicionamento dos psicólogos em relação à prática que contribui para a cultura da exclusão, respaldada em laudos, testes e todo o instrumental desenvolvido pela psicologia. Também os atestados psicológicos para efeito de licença-saúde serão discutidos no tema da avaliação psicológica.

[4] Além da ética na utilização, os próprios instrumentos deverão entrar em debate, onde, espera-se, sua consistência, adequação, validação e fundamentos teóricos deverão ser a baliza para qualquer decisão. Na definição de Cristina Amélia Luzio, conselheira-presidente do CRP-06, o tema da avaliação psicológica terá muitas vertentes. "Precisamos avaliar os fundamentos da aplicação dos instrumentos psicológicos para podermos delimitar sua abrangência e limitações. Hoje, muitas vezes há uma supervalorização do psicólogo por esse instrumental e isso determina uma extrapolação da própria finalidade dos laudos e testes." O assunto, portanto, promete provocar reações, pois, apesar de todos os questionamentos, os testes e

laudos continuam sendo o baluarte de grande número de profissionais no momento de emitir um parecer. Mas o que se espera é a deliberação de diretrizes políticas para o trato da questão.

[5] Outro assunto que promete incendiar o plenário são as práticas alternativas. Trata-se de questão complexa e que vem suscitando posições variadas entre os profissionais, tendo aqueles que defendem sua total recriação pelos Conselhos até os que reivindicam seu reconhecimento indiscriminado. Como ainda não há um acúmulo de discussão a respeito, até onde se tem notícia, cada Conselho Regional tem tratado a questão de acordo com sua realidade. No âmbito do CRP-06, as decisões tomadas nos Congressos de 1994 vêm norteando as discussões. E a tendência é que a Sexta Região leve para o Congresso Nacional a mesma política que já vem adotando, de tentar discutir as práticas alternativas em relação aos princípios básicos que determinam o campo de conhecimento da psicologia. 'Até agora não temos resultados que comprovem que elas pertençam ao campo da psicologia. Portanto, continua valendo a orientação de que se configura como infração ética o profissional psicólogo trabalhar com qualquer prática alternativa vinculando esse exercício à psicologia. Essa será a posição que nós, do Conselho, defenderemos nos debates do Congresso Regional', adiantou Tozoni.

[6] De acordo com essa posição, a preocupação básica do Conselho é garantir a qualidade dos serviços prestados pelo profissional da psicologia. Nesse sentido, a discussão sobre as práticas alternativas não vai se deter em exames de cada uma das chamadas terapias alternativas. O que se pretende com o tema é evidenciar a perspectiva de que o Congresso consiga contribuir para estabelecer uma relação crítica da psicologia junto à sociedade em defesa da cidadania. 'Não caberá ao Congresso estar discutindo qualquer das chamadas terapias alternativas, mas sim estar deliberando uma política nacional em relação a essas práticas,' informou Trujillo.

Categoria quer mudanças no atendimento psicológico

[1] (*Lead*) DEBATES APONTARAM NECESSIDADE DE PROFISSÃO VOLTAR-
PARA REALIDADE SOCIAL

[2] Os psicólogos do Estado de São Paulo pretendem mudar vários aspectos da prática profissional, adequando os modelos de atendimento psicológico à realidade brasileira. O objetivo é substituir o atendimento em que prevalece o princípio de identificar e curar doenças por uma intervenção que leve em conta a dinâmica social em que os indivíduos estão inseridos. Esta é a conclusão final para a qual apontam as teses aprovadas no II Congresso Regional da Psicologia, que aconteceu no mês de junho, em São Paulo, e deverão ser levadas por 36 delegados ao II Congresso Nacional da Psicologia, em agosto, em Belo Horizonte.

[3] Segundo o psicólogo André Ricardo Oliveira Nogueira, presente ao Congresso Regional e que também será delegado por São Paulo ao Congresso Nacional, o evento deste ano permitiu aprofundar as discussões sobre as propostas apresentadas pela categoria. "Depois da experiência acumulada no I Congresso, o encontro deste ano evocou muito a necessidade de o psicólogo trabalhar para a transformação da sociedade. Acho esse um grande avanço para a profissão e para a organização da categoria."

[4] Foram discutidos temas diretamente ligados ao dia-a-dia do profissional no trato com a população, tais como: avaliação psicológica, as práticas atualmente conhecidas como "terapias alternativas", critérios para abertura e fechamento de cursos de psicologia, os estágios supervisionados e as clínicas-escola. Os psicólogos avaliaram também a legislação que regulamenta a profissão (Lei 4.119/62) e a que regulamenta a existência dos Conselhos de Psicologia (Lei 5.766/71). Os temas foram debatidos por 136 delegados de todo o Estado, eleitos em pré-congressos realizados em vários municípios durante os meses de maio e junho.

ABUSOS COM TESTES PSICOLÓGICOS

[5] A utilização indiscriminada de testes psicológicos foi um dos temas discutidos no Congresso. Muitos profissionais têm questionado os fundamentos teóricos e a validade desses testes para a população brasileira, já que quase todos eles são elaborados em outros países e aplicados aqui sem nenhuma adequação. Durante o Congresso, os psicólogos condenaram a avaliação psicológica baseada unicamente nesse instrumento.

[6] Foram discutidos os problemas que os profissionais enfrentam no dia-a-dia para realizar as avaliações psicológicas em instituições públicas. Em várias áreas de atuação (Poder Judiciário, escolas, trânsito, recursos humanos etc.) faz parte da rotina de trabalho do psicólogo proceder à avaliação psicológica antes de propor qualquer tipo de intervenção. A categoria questionou os objetivos que essas avaliações cumprem nessas instituições. Segundo Cristina Amélia Luzio, conselheira-presidente do CRP, a grande proliferação de testes psicológicos e sua utilização indiscriminada têm sido uma das preocupações constantes do Conselho. “Condenamos a utilização, tão comum hoje em dia, da avaliação como um recurso para a disseminação da chamada cultura da exclusão social”, disse.

[7] Para Cristina Amélia, as discussões sobre a avaliação psicológica permitiram reafirmar princípios que já vêm sendo defendidos por grande parte da categoria há algum tempo. Nesse sentido, o grande avanço foi a mudança de enfoque na abordagem da avaliação psicológica. Se no início das discussões sobre as questões da psicologia no Congresso passado o tema era focalizado a partir do indivíduo, ao final do evento deste ano as teses aprovadas apontavam para a contextualização da avaliação psicológica no fenômeno sócio-cultural dos dias de hoje.

PREOCUPAÇÕES COM AS PRÁTICAS ALTERNATIVAS

[8] A polêmica sobre as chamadas práticas alternativas também foi uma das preocupações centrais dos delegados. As discussões giraram em torno da identificação das chamadas “terapias alternativas” (tarô, florais de Bach, búzios, terapia de vidas passadas, etc.) à ação psicológica. Como ponto central da discussão estava a grande procura por essas práticas e por que estão sendo confundidas com as técnicas psicológicas, para que se possa pensar ações políticas para enfrentar o problema.

[9] Os delegados decidiram que as técnicas ainda sem reconhecimento da comunidade científica não sejam associadas à psicologia. Essa posição é compatível com a política adotada pelo CRP, que vem orientando os profissionais a não vincularem essas práticas ao seu título.

[10] Segundo a conselheira Cláudia Maria Sodré Vieira, o grande mérito da discussão foi reverter a expectativa de que o CRP tomasse para si uma decisão que é de âmbito mais geral. Quando o tema começou a ser debatido, alguns grupos defendiam que o Conselho referendasse as práticas alternativas e outros que ele as condenasse. O CRP, no entanto, avaliou que era necessário aprofundar as discussões sobre a questão, já que não cabe à entidade o papel de reconhecer ou não a validade científica dessas práticas, mas sim o de orientar os profissionais quanto ao exercício da psicologia.

[11] “Há algum tempo, os conselhos profissionais se limitavam a proibir a utilização de técnicas alternativas. Desde a última gestão, o CRP propôs uma discussão com os profissionais que fazem uso dessas técnicas. Mas ficou claro que ainda não existe debate acumulado na comunidade científica”, explicou Cláudia. No II Congresso os psicólogos perceberam a necessidade de fazer uma distinção entre as diversas práticas que hoje são consideradas alternativas, separando aquelas que dispõem de pressupostos científicos das que se baseiam em princípios religiosos, místicos, irracionais ou de senso comum. De acordo com as decisões da plenária, algumas delas podem conter elementos passíveis de utilização pela psicologia.

[12] É o caso da acupuntura, técnica oriental que compreende os distúrbios humanos a partir de seus aspectos orgânicos e psíquicos. Sobre a questão, falou-se na possibilidade de o psicólogo fazer uso da acupuntura, mas não de utilizá-la como uma técnica da psicologia. Para Delvo Ferraz da Silva, psicólogo e acupunturista presente no Congresso, pode ser útil para a psicologia fazer uma comparação entre as teses orientais e as ocidentais sobre a psique. “Mas sou contra o casamento entre qualquer prática alternativa e a psicologia. Se um indivíduo me procurar para fazer psicoterapia, devo encaminhá-lo a outro profissional, porque o que faço é a acupuntura, embora tenha conhecimentos de psicologia.”

[13] Já para Amale Laham Abdala, que trabalha com florais de Bach, a discussão possibilitou avanços, mas ainda existem pontos a serem esclarecidos.

“Houve avanços, mas não da forma que eu pretendia. Acho que florais de Bach e acupuntura não podem ser consideradas sob o mesmo ponto de vista que várias outras práticas, porque não se baseiam em princípios místicos e as propostas do eixo temático das práticas alternativas não deixaram clara essa separação”, disse.

[14] Embora a preocupação proceda, as teses aprovadas no Congresso deixaram claro que as técnicas que não forem baseadas em princípios místicos ou religiosos devem passar por discussões mais aprofundadas até que se decida se podem efetivamente ser praticadas por psicólogos.

[15] Para a psicóloga, o maior avanço do Congresso foi que alterou sua visão sobre o CRP. “Eu tinha uma visão punitiva do CRP, mas com as discussões do Congresso senti que isso se alterou”, explicou.

CONTRA A ABERTURA DE NOVOS CURSOS

[16] Outro tema debatido no Congresso Regional da Psicologia foi a avaliação dos cursos de psicologia já existentes e uma política de enfrentamento à proliferação indiscriminada de novas escolas por todo o país. Os delegados condenaram a política de ensino praticada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que tem priorizado os interesses dos donos de escolas particulares. Os psicólogos são contra o exame proposto pelo Ministério da Educação a ser aplicado aos alunos após a conclusão do curso. Para eles, esse exame é superficial e parcial, uma vez que avalia apenas os estudantes, produto da formação, sem levar em conta a que tipo de ensino estão sendo submetidos.

[17] A categoria aprovou que se criem critérios rigorosos de avaliação dos cursos, com a participação dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. Também concluiu pela necessidade de que as clínicas-escola, universidades e faculdades sejam cadastradas pelos conselhos profissionais para que se possa realizar um estudo de qualidade e posterior credenciamento das que oferecerem um ensino de qualidade. Os psicólogos querem que só sejam criadas novas faculdades após um levantamento das necessidades sociais do país e da realidade do mercado de trabalho.

[18] Segundo a conselheira-presidente do CRP-06, nessa avaliação deverão estar previstos critérios rigorosos para verificação da qualidade do ensino praticado pelas instituições públicas e privadas, garantido o acesso da população aos resultados

obtidos, assim como incluída a possibilidade de fechamento de faculdades, quando necessário.

[19] Os psicólogos vêm identificando problemas em várias áreas de atuação e atribuem muitos deles às falhas da formação universitária, que norteia o ensino para o atendimento clínico em consultórios particulares. “Este modelo não dá conta da complexa realidade brasileira, pois ao longo dos anos várias áreas foram incorporando o serviço do psicólogo, por exemplo, escolas, hospitais, casas de detenção, departamentos de recursos humanos e outras”, disse Cristina Amélia.

REVISÃO DA LEGISLAÇÃO

[20] Em relação aos debates de apreciação da Lei 5.766/71, que cria os Conselhos de Psicologia, e da Lei 4.119/62, que regulamenta a profissão, a plenária aprovou que não se faça alteração nesta última e avaliou anteprojeto da Lei 5.766.

[21] De acordo com o texto final aprovado, os Conselhos Nacional e Regionais deverão ter natureza orgânica, não federativa, serão descentralizados e dotados de natureza jurídica de direito público. O texto referenda as decisões do I Congresso Nacional, segundo as quais as entidades devem incorporar um caráter orientador às suas atribuições e manter autonomia política administrativa e financeira. Não perdem, no entanto, as prerrogativas de disciplinar e fiscalizar o exercício profissional.

ANEXO B:
Íntegra dos Textos Analisados - Alternativos

ALT-ASTRO/1989

FONTE: ANAIS DO I CONPSIC - MESA-REDONDA: "TARÔ, ASTROLOGIA, QUIROMANCIA, PARAPSICOLOGIA: PRÁTICAS PSICOLÓGICAS?"

Expositores: José Severo de Camargo Pereira, Lídia Vainer, Luiz Antonio Gaspareto

Coordenadora: Regina Heloisa Mattei de O. Maciel

TIPO DE TEXTO: Transcrição da palestra de Lídia Vainer

Lídia Vainer

[1] Bem, eu vou começar explicando como é que eu vejo a união entre a astrologia e a psicologia.

[2] Comecei a estudar astrologia antes de entrar na faculdade de psicologia. Então, ao cursar psicologia eu já tinha em mente alguns conceitos astrológicos, o que ajudou muito a minha percepção de alguns conceitos psicológicos que eram sintetizados por alguns signos ou planetas que são corpo da astrologia.

[3] A astrologia, especificamente, é utilizada por várias áreas, desde a agricultura, meteorologia, medicina, psicologia, onde eu mais me detive. Então, a astrologia compõe-se basicamente dos doze signos e dos dez planetas. O Sol e a Lua são considerados planetas, uma vez que nós, os terráqueos, somos o centro desse corpo de estudos. Então, tudo gira em torno de nós.

[4] A psicologia utiliza alguns conceitos, e faz uso também de inter-relações entre esses conceitos. Na astrologia, a utilização dos doze signos e dos dez planetas é feita da seguinte maneira: os planetas têm movimentos diferentes entre si, têm percursos diferentes em diferentes tempos; cada um leva seu determinado tempo para fazer o seu giro em torno do Sol. Então, é muito difícil acontecer um momento semelhante ao outro – é quase impossível, seriam necessários milhões de anos para que isso ocorresse, pois são dez planetas, e eles têm velocidades diferentes. O momento específico de um nascimento é um momento único no Universo; não se repete, a não ser depois de milhões ou bilhões de anos. Então, por aí, esse momento é individualizado. E é nessa premissa que se baseia uma carta astrológica. A carta astrológica é exatamente o desenho ou a fotografia desse momento.

[5] Depois que se faz o desenho de uma carta, ou seja, quando se consegue detectar esse momento – e para isso existem tabelas astronômicas – tentamos fazer uma leitura dessa carta.

[6] A união da astrologia com a psicologia começa quando dividimos os quatro elementos da Natureza: fogo, água, terra e ar. Cada elemento – como a própria visão que temos desse elemento – tem uma característica. Se nós, por exemplo, olhamos a terra, a pedra, ela está fixa no solo; ela, de uma certa maneira, é visível – as árvores são visíveis, as pedras são visíveis. Esse é o elemento terra. As pessoas que fazem parte desse elemento, ou pessoas que nasceram com uma predominância desse elemento, têm um funcionamento diferente das pessoas do elemento água, ou ar, ou fogo.

[7] Se olharmos para o fogo, veremos que ele é algo crepitante, rápido, um movimento constante. Então, dessas analogias, dessas visões ao nível concreto, partiu a percepção da astrologia, que é baseada numa linguagem analógica.

[8] Se olharmos a água no mar, ela bate na pedra, entra pelos meandros, ela tem uma capacidade de adaptação a cada corpo com que ela entre em contato. Portanto, as pessoas que têm predominância em relação ao elemento água têm também essa capacidade de penetrar mais, de aderir mais, tanto aos outros como a si próprias.

[9] E o ar é um elemento que nós não enxergamos, que está por aí, por todos os lugares, e que é muito associado ao pensamento. O pensamento é invisível, tal qual o ar.

[10] É esse tipo de raciocínio que usamos na astrologia. Um raciocínio analógico. A partir desse tipo de raciocínio, desse tipo de linguagem, de analogia, é que começamos a analisar os conceitos astrológicos. A base são esses quatro elementos: fogo, terra, ar e água.

[11] Ao utilizar uma carta astrológica, essa é a primeira coisa na qual nos detemos: em que nível é que o indivíduo está mais sintonizado: é no ar, na terra na água ou no fogo?

[12] A partir disso, como psicólogo, começamos a comunicarmo-nos com aquele indivíduo no tipo de linguagem em que ele tem mais facilidade. Se ele é da água, tem muita dificuldade de discriminar entre o subjetivo e o objetivo, uma vez que a água penetra nos corpos, penetra em todos os meios. Ela tem então dificuldade de discriminar, não tem limites, não tem forma própria. Então, o indivíduo da água é um indivíduo que temos a necessidade de colocar entre limites maiores. Mas a

linguagem que travamos com esse tipo de indivíduo também é uma linguagem mais afetiva, mais subjetiva, uma linguagem não tanto determinante, pois do contrário ele pode ter uma reação defensiva muito grande.

[13] Então, num primeiro momento de conhecimento que temos com um indivíduo, são os quatro elementos que se tornam fortemente atuantes. Depois é que nós começamos a especificar cada vez mais o signo, os planetas, os aspectos entre os planetas. Quer dizer, o corpo astrológico é extremamente complexo, porque são milhões de variáveis que interferem numa carta astrológica ou na percepção daquele momento em que o indivíduo nasceu. Mas, para facilitar, começamos do grosso e vamos refinando cada vez mais a análise.

[14] Ao nível de consultório, de terapia, os elementos são extremamente importantes, porque o indivíduo atua muito de acordo com o elemento que nele tem predominância. Por exemplo, um indivíduo do fogo é muito mais impulsivo, como o próprio fogo, que cresce, vai com tudo, e depois apaga; o indivíduo do fogo tem esse entusiasmo vivo, essa força, essa confiança nele próprio. Então, a vida desse indivíduo também vai travar-se com esses parâmetros, com essas premissas, temos que atuar fortalecendo, melhorando, enfim, avaliando esses componentes desse indivíduo.

[15] O indivíduo do ar é um indivíduo que trabalha muito ao nível do pensamento, e às vezes tem muito pouco contato com o sentimento. São os signos de libra, gêmeos e aquário. (Eu não falei dos outros signos, em relação com os elementos: o fogo engloba os signos de áries, leão e sagitário; a água, os de câncer, escorpião e peixes). Voltando a falar dos indivíduos do ar: eles têm pouco contato com os sentimentos, trabalham muito ao nível do mental, do raciocínio, da compreensão racional dos fenômenos. São indivíduos que planejam mais, trabalham com a mente.

[16] E os indivíduos da terra – os de touro, capricórnio e virgem –, que trabalham ao nível da matéria, ou seja, a visão deles sobre o mundo está ligada ao funcionamento ou não das coisas; trabalham ao nível da sobrevivência: a matéria é um dado básico. Manejam a matéria com mais facilidade, manejam o cotidiano, o dia-a-dia, a vida prática, com muito mais facilidade do que, por exemplo, o indivíduo da água, que é todo subjetivo.

[17] Então, esses quatro elementos já nos dão toda uma visão de como um indivíduo situa-se no mundo. Qual é a mola mestra da sua conduta, qual a visão que tem, como enxerga o mundo. O indivíduo da água vai enxergar o mundo através dos próprios sentimentos, através das percepções que coloca em dúvida se são reais ou engendradas por ele mesmo, em sua própria mente. São indivíduos mais sonhadores. São, grosso modo, os que mais têm contato com o próprio psiquismo, ou têm uma complexidade psíquica muito maior do que um indivíduo da terra, por exemplo, que está mais ligado ao funcionamento ou não funcionamento das coisas, para quem o dia de amanhã é mais importante do que qualquer outra coisa.

[18] Depois, num trabalho terapêutico, a carta não serve para um diagnóstico imediato do indivíduo. Ela é um espelho do indivíduo. Quanto melhor for a nossa leitura, nossa capacidade de ler aquela carta astrológica, mais auxílio temos, num trabalho terapêutico.

[19] É evidente que o trabalho como astróloga é completamente diferente do trabalho como psicóloga.

[20] No trabalho de astrólogo, o indivíduo quer que eu fale sobre ele, que eu faça uma leitura sobre ele, uma leitura imediata, durante as duas horas em que eu fico com ele. Assim, a minha interferência sobre a vida dele é muito grande, pois ele veio buscar exatamente isso; eu falo dele para ele, sinteticamente, rapidamente, de toda a estrutura de vida dele.

[21] Já o trabalho com a psicologia, o trabalho terapêutico, é diferente. Eu não interfiro de maneira nenhuma: é o indivíduo que vem, que se coloca, que fala, que se expõe; a única coisa que eu tenho em mãos é que quando ele atinge um complexo que é básico na sua vida, aquilo ressalta muito para mim, fica muito mais vivo através do que ele está falando e do que eu vi na carta dele. Então, é aquele ponto que eu tenho muito mais segurança em explorar e aprofundar, pois é como se eu tivesse um diagnóstico imediato na minha mão. Muitas vezes o indivíduo, em nível terapêutico, procura-nos e fala de uma série de coisas da vida dele tudo no mesmo tom, numa linearidade muito grande. Isso acontece principalmente com os indivíduos do ar, que têm uma percepção distante, têm uma perspectiva da vida, então têm uma capacidade de não se envolver até com os próprios conteúdos. Por

isso, são indivíduos que falam, que se expõem de uma maneira muitas vezes fria, linear, sem grandes emoções.

[22] Nesse momento, a carta ajuda-nos a determo-nos onde existem tais e tais problemas, conflitos de que o indivíduo fala num nível superficial, muito frio, desprezível, e aquilo não é tão desprezível na sua vida.

[23] Eu particularmente, no contato com as pessoas, muitas vezes não percebo a intensidade de um complexo ou de um problema, no que a carta astrológica ajuda-me muito. Ajuda a perceber exatamente essa dimensão, essa intensidade, esse complexo. E é nesse momento que, como astróloga, eu posso aprofundar-me, dirigir, fazer uma leitura, inclusive em nível de sonhos, muito mais referente àquela dificuldade. Sintetizar mais o processo do indivíduo, facilitar inclusive a percepção dele, da intensidade daquele complexo.

[24] Eu aqui não estou falando da astrologia em si, de como se lê uma carta, de como se verifica um aspecto dos planetas; ampliando um pouco mais, os dez planetas são como se fossem as funções psicológicas. Por exemplo, o Sol é desde o pai, como a ambição, o *self*, todo o nosso ser interior. A Lua é a representação arquetípica, em todos os tempos, da mãe, do feminino é, então, emocional, é o subjetivo, a instabilidade. No próprio céu, astronomicamente falando, o movimento de translação do Sol é de 365 dias, e o da Lua é de 28 dias, apenas, ou seja, ela dá treze voltas enquanto o Sol dá uma. Isso denota a instabilidade da Lua. Sua rapidez, como a rapidez das emoções, das percepções subjetivas, em relação ao Sol, que é uma ambição, um objetivo, a racionalidade, a consciência, que é mais determinado, mais lento, mais fixo, mais permanente. O Sol e a Lua são como se fossem o pai e a mãe. Mercúrio, o filho, é o pensamento. É a forma segundo a qual a gente pensa. É a nossa função do raciocínio, da comunicação, do contato com o mundo, é a apreensão das idéias e como eu codifico essas idéias. Em nível de terapia, através da minha visão do Mercúrio do indivíduo, posso saber como ele está recebendo aqueles conteúdos psicológicos. E se a devolução dele for pequena, for pouca, posso avaliar como ele processa os dados, o pensamento, os conteúdos que ele recebeu, numa sessão ou num processo terapêutico.

[25] Vênus, que vem em seguida, é o gostar, a nossa capacidade de relação, de afetividade; é o que me atrai, o de que eu gosto, o que me faz bem; é o conjunto

de valores do que eu procuro no mundo. Vênus é o planeta relacionado com o amor e, conseqüentemente, com a relação, pois o amor exige uma relação. Então, Vênus, no mapa do indivíduo, revela como é que ele se relaciona, como trava os vínculos na vida.

[26] Marte é o planeta do combate, o deus da guerra. Dentro de nós, são todos os impulsos para combater, na vida afora. O Sol dá o que somos por dentro. Marte indica como nós agimos em função daquilo que está dentro de nós. Está relacionado com a vontade, é um planeta do fogo, e o fogo é a vontade. A função Marte, dentro de nós, coloca-nos na vida de modo a irmos atrás daquilo que desejamos. Quanto mais forte é Marte numa carta, maior a capacidade do indivíduo de buscar e satisfazer os seus desejos. Marte é a competição, é um planeta guerreiro, enfim, é tudo o que nos coloca no mundo numa posição de guerreiro.

[27] Esses são os planetas pessoais. Por serem muito rápidos, eles individualizam muito os sujeitos. A cada mês eles mudam de signo, Marte muda de signo de dois em dois meses.

[28] Logo depois destes, vêm os planetas que nós chamamos de sociais. Eles são mais lentos, por exemplo, Júpiter fica um ano em cada signo; ele, portanto, nos dá uma capacidade de sociabilidade, de socialização, que é algo posterior às nossas características pessoais. Temos nossas características pessoais e com elas nós nos sociabilizamos.

[29] Então, Júpiter é todo o movimento de expansão. Ao sociabilizar-me, estou expandindo-me no mundo, estou colocando-me nesse mundo. É um planeta do conhecimento, do pensamento abstrato, que é algo superior a Mercúrio, que é um pensamento mais rápido, dialético, de começo-meio-fim.

[30] Depois, vem Saturno, que é o planeta que dá a estrutura da vida. No corpo humano, inclusive, é Saturno que rege o nosso esqueleto. Ele nos põe em contato com as coisas ósseas, ou seja, duras da vida: a responsabilidade, os limites, as dificuldades, os obstáculos. É um planeta muito ligado ao nosso destino, ou seja, ao que nós temos que enfrentar na vida com certas limitações e com certas dificuldades. É um planeta fundamental na estruturação do ser humano, na estruturação de sua vida.

[31] Estes dois planetas estão ligados com o social. Depois deles há três outros planetas, Netuno, Urano e Plutão, que são mais sutis, e que estão mais ligados a nossa vida inconsciente. São planetas que atuam em nível de massas. As pessoas que conseguem vivê-los em nível individual têm um certo destaque dentro da nossa sociedade ou da vida.

[32] Saturno é o limite: é o último planeta visível no céu, portanto, é o patamar, aquilo que o indivíduo quer alcançar, o status do indivíduo.

[33] Urano já é um planeta que rompe com todas as tradições, rompe com as forças das coisas estruturadas. Portanto, a pessoa que vive um Urano individual tem que ter uma certa força para romper com o estabelecido.

[34] Netuno é o planeta da sensibilização, da sutileza, da espiritualidade. Ele dissolve, inclusive o próprio Ego. É um planeta transcendente, mas também o do engano, das ilusões, é uma névoa, uma fumaça que passa sobre nós.

[35] E Plutão, por fim, que foi o último planeta a ser descoberto, está intimamente ligado ao inconsciente, principalmente, em nível de psicologia jungiana, ao inconsciente coletivo. Ele é um planeta que irrompe dentro da vida com muita força. É extremamente potente; está muito associado à bomba atômica, aos antibióticos, aos fertilizantes, ou seja, coisas que estão ligadas à própria motivação inconsciente, invisível, porque não vemos nem o efeito do antibiótico, nem do fertilizante. Como a força da bomba atômica, a força de Plutão é extremamente potente, extremamente destrutiva. É só isso. (aplausos)

- o -

[36]*[Após a apresentação dos outros expositores, encaminharam-se perguntas à mesa. O texto que se segue é a reprodução das respostas da psicóloga-astrologa às perguntas que recebeu.]*

[37] Bem, eu recebi várias perguntas, e parece que será impossível responder a todas. De uma maneira geral, a pergunta que suscita maior polêmica é: - “Qual seria a vantagem, em termos terapêuticos, de ter um conhecimento *a priori* do perfil do indivíduo? Parece que esse saber primeiro limitaria o próprio trabalho do terapeuta”.

[38] É uma pergunta que exigiria uma longa explanação. De maneira geral, utilizo duas formas para trabalhar com a astrologia num processo terapêutico.

Primeiramente, o paciente chega, eu peço os dados dele – nome, endereço, telefone, data e hora do nascimento, sem explicar nada. E eu faço o mapa por conta própria, e estudo aquele mapa. Existe uma outra possibilidade, que é a do indivíduo saber que eu sou psicóloga e astróloga, e procurar-me para tentarmos fazer um trabalho conjugado de psicologia com astrologia. São diferenças muito marcantes.

[39] No primeiro caso, o meu conhecimento *a priori* não é tão *a priori*, porque ele vem do próprio indivíduo. Num processo terapêutico, a base é você acolher o indivíduo e estabelecer um vínculo afetivo com ele. Não tem nada de astrológico, é puramente humano. O conhecimento astrológico não interfere em nada nesse vínculo, nem na minha predisposição de estabelecer esse vínculo. Ele ajuda, simplesmente, a conhecer a dinâmica inteira do sujeito. O indivíduo coloca-se parcialmente durante as sessões. Em nenhum momento eu me coloco, dizendo, por exemplo: “Olha, acho que a sua vontade está um pouco fraca, você deveria ser mais enérgico”. Isso poderia acontecer talvez, a partir da minha visão do marte dele, na carta. Mas no trabalho com ele eu posso perceber onde é que a vontade é restritiva de uma série de outras possibilidades que ele tem pela frente, onde é que essa vontade está limitando e atrapalhando o indivíduo. Então, onde é que eu vou focar mais para trabalhar isso? Em nenhum momento, no processo terapêutico, eu penso: esse indivíduo é de Peixes, ou é de Câncer, então eu vou trabalhar assim ou assado, porque não dá nem tempo. Num processo terapêutico se estamos envolvidas no aqui e agora daquele indivíduo e ele se coloca o tempo todo. Nesse caso, uma carta astrológica ajuda-me a ver o indivíduo como um todo nas suas diversas partes e poder auxiliá-lo a fazer uma coesão melhor dos diversos fatores. Nisso, a astrologia é brilhante, e auxilia-me muito nesse processo. O conhecimento do núcleo problemático que o indivíduo tem, por exemplo, com a mãe, que é indicado pela Lua. A Lua em aspecto com Saturno, por exemplo, ou com Urano, dá uma visão de como o indivíduo sente a mãe, e que muitas vezes ele nem tem condições de explicar já que não tem a consciência total de quem é aquela mãe para ele.

[40] Nesse caso, a astrologia ajuda muito a apreender a emoção que o indivíduo tem em relação à mãe, emoção que muitas vezes nem é expressa no processo terapêutico, por dificuldade de expressão, por uma série de resistências, pelo fator inconsciente, também. Então, a astrologia é um canal de luz, de visão mais

ampla, mais clara dos processos que não enxergamos dentro de um contexto terapêutico a curto prazo. Se o processo dura muito, muito tempo, aquilo vai aparecendo, de uma maneira ou de outra.

[41] Tive um caso do qual eu vou falar rapidamente: o caso de uma moça, que era uma física, e de forma alguma ela conseguia expressar-se ou ela chorava ou ela sonhava. Então, tendo em mãos a sua carta astrológica, e com os sonhos que ela trazia, pude perceber – talvez seja até uma limitação minha, precisar de uma carta astrológica para isso – quão fundo era o buraco, o abismo em relação à mãe. Ela nunca falava da mãe, só falava do pai. Na interpretação de sonhos, através da astrologia você pode até ver suscitadas algumas figuras que nem estão sendo colocadas. O que é uma coisa muito sutil.

[42] Outra pergunta coloca-me que há várias linhas de trabalho astrológico – astrologia cármica, astrologia psicológica, astrologia determinante – mas isso depende muito do nível do indivíduo, quer dizer, jamais vou violentar o nível de consciência dele; jamais vamos dar uma informação além da sua capacidade de apreender. O trabalho astrológico é uma arte, nesse sentido de você ter o indivíduo na sua frente e perceber o quanto é que ele pode receber, e nunca violentar esse ponto. Principalmente, num contexto de trabalho astrológico, numa sessão de duas horas, temos que saber sintetizar a dinâmica do indivíduo, no momento em que ele nos procura. Essa é a arte da astrologia.

[43] Outra pergunta: “Você poderia comentar a carta astrológica enquanto substituto equivalente para o psicodiagnóstico realizado com testes? Como você avalia a relativa eficácia dessas duas estratégias na obtenção dos dados?”

[44] Depois, tem outra pergunta que eu acho interessante: “O momento de alta terapêutica é astrologicamente previsível, quanto ao modo e ao momento? Se for, como é a margem do inesperado, de criativo, no trabalho terapêutico de autoconhecimento?”

[45] Bem, eu parto do princípio de que o autoconhecimento é infinito. Ele não tem fim. Astrologicamente, existem os trânsitos, isto é, temos a carta de nascimento, e o movimento dos planetas, a cada dia, a cada ano, a cada momento. E em determinado momento, algum planeta no céu incide num planeta de uma carta astrológica. Dependendo da importância desse planeta, ocorrem algumas

modificações na sua vida, ou aflora no indivíduo uma série de conteúdos com que ele não tinha contato anteriormente. Os trânsitos astrológicos ajudam-nos muito a saber qual é o momento em que aquele indivíduo encontra-se. A cada trânsito é suscitado um nível de conteúdo. Não há uma alta terapêutica, porque os trânsitos vão continuar ocorrendo no céu, e a cada momento você vai estar em contato com novas energias ou novos conhecimentos, a cada momento você vai ter uma percepção nova. Então, essa alta é muito relativa. Mas existem trânsitos astrológicos que são muito mais delicados, muito mais difíceis de trabalhar, e muitas vezes o indivíduo procura-nos nesses trânsitos. Assim, começamos a lidar com o indivíduo em relação ao que ele está passando, mas sabemos que o conteúdo que está permeando aquela emergência é outro; e é por aí que a gente vai cavando, trazendo material à tona. Vocês podem estar perguntando se isso não é estar determinando ou influenciando o indivíduo. Eu coloquei que a arte da astrologia e da psicologia é conseguir apreender o conteúdo que o indivíduo nos traz e poder dar uma ajuda a mais, que o contexto terapêutico pode fornecer-nos, mas, no meu caso, a astrologia realmente me dá mais segurança. Obrigada.

ALT-PARAP/1990

FONTE: JORNAL DO CRP-06, Ano 10, n.66, p.8 - Mai-Jun, 1990

GESTÃO: Movimento

TÍTULO: Parapsicologia, técnica psicológica?

AUTOR: Wellington Zangari

Parapsicologia, técnica psicológica?

* Wellington Zangari

[1] Muita polêmica tem sido levantada, hoje, em relação à utilização de técnicas - tais como astrologia, tarô etc. - enquanto recursos psicoterapêuticos. Pretendo deter-me aqui ao caso específico da aplicabilidade das técnicas da Parapsicologia, já que tenho me ocupado, há algum tempo, do estudo sistemático desse assunto.

[2] Antes de entrar na questão, contudo, é importante ressaltar a necessidade de se traçar uma clara delimitação entre a prática psicológica e o campo das chamadas correntes alternativas. Penso, a priori, que o exercício da Psicologia se baseia única e exclusivamente nas teorias, métodos e técnicas de reconhecimento dessa ciência.

[3] Isto posto, cabe perguntar: a Parapsicologia é ou domina um conjunto de técnicas utilizáveis pelo ser humano para aumentar capacidades "psíquicas", como alguns preconizam? Prefiro esclarecer esta questão ao mesmo tempo que respondo a outras - enfim, o que é a Parapsicologia? Qual seu objeto de estudo? Qual sua metodologia?

[4] A Parapsicologia é o campo científico que trata de interações tanto entre os seres humanos, quanto entre o ser humano e seu meio, nas quais não se pôde constatar nenhuma mediação física (conhecida). Duas classes de fenômenos são estudados: 1) percepção extra-sensorial (telepatia, clarividência e precognição) na qual uma informação é recebida pelo organismo, sem a mediação dos sentidos conhecidos; 2) a psicocinesia, na qual ocorre a interação do organismo com o meio sem a utilização de seu aparato motor.

[5] Quanto à metodologia, uma série de questões deveriam ser abordadas. Entretanto, pelos fins que busco nessa explicação, basta dizer que é uma metodologia científica, adequada às características do objeto de estudo.

[6] A Parapsicologia está ainda engatinhando em nível de conhecimentos concretos. Passou há pouco tempo da fase de mera comprovação destes fenômenos. É possível afirmar que está em um momento de pesquisa de "ciência pura", uma vez que busca linhas mestras tanto em nível teórico-conceitual, quanto metodológico.

[7] Portanto, atribuir a ene ainda incipiente ramo científico um conjunto de técnicas para a utilização da chamada paranormalidade é, no mínimo, um erro epistemológico, na medida em que confunde o objeto de estudo com certos objetivos pragmáticos. A Parapsicologia investiga a chamada paranormalidade e não a busca como fim em si mesma.

[8] Outro aspecto importante nessa discussão é que a própria Parapsicologia tem como um dos seus mais seguros postulados o fato de que a natureza desses fenômenos é eminentemente inconsciente e espontânea e, neste sentido, o controle volitivo deles é impossível.

[9] Assim, a utilização dos chamados "sensitivos" (por alguns que se intitulam "psicólogos-parapsicólogos") no exercício da psicoterapia carece de base científica, confunde e denigre o serviço psicoterapêutico, distorce o conceito de Parapsicologia e de Psicologia e se configura numa prática de charlatanismo.

[10] Fora do Brasil a Parapsicologia é aceita como ciência e respeitada enquanto tal. Em 1969, a Parapsychological Association - instituição de maior prestígio por seu trabalho de investigação na área - foi admitida como membro da Americana Association for the Advancement of Science (AAAS). Desde então o relacionamento acadêmico da Parapsicologia vem aumentando. Inúmeras universidades em todo o mundo - a partir da legitimidade dada pela AAAS - abarcam institutos de investigação e cátedras da área.

[11] No Brasil, o que agora denomino de Parapsicologia universitária está chegando a passos curtos. Profissionais de diversas áreas acadêmicas têm se unido para acompanhar os desenvolvimentos em nível de conhecimento que vem se conquistando nesse campo.

[12] Diante do exposto, é certo censurar o uso das ditas "técnicas parapsicológicas" em psicoterapias. Tal censura, no entanto, não deve se estender ao estudo desse campo. Freud mesmo convida a essa investigação quando escreveu nas "Novas Conferências Introdutórias" (texto "Sonhos e Ocultismo"): Preferiríeis,

seguramente, que me mantivesse fiel a um moderado deísmo e me mostrasse implacável na repulsa de todo o oculto. Mas sou incapaz de mendigar a favor de alguém, e tenho de convidá-los a acolher mais favoravelmente a possibilidade da transmissão de pensamento e com ela também da telepatia (...). Senti também o medo a uma ameaça contra nossa concepção científica do universo (...). Hoje, já penso de outro modo; opino que não testemunha grande confiança na ciência não acreditá-la capaz de acolher e elaborar o que das afirmações ocultistas possa demonstrar ser como verdadeiro. "

[13] * *Welington Zangari é psicólogo clínico, pós-graduando em Psicanálise e presidente do ECLIPSY - Instituto de Investigações Científicas em Parapsicologia. Seu artigo é síntese do trabalho que apresentará num Congresso sobre o tema.*

Enfoque é uma seção aberta à colaboração dos psicólogos ou dos profissionais ligados às práticas da Psicologia. As opiniões apresentadas neste espaço de discussão não coincidem, necessariamente, com as posições do CRP-06. [14]

ALT-FLORA/1991

FONTE: CRP-06, Centro de Orientação, pasta "Florais".

TIPO DE TEXTO: Carta. [24/08/91] - Enviada pelo presidente da Associação Brasileira de Florais - ABREFLOR, à Comissão de Ética

[1] Prezados Senhores,

[2] A *ABREFLOR* é uma entidade fundada para divulgação, pesquisa, intercâmbio científico e defesa das Essências Florais. Estamos empenhados no momento numa campanha de esclarecimento público combatendo a automedicação indiscriminada. Nossos membros têm participado de todas as últimas entrevistas e reportagens sobre a Terapia Floral em jornais, revistas e televisão. Nos casos de desequilíbrios psicológicos crônicos, temos insistido em que os pacientes procurem psicólogos, psiquiatras ou terapeutas.

[3] A Terapia Floral utiliza as Essências Florais preparadas segundo a técnica descoberta pelo Dr. Edward Bach em 1930. Além das 38 Essências Florais de Bach, existe a utilização de essências preparadas com flores de vários países, por exemplo, as Californianas, Francesas, Argentinas, e no momento, estão sendo pesquisadas as flores brasileiras. As Essências Florais não são remédios químicos, não têm princípios ativos e não possuem substâncias tóxicas. Visam apenas aumentar as nossas qualidades mentais positivas. Não combatem frontalmente as emoções negativas. Estas serão eliminadas naturalmente. Por isso, as Essências Florais têm indicações principalmente na Psicologia e na Medicina Psicossomática. Devidos [sic] a estas qualidades, julgamos ser do interesse dos psicólogos a aplicação das Essências Florais.

[4] Como bibliografia, consideramos como base os livros: "Os Remédios Florais do Dr. Bach", do Dr. Edward Bach, pela Editora Pensamento, São Paulo; e "La Medicina Floral de Edward Bach", da Dra. Maria Luisa Pastorino, Editorial Club de Estudio, Buenos Aires.

[5] Para maiores esclarecimentos, colocamo-nos à disposição de V.S.. Sem mais, agradecemos a vossa atenção.

[6] *[Assina o presidente da Associação, um médico, cirurgião vascular, que faz constar, inclusive, seu número de inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM.]*

ALT-RENAS/1998

FONTE: REVISTA CATHARSIS¹ - *On-line* (<http://www.revistapsicologia.com.br>), Mar.-Abril 1998
SEÇÃO: Alternativos
TÍTULO: Renascimento
TIPO DE TEXTO: Entrevista com Ruth Adler
AUTOR: Regina Marigny Grosman

Renascimento

[1] A revista Catharsis foi entrevistar Ruth Adler, que tem formação em Hipnose, Regressão a Vidas Passadas e Cromoterapia, pela Sociedade Psicanálise Integrativa de São Paulo. Reiki pela Reiki Association International da Alemanha. Renascimento, formação com Ronald Fuchs conhecido renascedor da Europa. Também é estudiosa do Tarô, I Ching, Astrologia, Florais de Bach e especialmente Runas, sendo ela autora do primeiro livro em português, intitulado "A Magia das Runas".

[2] Renascimento é um método moderno e holístico de auto-ajuda, que tem sido usado, com sucesso, por milhões de pessoas em todo o mundo. Utiliza uma técnica respiratória precisamente definida e saudável para dar consciência profundamente positiva e detalhada de sua mente, do seu corpo e de suas emoções. O propósito do Renascimento é lembrar e re-experimentar o nascimento, reviver fisiológica, psicológica e espiritualmente o momento da primeira respiração e libertar o trauma disto. O processo começa transformação da impressão que o subconsciente teve do nascimento, passando de dor primal para o prazer. Os efeitos sobre a vida são imediatos. Padrões de energia negativa fixados na mente e corpo começam a se dissolver. Rejuvenescimento substitui envelhecimento e a vida se torna mais divertida. É aprender como encher o corpo físico com energia divina no dia-a-dia. No momento do nascimento você formulou impressões sobre o mundo que tem carregado consigo por toda a vida, estas impressões lhe controlam no nível subconsciente. Muitas destas impressões são negativas: "A vida é uma luta"; "Não posso conseguir o que preciso"; "As pessoas me machucam"; "O amor é perigoso"; "Não sou desejado"; etc.

¹ Fonte: <http://www.revistapsicologia.com.br> [21.07.1999]

[3] Suas impressões são negativas porque os seus pais e as outras pessoas que cuidavam de você não sabiam do que você precisava quando você nasceu e lhe deram muitas coisas que você não precisava: luzes brilhantes demais para seus olhos sensíveis, sons estridentes demais para seus ouvidos e toques de mãos e tecidos ásperos demais para sua delicada pele. Alguns do vocês, apesar do fato da coluna ter estado curvada por vários meses, foram virados abruptamente de cabeça para baixo e apanharam presos pelo calcanhar, o que produziu dor excruciante. Respirar foi associado com dor e sua respiração tem sido superficial demais desde então. A dor física em nada é comparada com a dor psíquica do nascimento. A natureza proporciona ao recém nascido receber oxigênio pelo cordão umbilical enquanto aprende a respirar na atmosfera (o que é uma experiência totalmente nova depois de ter estado em água), mas costume tem sido cortar o cordão imediatamente, jogando-lhe num pânico onde você sentiu que certamente iria morrer bem no nascimento. Ruth nos diz que não se pode esperar qualquer tipo de bom resultado na vida sem primeiramente tomar total responsabilidade por sua produção. Por que perguntar como? O como é um truque da mente para adiar. Se você perguntar como, estará perguntando como deixar para depois, porque estará dizendo que deve haver algo a ser praticado. E a prática leva tempo. E naturalmente, você não pode praticar agora; o amanhã chega. E, quando o amanhã chegar, você estará tão debilitado que não terá mais força para começar. As explicações se tornam barreiras para a experiência. Através de explicações você começa a justificar as coisas por aí. Elas não o levam a experiência; em lugar disto, elas se tornam substitutos.

[4] Lembre-se sempre da diferença entre conhecimento e sabedoria: o conhecimento é uma coisa morta, acumulada; o saber é um constante movimento. A vida se move em direção ao futuro, a mente se move em direção ao passado. Então, aos poucos, a mente fica completamente fechada em si mesma. Não apenas isso, a mente até mesmo fica temerosa de ver o que a vida é. A vida é constantemente uma ressurreição. A cada momento ela morre, a cada momento nasce de novo. Mas você prossegue levando a mente velha. Você não se ajustará a lugar algum. E você o sabe: você nunca se ajusta em lugar algum, e jamais se ajusta a alguém. Onde você estiver, há algum problema. Algo está sempre faltando, falhando. A harmonia nunca vem dos seus relacionamentos - porque a harmonia só é possível se você for um fenômeno

que flui, que muda, que se move, que se funde de novo. A ira (raiva) é natural, porque você não a criou; você nasceu com ela, doada pela natureza. E a natureza deve ter algum uso para ela, pois caso contrário, não lhe teria sido dada. Mas a sociedade é contra ela; manda que seja reprimida. E quando você suprime a ira, muitas outras coisas serão suprimidas também, porque tudo está inter-relacionado no seu ser interior. Você não pode suprimir uma coisa só ou exprimir uma coisa só; quando você expressa uma coisa, milhões são expressas; suprimindo uma, milhões são suprimidas.

[5] É assim que se move o círculo vicioso no mundo. Primeiro você cria um padrão, você força o padrão, e então, no final, a vítima não pode viver sem ele. Então você "prova": "Olhem! ninguém pode andar sem

[6] Você nunca permite que alguém ande sem muletas. A toda criança são dados muitos, muitos preconceitos. E sempre que ela tentar viver sem preconceitos, descobrirá que é muito difícil porque eles ficaram enraizados, inerentes, atingiram até a própria essência do seu ser. No Ocidente, em particular "compromisso" se tornou uma palavra condenada, uma palavra tabu. No momento em que você ouve "compromisso", fica com medo. Um compromisso é um ponto sem retorno.

Amor, meditação, oração, respiração consciente, são compromissos profundos; e quem tem medo do comprometimento? O ego é que tem medo do compromisso - porque compromisso significa que agora não há mais volta. Isto é assim! Você não pode se encontrar, a não ser que se perca. E não pode renascer, a não ser que morra.

[7] Em algum lugar, no inconsciente, a mente tem um mecanismo profundo. Ela sente que deve existir dois caminhos; como entrar e como sair. Não, não existem dois caminhos. É o mesmo: pela mesma porta você entra e pela mesma porta você sai. E se compreender como entrou, poderá compreender como sair. Assim, quando você ficar zangado, apenas preste atenção em como está entrando nisso. Passo a passo, devagar, preste atenção e, de repente, ficará iluminado! Essa é a situação de todos. Você entrou na vida. Agora está se debatendo aqui e ali sem saber como escapar, para onde escapar. Esta técnica de respiração nada mais é do que um auxílio para fazê-lo consciente de como entrou. Você pode reviver todo o filme para trás, pode recuar até a infância e depois recuar até o útero materno. E então chega o momento em que você vê a primeira coisa: como entrou no útero. Seu pai e sua mãe

apenas criaram uma situação, e nessa situação, você entrou. A janela estava aberta – você entrou. Ela é a mesma para sair. A respiração no Renascimento é circular e conectada. Aprendemos que respirar rapidamente não necessariamente induz à hiperventilação (medicamente descrita como respiração tão profunda que tem uma perda de dióxido de carbono no sangue); observamos que, independente do ritmo da respiração, relaxar na presença de um renascedor pode produzir a síndrome. Elevar a respiração, desde que a respiração esteja relaxada, elimina os elementos da síndrome completamente. A respiração rítmica é puxar inspiração e relaxar na expiração numa contínua sucessão de forma que a inspiração esteja conectada com a expiração; a chave é relaxar no formigamento ou desconforto. A respiração rítmica tira a massa mental negativa de seu corpo e lhe habilita a incorporar nele a energia de vida.

[8] E lembre-se: só a desilusão pode prepará-lo para o passo seguinte. Aliás, se você está absolutamente desiludido com a vida que tem vivido, com sua maneira de ser, então quase a metade da viagem está feita. Se uma pessoa pode reconhecer uma coisa falsa como falsa, já conseguiu discernimento - e agora está pronta para conhecer a verdade como verdade; o primeiro passo é conhecer o falso como falso.

[9] Então o segundo passo se torna automaticamente possível: conhecer a verdade como verdade. As causas do seu sofrimento são internas. Externas são apenas as desculpas. Você poderá mudar o exterior, mas nada se alterará se o interior permanecer o mesmo. O interior criará repetidamente o mesmo padrão, seja qual for a situação externa, porque o ser humano vive do interior para o exterior. Tudo que lhe acontece, acontece por sua própria causa. As causas externas são secundárias, as causas internas são as principais. E a menos que você compreenda isto, não existe possibilidade de uma transformação pois a mente continua a enganá-lo; a mente sempre aponta para o lado de fora: a causa está noutro lugar. Se a causa é de fora, então você está destinado à escravidão para sempre. Lembre-se: a mente é receptiva, não-original, é uma coisa mecânica, como um computador. O indivíduo precisa ir além dela. Se não o fizer, a mente o frustrará continuamente e vai lhe dar sempre o mesmo padrão. O Renascimento não é uma psicoterapia porque o conteúdo das emoções vivenciadas não são analisadas. O processo é vivenciar, sentir a dor e incorporar este sentimento até ser dissolvido. Tudo que estou realmente dizendo é que as pessoas terão muito mais energia se celebrarem o fato de estarem vivas, ao

invés de fazer de toda a vida um erro e tentarem se esconder dela. Reprimir uma emoção inevitavelmente leva a um aumento daquela emoção, mesmo que a nível inconsciente.

ALT-TEVEP/sd

FONTE: Site da Sociedade Brasileira de Terapia de vida Passada, na Internet -
<http://www.sbtvp.com.br> .Edição: não consta .

SEÇÃO: não consta.

TÍTULO: O que é TVP (Definição "O que é TVP", sobre o conceito de Terapia de Vida Passada de acordo com a Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada)

AUTOR: não consta

[1] *(Definição "O que é TVP", sobre o conceito de Terapia de Vida Passada de acordo com a Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada)*¹

[2] A Terapia de Vida Passada, de acordo com a SBTVP, é uma abordagem psicoterápica que tem como princípio teórico básico a hipótese científica da reencarnação e utiliza a regressão de memória como a técnica base de tratamento. O tema da reencarnação sempre é abordado como objeto de estudo de vários cientistas renomados nesse meio, não tendo absolutamente quaisquer ligações com aspectos místicos ou religiosos.

[3] A Terapia de Vida Passada admite também (como outras formas de psicoterapias) a existência de um inconsciente, com um conceito que transcende aos estudados até agora e que, quando bem acessado pela técnica de regressão de memória, permite levar o paciente a entrar em contato com lembranças quer relacionadas a fatos da vida atual, quer relacionadas a existências pregressas do mesmo e que tenham estreita ligação com seus problemas psíquicos e/ou somáticos do momento presente. Esse acesso é possível pela criação de um estado alterado de consciência, mas sem a necessidade do uso da hipnose.

[4] De acordo com a SBTVP, partimos do pressuposto de que há quatro princípios fundamentais que são a base de nossos problemas atuais:

- 1.fatos traumáticos não resolvidos
- 2.o conceito de caráter em TVP
- 3.o conceito de padrões e contra padrões de comportamento
- 4.o conceito de "presenças" em terapia

¹ Obtido em <http://www.sbtvp.com.br> [15.10.1999]

[5] Esses conceitos norteiam a sessão de TVP, que é constituída de três partes:

- levantamento do problema
- a compreensão das causas do mesmo (através da utilização da técnica de regressão de memória)
- utilização de técnicas de reprogramação, que geram a mudança efetiva na problemática do cliente

[6] A TVP contém indicações e contra-indicações que devem muito bem ser observadas pelo profissional que dela faz uso (sempre um psicólogo ou médico qualificado, exigindo-se de ambas as categorias uma formação específica em cursos de formação condizentes com a seriedade que o tema requer).

[7] Concluindo, é necessário que todos nós, que trabalhamos com a doença mental em toda sua abrangência, estejamos atentos a um novo paradigma que está surgindo nesse final de século, onde a inclusão do aspecto espiritual (transcendente em tempo e espaço) se faz necessária. Não se pode negar que, ao lado de brilhantes descobertas e brilhantes estudiosos na área da compreensão humana, muito ainda está por fazer. A cura ou alívio das dores de nossos clientes deve ser nosso objetivo maior enquanto "curadores da alma". Certamente esse também é o maior objetivo da Terapia de Vida Passada!

ANEXO C:
Sobre a SBTVP
(Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada)

Sobre a SBTVP (Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada)

Fonte: <http://www.sbtvp.com.br> [15.10.1999]

A Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada (SBTVP) é uma sociedade formada por um grupo de médicos e psicólogos interessados no estudo e na pesquisa científica da TVP bem como no desenvolvimento, pelos seus profissionais credenciados, de atividade clínica nessa abordagem terapêutica, atividade essa alicerçada nos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de Terapeutas, ministrados pelos didatas da SBTVP. É uma instituição civil, sem fins lucrativos, cujos objetivos são:

Divulgar, promover e fundamentar a TVP, sobretudo entre profissionais da saúde, concorrendo para uma melhor e maior compreensão de seus pressupostos teóricos, filosóficos, fundamentação científica e técnica e eficácia terapêutica.

Patrocinar, coordenar ou incentivar eventos científicos (Seminários, Simpósios, Congressos, Encontros, etc.) voltados à divulgação de trabalhos relacionados com a TVP.

Realizar estudos e pesquisas dentro do campo temático da TVP.

Promover cursos de formação em TVP destinados a profissionais das áreas de Medicina e Psicologia, estabelecendo critérios técnicos e científicos para essa formação, fiscalizando a atuação desses profissionais, segundo estatutos.

Criar intercâmbio de âmbito nacional e internacional com profissionais e instituições que empregam a TVP, congregando esses profissionais e outros interessados numa sociedade organizada.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais.

Dra. Maria Teodora Ribeiro Guimarães - CRM 22098

Presidente

ANEXO D:

**Instrução Normativa e Resoluções do Conselho Federal de
Psicologia**

INSTRUÇÃO NORMATIVA CFP Nº 001/97

EMENTA: Regulamenta as Resoluções CFP nº 10/97 e nº 11/97, que dispõem sobre as pesquisas e os critérios para a divulgação, publicidade e o exercício profissional associado a técnicas não consagradas pelos critérios científicos da Psicologia.

Art. 1º As técnicas e práticas não reconhecidas pela Psicologia poderão ser utilizadas na atividade profissional de forma complementar, observando-se:

I - o Código de Ética Profissional do Psicólogo; e

II - a Resolução nº 196/96, sobre pesquisa envolvendo seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde do Ministro da Saúde.

Art. 2º O Conselho Regional de Psicologia fornecerá autorização para realização de pesquisas com técnicas e práticas alternativas.

§ 1º - Na autorização fornecida pelo Conselho Regional constará:

I - qualificação do psicólogo responsável pela pesquisa, indicando-se:

a) o número do Cadastro de Pessoas Físicas;

b) o número do Registro Geral; e

c) o número da inscrição profissional

d) indicação do órgão financiador, se houver.

§ 2º - Para obtenção da autorização, o psicólogo pesquisador fornecerá:

I - cópia do protocolo, com os respectivos documentos, aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde; e

II - declaração individualizada de cada participante da pesquisa em que conste o seu consentimento e concordância com os métodos e técnicas a serem utilizadas.

Art. 3º - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília(DF), 20 de outubro de 1997.

Ana Mercês Bahia Bock

Conselheira-Presidente

RESOLUÇÃO CFP Nº 010/97, DE 20 DE OUTUBRO DE 1997.

EMENTA: Estabelece critérios para divulgação, a publicidade e o exercício profissional do psicólogo, associados a práticas que não estejam de acordo como os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e:

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a divulgação do exercício profissional associado às técnicas em desacordo com os critérios científicos estabelecidos pela Psicologia;

CONSIDERANDO as propostas discutidas e aprovadas pelo Fórum de Práticas Alternativas realizado em Brasília no período de 27 a 29 de junho de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º - É permitido ao psicólogo, no exercício profissional, na divulgação e publicidade, através dos meios de comunicação, vincular ou associar o título de psicólogo e/ou exercício profissional, somente técnicas ou práticas psicológicas já reconhecidas como próprias do profissional psicólogo e que estejam de acordo com os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia.

Art. 2º - as técnicas e práticas ainda não reconhecidas pela psicologia poderão ser utilizadas no exercício profissional, enquanto recursos complementares, desde que:

I) estejam em processo de pesquisa conforme critérios dispostos na Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde;

II) respeitem os princípios éticos fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo;

III) o profissional possa comprovar junto ao CRP a habilitação adequada para desenvolver aquela técnica; e

IV) o cliente declare expressamente ter conhecimento do caráter experimental da técnica e da prática utilizadas.

Art. 3º - A não observância deste Resolução constitui-se-á em infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Art. 4º - Caberá aos Conselhos regionais orientar, disciplinar e fiscalizar, junto à categoria, a observância do disposto nesta Resolução.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Resoluções CFP nº 29/95 de 16/12/95 e 16/94 de 03/12/94.

Brasília(DF), 20 de outubro de 1997.

Ana Mercês Bahia Bock

Conselheira-Presidente

RESOLUÇÃO CFP Nº 011/97, DE 20 de outubro de 1997.

EMENTA: Dispõe sobre a realização de pesquisas com métodos e técnicas não reconhecidas pela Psicologia.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e:

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar as pesquisas com técnicas e métodos não reconhecidas pela Psicologia.

CONSIDERANDO as propostas debatidas e aprovadas pelo Fórum de Práticas Alternativas realizado em Brasília no período de 27 a 29 de junho de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º - Todo psicólogo que esteja desenvolvendo pesquisas em métodos ou técnicas não reconhecidas no campo da Psicologia, deverá ter protocolo de pesquisa aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa reconhecida pelo Conselho Nacional de Saúde, conforme Resolução CNS 196/96 ou legislação que venha a substituí-la.

Art. 2º - É vedado ao psicólogo pesquisador receber, a qualquer título, honorários da população pesquisada.

Parágrafo único - A população pesquisada dará o seu consentimento expresso para participar da pesquisa, ficando vedada qualquer forma de remuneração do pesquisado.

Art. 3º - O reconhecimento da validade dos resultados das pesquisas em métodos ou técnicas não reconhecidas no campo da psicologia dependem da

ampla divulgação dos resultados, derivados de experimentação, e reconhecimento da comunidade científica e não apenas da conclusão das pesquisas.

Art. 4º - As pesquisas em andamento adequar-se-ão a esta Resolução no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1997.

Ana Mercês Bahia Bock

Conselheira-Presidente

Resolução CFP Nº 29/95, de 16.12.1995

Altera a Resolução CFP Nº 16/94 que dispõe sobre a publicidade associada à práticas alternativas.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

CONSIDERANDO análise efetivada pela Câmara de Orientação e Fiscalização sobre anúncios publicados em jornais de grande circulação nas principais cidades brasileiras referentes a serviços e ou cursos oferecidos por psicólogos;

CONSIDERANDO que nos casos pesquisados não há nenhuma relação ou fundamentação entre a formação profissionais institucional e as práticas profissionais oferecidas e que estas não possuem reconhecimento da comunidade científica;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 38 do Código de Ética, no capítulo da Publicidade Profissional, em suas alíneas "d" e "e".

CONSIDERANDO ainda, que a matéria tem sido objeto de inúmeras consultas à assessoria jurídica deste Conselho Federal e que já foi regulada por Resolução pelo CRP-03, no âmbito de sua jurisdição

CONSIDERANDO finalmente que é atribuição do Conselho Federal de Psicologia orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica vedado ao Psicólogo na publicidade através de jornais, rádio, televisão ou outro veículo de comunicação, vincular ou associar ao título de

psicólogo e/ou ao exercício profissional rótulos expressões práticas ou técnicas tais como: Tarologia, Astrologia, Numerologia, Cristaloterapia, Terapia Energética, Psicoterapia Xamânica, Psicologia Esotérica, Terapia de Transmutação Energética, Quiromancia, Cromoterapia, Florais, Fotografia Kirlian, Terapia Regressiva de Vidas Passadas, Psicologia Espiritual, Terapia dos Chacras, Terapia dos Mantras, Terapia de Meditação, Psicoterapia do Corpo Astral, Trabalho Respiratório Mohânico, Projecciologia, Iridologia.

Parágrafo Único: As alternativas do caput são meramente exemplificativas, sendo igualmente vedada outras práticas alheias ao conhecimento científico no campo da psicologia, já existentes ou que venham a ser criadas.

Art. 2º - A não observância desta Resolução constitui-se á em infração ao Código de Ética em seus artigos 38 alínea "d" e "e".

Art. 3º - Caberá aos Conselhos Regionais fiscalizar, junto à categoria, observância do disposto na presente Resolução.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução CFP Nº 016/94 de 03 de dezembro/94.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de dezembro de 1995.

MARCUS VINICIUS O. SILVA

Conselheiro Presidente

APÊNDICES

APÊNDICE 1:

**Parecer Técnico do CRP-06 sobre a Terapia Hoffman da
Quadrinidade**

APÊNDICE 1:

**Parecer Técnico do CRP-06 sobre a Terapia Hoffman da
Quadrinidade**

TERAPIA HOFFMAN DA QUADRINIDADESÍNTESE E PARECER TÉCNICO

- I. OBJETIVO DO ESTUDO
- II. SÍNTESE DA TERAPIA HOFFMAN
 - 1. INTRODUÇÃO
 - 2. OBJETO
 - 3. MÉTODO
 - 4. TÉCNICA
 - 5. CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS
- III. PARECER DA COMISSÃO
- IV. BIBLIOGRAFIA

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO

COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

GESTÃO MOVIMENTO

1989 - 1992

ATA 02 - TERAPIA HOFFMAN DA QUADRINIDADE

- OBJETIVO DO ESTUDO

O presente estudo iniciou-se na Gestão Palavra Certa II e teve continuidade na Gestão Movimento, no Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região.

Participaram das leituras, sínteses e discussões sobre o objeto em questão, todos os fiscais, demais funcionários psicólogos e Conselheiros da Comissão de Orientação e Fiscalização.

A Terapia Hoffman da Quadrinidade tornou-se objeto de estudo desta Comissão devido a ação fiscalizadora deparou-se com psicólogos e não psicólogos que a adotaram como atividade psicológica. Paralelamente, consultas, queixas e até denúncias técnicas chegaram a este Conselho envolvendo tal atividade. Optou-se então por um estudo de aprofundamento sobre esta técnica considerada "alternativa" por alguns.

I - SÍNTESE DA TERAPIA HOFFMAN

1. INTRODUÇÃO:

Na bibliografia consultada, confrontamos inicialmente com declarações do autor que descrevem a origem de suas teorias.

Bob Hoffman era um comerciante na Califórnia que não estudara Psicologia, ou qualquer ciência afim, mas desenvolveu capacidades que ele mesmo chamou de clarividência e clariaudiência. Foi em 1967 que, através destas capacidades, estabeleceu comunicação com um amigo psicanalista ortodoxo, já falecido. Este amigo, atendendo pedido do autor, aplicou-lhe o "Processo da Quadrinidade" e posteriormente pediu-lhe que difundisse a técnica para ajudar as pessoas que sofressem de males emocionais. Hoffman adotou os ensinamentos, passou a aplicá-los em

lientes particulares, bem como ofereceu cursos e escreveu livros.

. OBJETO:

O "Processo da Quadrinidade" aplica-se como uma psicoterapia e objetiva a harmonização integral de quatro "aspectos". (segundo o autor) da psique humana: intelecto, emoção espírito corpo. O autor não define o que entende em cada um dos conceitos citados e também não cita nenhuma teoria psicológica que o faça.

Segundo Hoffman, tal processo objetiva curar os males emocionais através da passagem, em terapia, por etapas e reprogramação. Partindo do pressuposto de que todas as crianças desenvolvem um "programa de amor" que poderá ser negativo ou positivo, o processo seria aplicável aquelas pessoas que, na infância, tivessem desenvolvido o amor negativo, responsável por todos os males emocionais, tais como depressão, vícios, ansiedade, problemas sexuais, etc.

A "doença" emocional para o autor, caracteriza-se por um impedimento que a criança sofreu de experimentar espontaneidade amorosa. Condicionada pelos pais e objetivando receber seu amor e aceitação, a criança torna-se um ser meramente receptivo e passivo.

O processo terapêutico ou a reprogramação, restabeleceria no indivíduo, a capacidade de amar e a harmonia interior. O amor é explicado de muitas formas diferentes, como um sentimento fundamental no homem, relacionando este fundamento a pressupostos religiosos que afirmam intenções e interesses divinos.

Resumindo, o objeto do processo seriam os problemas

ionais causados pela programação de amor negativa e consequente desarmonia entre corpo, intelecto, espírito e emoção.

MÉTODO:

Se a doença se instala por condicionamentos, parece lógico e simples que a cura possa se dar também através de condicionamentos e reprogramação.

Aparentemente semelhante a linha psicológica cientificamente conhecida, a Terapia Hoffman, entretanto, não pré define estágios curativos aplicáveis à qualquer cliente, como estabelece essas etapas através das "visões" recebidas por seu autor.

Assim, o processo terapêutico propriamente dito dura de algumas semanas ou dias onde, o cliente não terá um contato com a realidade fora do "setting terapêutico". Isso significa que o cliente é levado para um lugar distante de seu meio ambiente, tanto física como emocionalmente. Neste tratamento e em grupos de até 50 pessoas, desenvolvem-se os estágios da Programação que recebem os seguintes nomes:

1. Santuário, onde propaga-se a existência de um guia espiritual amoroso que irá ajudar o indivíduo a superar suas negatividades;
2. acusação da mãe, onde se revive emocionalmente os males que ela causou;
3. defesa da mãe onde se compreende que esta também foi programada e portanto merece ser absolvida pelo filho;
4. idem ao estágio 2 e 3, porém referentes ao pai;
5. confronto entre o intelecto atual da pessoa e a criança emocional programada;

6. clausura, onde será efetuado o "divórcio amoroso" entre mãe e pai negativos e o cliente estará então apto a renascer emocionalmente; neste estágio acontece a catarse final que "limpa e purifica";

7. Ensino dos 3 passos fundamentais ao intelecto do cliente, ensino este que ama o indivíduo ou seja, reprograma-o positivamente. São eles: aceitação, perdão e amor incondicional;

Com relação a esse método ou seja, os estágios pré programados encontramos longos exemplos que na verdade não fundamentam os títulos que receberam e não explicitam a metodologia que processaria a cura; não se percebe, no sentido psicológico, elaborações de conflitos individuais; reconhecemos sim, inúmeros diálogos e monólogos direcionados pela programação prévia e que expressam jargões psicanalíticos com relação a conhecidos conflitos nas relações parentais sem nenhuma singularidade das estruturas psicopatológicas.

4. TÉCNICAS:

Durante todo o processo utiliza-se das mais variadas técnicas psicológicas porém, retiradas dos conjuntos teóricos que as fundamentam e que as direcionariam para um uso eficaz.

Assim, o cliente, logo no primeiro estágio é induzido a um relaxamento físico e mental, utilizado para que o cliente fantasie um santuário e um guia espiritual. Ambos são considerados como utilizáveis pelo cliente em quaisquer momentos que o mesmo encontrar-se sob tensão.

Nos demais estágios, utilizam-se técnicas de exteriorização de sentimentos por exemplo, para as sessões de acusação, defesa dos pais. Entretanto aqui também, a programação prévia diciona o cliente para os alvos de acusação e perdão, descaracterizando o uso pessoal criativo e espontâneo das técnicas psicoterapêuticas.

Ao ser direcionado para a revisão de sua "autobiografia emocional negativa" com a mãe, e com o pai, o cliente se exaltando-se e sendo conduzido para a "sessão de descarga", ele será encorajado a uma catártica liberação dos afetos negativos pelos pais. Neste estágio, da representação dramática, utilizam-se diferentes objetos: travesseiros, almofadas, pessoas, etc.

É ainda utilizada, nos estágios de defesa aos pais, que o autor chama de "progressão kármica". Explica-se que ao progresso o cliente alcança pela absolvição dos karmas negativos dos seus pais. Entretanto, o que é entendido por karma não é definido.

A sequência de cenas dramáticas passa neste estágio, pelo funeral do próprio cliente. Nesta vivência, utilizam-se inclusive de caixões imaginários e acusações são feitas pelos supostos filhos do cliente por ele ter continuado no padrão de amor negativo. Objetiva-se sensibilizar o cliente para evitar, na realidade, tal cena.

Para o estágio denominado de clausura, as técnicas dramáticas são ainda coreografadas com vestes específicas e ornamentações florais. O ritual de passagem de uma programação para outra, dura, neste estágio, duas horas e meia. Celebrações são feitas ao novo eu emocional: o espírito da mãe, por exemplo, é trazido ao santuário do cliente e então há o perdão. Não

há descrição de técnicas, propriamente ditas, para esses exemplos finais mas apenas relatos dos diálogos que supostamente traduzem a cura. Os clientes "conversam" com o intelecto, com o espírito, com a mãe, com o pai, etc.

CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS:

O autor utiliza-se de conceitos e classificações assim como de crenças e valores que não são empiricamente explicitados.

Já no início de seu trabalho, por exemplo, questões sobre o amor e vida são respondidas com a certeza simplista, ao menos do ponto de vista científico, de que "fomos criados para amar". O autor afirma que o amor do qual fala, vem da "essência espiritual e da luz que há dentro de nós". Essa luz, considerada parte do Deus universal, não explica-se em nenhum momento.

Hoffman categoriza os seres humanos em dualidades estáticas como doentes ou saudáveis, bem amadas ou mal amadas, positivas ou negativas sem nenhuma fundamentação nas estruturas de personalidade, psicologicamente conhecidas. Os tipos de personalidade que apresenta são três: hostis, ocas e zumbis. Trata-se de uma definição com base em descrições e aparências comportamentais, bem como em valores morais. Admitiu-se variações e combinações entre apenas três categorias, entretanto, todos os homens deveriam enquadrar-se nesses tipos: ser grosseiro vale para os "hostis", ser bonzinho vale para os "ocos" e indiferente para os "zumbis".

Também os quatro aspectos essenciais na Terapia da Quadrinidade: emoção, intelecto, espírito e corpo são apresen-

tados e utilizados como instâncias inerentes ao homem, capazes de ações autônomas e independentes mas carentes de convivência harmoniosa. Não são conceituadas em sua essência e também não se encontra citações ou formulações teóricas que fundamentem essa tese.

Particular atenção é dedicada pelo autor para o que drama de problemas sexuais. Aí, outras generalizações, ideológicas e psicologicamente questionáveis, são feitas sem explicitações para além da "interação negativa com o amor dos pais". Citamos, à título de exemplificar nossa afirmação, duas delas: "as mulheres sexualmente entediadas estão se relacionando com a mãe e o pai em amor negativo"; "a maioria dos homossexuais estão interagindo com base no amor negativo dos pais".

III - PARECER DA COMISSÃO

Para iniciarmos este parecer fazemos duas considerações que julgamos fundamentais:

- 1ª) Terapia, conforme a etimologia, origina-se do grego "THERAPEIA" que significa cuidado, zelo, respeito, solicitude, diálogo;
- 2ª) Como o próprio nome indica e conforme consta na bibliografia consultada, o que apresenta-se como objeto deste nosso estudo é apenas uma forma de terapia desvinculada de qualquer corpo de conhecimentos psicológicos que pudessem sustentar suas propostas terapêuticas.

Assim, entendemos que um processo terapêutico será um processo de cuidados, de zelo e de respeito; então, um processo que se apresente como psicoterapêutico supostamente estará propondo cuidados psicológicos ou tratamentos dirigidos à psique. Partindo dessas duas considerações iniciais, gostaríamos de

afirmar que entendemos por tratamento psicológico diferentes usos de técnicas e métodos que se aplicam a situações de conflito ou de necessidade de maior auto conhecimento. Cada uma das várias formas de psicoterapias define conceitual e funcionalmente estruturas e dinâmicas da personalidade humana. Padrões de comportamentos que serão os objetos alvos dos processos psicoterapêuticos devem ser descritos para que as psicoterapias se apliquem. Falamos então de dois eixos básicos para a sustentação e uso de processos psicoterápicos: pressupostos teóricos sobre a psique e pressupostos teóricos sobre as psicopatologias.

Conforme nossa segunda consideração neste parecer, a Terapia Hoffman da Quadrinidade não define nem conceitual nem funcionalmente qualquer tipo de estrutura de personalidade que fundamente sua existência e aplicabilidade embora se proponha a curar males emocionais, evidentemente relacionados à psique humana; não apresenta nenhum dos dois eixos conceituais básicos para a sustentação de um processo psicoterápico.

Começando pela forma como, em comunicação "com o amigo morto, o autor criou todo o processo; sua terapia para os problemas emocionais pressupõe vida depois da morte e comunicação entre mortos e vivos, premissas distantes de comprovação na ciência psicológica.

Sem pretendermos defender um experimentalismo de matiz positivista - submissão irrestrita de afirmações teóricas a verificações empíricas - sabemos que hoje a psicologia como ciência apresenta-se em tal estágio de desenvolvimento que o comportamento e seus fenômenos encontram-se fundamentalmente identificados e sistematizados, inclusive com métodos científicos próprios de investigação, tanto num modelo empirista como numa forma mais subjetivista de abordagem.

Até aqui, então, estamos afirmando que o processo

contextualiza-se num corpo teórico não reconhecido pela ciência psicológica e origina-se em premissas dogmáticas.

Mais que isto, conforme o exposto em nossa síntese, o autor utiliza-se indevidamente de conceitos psicológicos tais como intelecto, emoção, catarse, atenção positiva, condicionamentos e conflitos, sem, contudo, explicitar seus significados e contextualizar os limites de sua aplicabilidade.

Bob Hoffman empresta de abordagens já conhecidas não só os conceitos mas também técnicas que entretanto utiliza violando normas básicas tais como: avaliação de condições individuais de quem submete-se a elas, história de vida dos indivíduos e antecedentes psicopatológicos pessoais e familiares.

Cabe-nos ainda considerar que nenhum programa pré-estabelecido aplica-se, sem excessões e sem adaptações às infinitas variações psicológicas individuais. Lembramos que na sua etimologia, o termo terapia apresenta-se também como diálogo; diálogo entre terapeuta e cliente, em psicoterapia, há que deveria possibilitar a expressão espontânea daquele que procurou o tratamento. Partiríamos aqui para os questionamentos ideológicos, e necessários, quando o alvo do trabalho do terapeuta é o comportamento, os valores e afetos do cliente e a este não é dada a chance de expressar-se espontaneamente. Exemplificar a programação prévia do que aflige, por que aflige e de propostas direcionadas na prática para um alívio catártico momentâneo, é no mínimo, enganosa e desrespeitosa. Supondo-se que, em geral, os indivíduos buscam auxílio psicoterápicos por encontrar-se em situações difíceis e sedentos de ajuda, a proposta mágica de uma rápida entrega-se mais indefesamente permitindo manipulações até mesmo ideológicas e, sem dúvidas, perigosas. Considerando-se, por exemplo, alguns possíveis estados confusionais e debilitados, a indução discriminada a relaxamentos e catarse,

o propõe o autor, poderá levar a quebras no sistema de defesas conseqüente emergência de conteúdos desorganizadores, deixando indivíduos expostos as mais diferentes formas de desajustes copatológicos. Lembramos os efeitos, por exemplo, das clássicas "rupturas psicológicas" e ainda, que o próprio Freund no decorrer de seus profundos e documentados estudos, abandonou o hipnotismo posteriormente as técnicas sugestivas. No capítulo sobre Psicoterapia da histeria (Estudos sobre a Histeria) Freund explicita sua evolução técnica paralela a evolução teórica argumenta que o efeito catártico não pode ser a mola relata tratamento; a introdução de considerações essenciais sobre resistências e transferência colocarão em outra perspectiva a elaboração psíquica buscada no tratamento, diferente daquela puramente catártica.

Embora sem apresentarmos aqui uma análise detalhada de todos os passos propostos pelo autor, queremos registrar que os mesmos são repetitivos às vezes, contraditórios outras vezes, mas todos, exclusivamente discutidos por essa Comissão.

Concluimos que, indubitavelmente, a Terapia da Trindade realiza flagrante a propiação indevida de pressupostos, conceitos e técnicas psicológicas. Tais apropriações apresentam-se desarticuladas entre si até por originarem-se nas mais divergentes linhas teóricas da ciência psicológica. Não apresenta metodologia psicológica de trabalho e mais que isso, mistura conhecimento científico plagiado com misticismos e dogmas, sendo reducionismos e generalizações perigosas à saúde mental.

Ousaríamos até interpretar psicologicamente que o autor projeta aspectos de sua própria personalidade de forma genuína e leiga bem como, defende-se aprioristicamente, dando argumentos para desconfiarmos de suas reais intenções: na afirmação

de que sua técnica não propõe lavagem cerebral mas sim limpeza da mente, percebemos interesses manipuladores e ideologicamente questionáveis.

Finalizando, a Terapia Hoffman da Quadrinidade, não se trata de prática reconhecida pela ciência Psicológica, promete cura para males emocionais, baseada em crenças e dogmas.

É nossa sugestão que encaminhe-se discussão no sentido de que tanto os psicólogos como a população usuária de seus serviços sejam alertados para os riscos a que se expõe ao utilizarem-se desta prática; bem como propor investigação pela autoridade policial.

AICIL FRANCO
PRESIDENTE DA
COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

APÊNDICE 2:
Sobre a PNL - Programação Neurolingüística

Recife, 10 de Agosto de 1995

À Plenária do Conselho Federal de Psicologia / Brasília
c/c para a Plenária do CRP -02; e
para as Plenárias dos demais CRPs

Estimados Senhores:

Recentemente fui surpreendido com a visita de duas colegas psicólogas, fiscais do CRP - 02, que me mostraram a Resolução do Conselho Federal de Psicologia - CFP Nº 16/94 de 03/12/94, onde se dispõe "*sobre a publicidade profissional associada a práticas alternativas*".

Muitos aspectos nessa resolução me deixaram admirado, por não dizer "estarecido", entretanto, ressalto especificamente, apenas, o assunto, objeto da presente carta, citando textualmente a Resolução:

"Art. 1º - Fica vedado ao Psicólogo na publicidade, através de jornais, rádio, televisão ou outro veículo de comunicação, vincular ou associar ao título de Psicólogo e/ou ao exercício profissional, rótulos, expressões práticas ou técnicas tais como: ... Programação Neurolingüística..."

Considero essa decisão do CFP um erro grave de avaliação pois apresenta uma posição primária e inconsequente, revelando um sério desconhecimento do que seja a Programação Neurolingüística, bem como uma atitude discriminatória e injusta.

No intuito de que tal erro possa ser corrigido e desejando colaborar para que o nome da Psicologia e a imagem do CFP sejam reconhecidos como espaços abertos à discussão séria e ao debate construtivo, acrescento esta singela colaboração à atual reflexão sobre as "técnicas alternativas".

Divido, assim, esta apresentação, para efeito de organização do pensamento, em cinco partes:

1. Crítica às justificativas apresentadas pela Resolução;
2. Considerações sobre a análise de "Técnicas Alternativas";
3. Embasamento científico da Programação Neurolingüística PNL;
4. Conclusão e solicitações; e
5. Anexos

C.O.
GAVETA : ALTERNATIVAS
PASTA : 04 - P.N.L.

Porém, antes de mais nada, permitam-me fazer uma resumida apresentação pessoal.

Formado em Filosofia (São Paulo), em Economia (Recife) e em Psicologia (Brasília), tenho mais de 30 anos de experiência profissional, que dividi, ao longo do tempo, entre o ensino universitário, a consultoria empresarial pública e privada (em áreas estratégicas do conhecimento como: planejamento, sistemas de informações, informática, mudança organizacional, resolução sistêmica de problemas complexos e eficiência participativa, dentre outros), o desenvolvimento de recursos humanos e a psicoterapia clínica.

No campo da psicologia usufrui a experiência de mais de 12 anos como pesquisador e paciente de diversas linhas terapêuticas como a Comportamental, Psicanalítica, Gestaltica, Bionergetica, Análise Transacional e Biodança. Formado também como "*Master Practitioner em PNL*" exerço atualmente atividades de consultoria, realização de cursos e terapia individual, utilizando as abordagens e instrumentos da PNL.

1. Crítica às Justificativas da Resolução

A decisão do CFP está baseada em uma série de Considerandos que vale a pena "reconsiderar".

A partir desses Considerandos, parece que toda a força racional da Resolução se fundamenta em duas premissas:

- ...*"nos casos pesquisados (anúncios publicados) não há nenhuma relação ou fundamentação entre a formação profissional institucional e as práticas profissionais oferecidas e que estas não possuem reconhecimento da comunidade científica"*;
- ...*"o que dispõe o art. 38 do Código de Ética..."*, textualmente é o que segue: "*É vedado ao Psicólogo:*
 - *"propor atividades e recursos relativos a técnicas psicológicas que não estejam reconhecidas pela prática profissional"*;
 - *"Propor atividades não previstas na legislação profissional, como função do psicólogo"*.

Os grifos são meus e servem para apontar os conceitos que, no meu entender, pretendem justificar a Resolução. Tais conceitos apontam para premissas tão discutíveis que me admira terem sido escolhidos como fundamento.

Antes de mais nada, gostaria de conhecer a eminência brasileira (por não falar em mundial), que conseguisse identificar de forma consensual o que é “comunidade científica” e “prática profissional”, entes estes “de razão” aos quais se atribui o poder e a responsabilidade de reconhecer ou não qualquer técnica “oficial” ou “alternativa”. Tratam-se de universos tão gerais e heterogêneos que não apresentam uma identidade própria.

Quem integra, ou melhor, quem é porta-voz autorizado da “comunidade científica”? As Universidades? As Federais, as Estaduais ou as Privadas? As que apresentam currículos desta ou daquela tendência psicológica? Os Institutos de Pesquisa? Quais? As Clínicas? Os pesquisadores? Os profissionais?...

Qual é a “prática profissional” da Psicologia que possa enquadrar as divergências teóricas, metodológicas e técnicas de tantas correntes psicológicas, mesmo “oficiais”? Quais os critérios que delimitam a “verdadeira prática profissional” (se é que ela existe)? Quem é o porta-voz autorizado e competente de tal prática?

Tenho conhecimento de que o CFP é consciente da complexidade destas e de outras questões similares e que por isso solicitou o parecer de alguns psicólogos de expressão nacional, como: Luis Cláudio Figueiredo, Marcilia Ancona-López, Circe Navarro e Cristina Muller.

De posse desses pareceres, constato que há uma unanimidade, como não poderia deixar de ser, entre estes especialistas, quanto à complexidade de qualquer avaliação, não apenas das “práticas alternativas”, como da “psicologia oficial”. Sirvam, como exemplo, algumas das afirmações dos mesmos:

- *“Mesmo se considerarmos que o saber dominante no campo da psicologia ainda seja ‘objetivante’... mesmo assim teríamos que reconhecer que a psicologia não pode se reduzir a uma de suas ‘escolas’. O polimorfismo da teoria em psicologia no mínimo nos confronta com a relativização do saber...”* (Circe Navarro).
- *“A formação de profissionais da Área de Psicologia está aberta às novas teorias e pesquisas que possam ser sistematizadas nessa Área e apresentadas para uma reflexão crítica...”* (Circe Navarro).
- *“As questões sobre ‘técnicas alternativas’ apresentadas pelo CFP aos pareceristas pressupõem uma grande correspondência entre fundamentos, teorias e técnicas... Baseiam-se, talvez, numa visão de conhecimento que busca tanto a unicidade das formulações teóricas como uma abrangência de conceitos... Esta não é a única forma de se pensarem tais questões; a ela contrapõe-se uma concepção de conhecimentos que privilegia o pluralismo e as diferenças e questiona*

o estatuto de uma Razão" (Figueiredo e Ancona-López, no início do parecer);

- *"Deve-se reconhecer que mesmo no tocante às teorias e técnicas 'oficiais', tais esclarecimentos (acerca dos pressupostos ontológicos e antropológicos das mesmas) ainda deixam muito a desejar e, principalmente, são muito pouco trabalhados durante o processo de formação nos cursos de graduação e mesmo de pós graduação em psicologia"* (Figueiredo e Ancona-López, no meio do parecer);
- *"As considerações acima mostram que as respostas às perguntas formuladas pelo CFP não podem ser generalizadas às diferentes posições"* (Figueiredo e Ancona-López, no fim do parecer);

O que eu me pergunto, nesta altura, é se o CFP, que encomendou tais pareceres, os leu, analisou e discutiu, pois a sua Resolução fere profundamente o espírito aberto e pluralista desses especialistas.

Além do mais, em momento algum os *"Pareceristas"* consultados apontaram esta ou aquela *"prática alternativa"* como passível de exclusão do campo da ciência. De onde tirou, então o CFP a relação de 22 práticas e, especificamente, da PNL, como técnica a ser desvinculada do âmbito da Psicologia? Em que *"critério científico"* se inspira, ainda, a imprecisa generalização de *"vedar outras práticas... já existentes ou que venham a ser criadas"*? (Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução).

Uma outra linha de fundamentação para a decisão do Conselho está na identificação do saber e agir psicológico com a *"formação profissional institucional"* e a *"legislação profissional"*.

Se inadequados eram os conceitos anteriores de *"comunidade científica"* e *"prática profissional"*, pela sua imprecisão, abrangência e excessiva complexidade, inoportunos também parecem ser os de *"formação profissional institucional"* e *"legislação profissional"* pelo seu estreito âmbito e função conservadora do *"status quo"*.

É mais do que sabido e reconhecido pelos próprios corpos acadêmicos universitários que o ensino superior brasileiro sofre de profundas limitações acadêmicas, de forma que os melhores profissionais que existem no mercado, em sua maioria, devem sua competência a esforços pessoais complementares e à experiência que adquiriram fora do sistema de ensino.

Por outro lado, como afirma Edward de Bono (*"O Pensamento Lateral"*,

o estatuto de uma Razão" (Figueiredo e Ancona-López, no início do parecer);

- *"Deve-se reconhecer que mesmo no tocante às teorias e técnicas 'oficiais', tais esclarecimentos (acerca dos pressupostos ontológicos e antropológicos das mesmas) ainda deixam muito a desejar e, principalmente, são muito pouco trabalhados durante o processo de formação nos cursos de graduação e mesmo de pós graduação em psicologia"* (Figueiredo e Ancona-López, no meio do parecer);
- *"As considerações acima mostram que as respostas às perguntas formuladas pelo CFP não podem ser generalizadas às diferentes posições"* (Figueiredo e Ancona-López, no fim do parecer);

O que eu me pergunto, nesta altura, é se o CFP, que encomendou tais pareceres, os leu, analisou e discutiu, pois a sua Resolução fere profundamente o espírito aberto e pluralista desses especialistas.

Além do mais, em momento algum os *"Pareceristas"* consultados apontaram esta ou aquela *"prática alternativa"* como passível de exclusão do campo da ciência. De onde tirou, então o CFP a relação de 22 práticas e, especificamente, da PNL, como técnica a ser desvinculada do âmbito da Psicologia? Em que *"critério científico"* se inspira, ainda, a imprecisa generalização de *"vedar outras práticas... já existentes ou que venham a ser criadas"*? (Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução).

Uma outra linha de fundamentação para a decisão do Conselho está na identificação do saber e agir psicológico com a *"formação profissional institucional"* e a *"legislação profissional"*.

Se inadequados eram os conceitos anteriores de *"comunidade científica"* e *"prática profissional"*, pela sua imprecisão, abrangência e excessiva complexidade, inoportunos também parecem ser os de *"formação profissional institucional"* e *"legislação profissional"* pelo seu estreito âmbito e função conservadora do *"status quo"*.

É mais do que sabido e reconhecido pelos próprios corpos acadêmicos universitários que o ensino superior brasileiro sofre de profundas limitações acadêmicas, de forma que os melhores profissionais que existem no mercado, em sua maioria, devem sua competência a esforços pessoais complementares e à experiência que adquiriram fora do sistema de ensino.

Por outro lado, como afirma Edward de Bono (*"O Pensamento Lateral"*, Ed. Record) as idéias novas não costumam ser produto da tradição, pois *"não é possível olhar em direção diferente quando se olha na mesma direção"* (pg. 20).

Sabe-se que o papel da instituição e da lei é manter o que existe. Elas não têm a função da promoção e do desenvolvimento, sem a qual o saber e o agir se atrofiaram. *"A educação não está preocupada com o progresso: seu propósito é tornar disponíveis, da forma mais ampla possível, conhecimentos que parecem ser úteis. Ela é comunicativa, não criativa"* (pg.20);

É muito arriscado conferir ao universo do institucional o poder de delimitar fronteiras. É quase suicida aceitar que ele atribua a si mesmo tal competência. *"Idéias velhas e adequadas, tal como velhas e adequadas cidades, polarizam tudo à sua volta. Toda e qualquer organização se baseia nelas"* (pg.24). *"Uma idéia dominante pode ser comparada a um rio que cavou profundamente uma determinada terra. A água que poderia ter se espalhado pela terra é escoada com tanta rapidez que não há oportunidade para a formação de lagos ou outros rios"* (pg.26). Como, então, reduzir o âmbito da Psicologia ao campo da "formação institucional" e da "legislação", sem decretar sua sentença de morte lenta, gradual e progressiva?

A criatividade e o desenvolvimento precisam de espaço e ar, que as proibições irritantes tentam diminuir. Em verdade, é fora do institucional onde existe mais chance de enriquecimento e renovação.

Aliás, esse parece ser o espírito da "Constituinte da Psicologia" quando coloca como um de seus Princípios: *"Garantir a pluralidade de entidades representativas, respeitando as especificações de cada uma e buscando, sempre que possível, integrar ações em defesa dos saberes e fazeres da Psicologia"* (Princípio 4, pg. 7).

Ao tratar sobre Psicoterapia, as Teses aprovadas no I Congresso Nacional de Psicologia, determinam que o Conselho Nacional de Psicologia -CNP deve *"propor, associado à comunidade científica, projetos de estudo de práticas existentes e das novas práticas e métodos de psicologia..."* (pg.18)

E na hora de emitir julgamento e tomar decisões a respeito, a Constituinte também determina que o CNP deve *"reconhecer que o referendado de novas técnicas e teorias consideradas alternativas é papel das universidades, comunidade profissional e usuários e não do Conselho"* (pg. 18).

Mais uma vez, o grifo é meu e visa mostrar aos senhores conselheiros que a Resolução do CFP, não apenas vai na contramão dos processos de desenvolvimento social e cultural, como também fere o espírito e a letra da Constituinte.

2. Considerações sobre a Análise de "Técnicas Alternativas"

A partir das apreciações anteriores pode-se bem avaliar a dificuldade em julgar as "práticas alternativas" como um todo, tanto à luz da teoria científica quanto da eficácia da prática terapêutica. É que, o enfoque da questão está, a meu ver, equivocado, quando se quer partir do geral para o particular.

Qualquer generalização é um "*ens rationis*", um ser que só existe na mente e não no mundo objetivo externo. Como, então objetivar algo que está dentro da mente, confundido com conceitos e experiências pessoais? A abordagem que confere objetividade é a que respeita as informações do mundo real; exemplificando: em se tratando do âmbito da terapia, tal objetivação se dá, principalmente, ao nível da interação terapeuta-cliente. Pode-se avaliar o trabalho de determinado terapeuta, principalmente pelos seus resultados, mas é muito difícil avaliar os diversos conteúdos, tão heterogêneos e gerais como os das "práticas alternativas".

Aliás, o próprio conceito de "alternativo" mostra claramente o viés da subjetividade dessa análise. Alternativo faz referência ao "outro" ("*alter*"), ao "diferente de mim", das minhas teorias, métodos e práticas. Como então posso analisar o que é diferente, a partir de meus próprios referenciais? Logicamente vou descobrir que não bate com minha forma de pensar e agir pois, se é diferente, vou encontrar diferenças e não semelhanças. E quem pode garantir que as suas "diferenças" são piores ou melhores do que as minhas?

Para aproximar qualquer avaliação sobre as tais práticas, de um certo espaço de objetividade, três requisitos me parecem necessários:

1. **Pesquisar e definir meta-critérios de avaliação não extraídos do "saber oficial" mas da natureza, da história e da prática da própria Psicologia, que permitam uma análise mais imparcial do conhecimento tradicional e do novo.** Tudo indica que esta é uma tarefa árdua e que nem o Conselho e nem, provavelmente, a tão falada "comunidade científica" ainda tenham conseguido sistematizá-los e torná-los disponíveis...
2. **Convidar profissionais competentes que tenham conhecimento e experiência própria de cada linha específica em análise.** Não acrescenta muito conhecer o parecer de quem não viveu determinada forma de pensar e de atuar, pois ele tenderá a falar, a partir de seus próprios referenciais. Quem sabe, pode falar, quem desconhece, tende a criticar. Não parece ter sido esta a política do CFP, por isso não é de se estranhar a natureza da Resolução em pauta.

3. Mais do que avaliar as "práticas alternativas", acredito ser mais honesto e digno de Psicólogos, analisar as atitudes e motivações, conscientes e inconscientes, pessoais e sociais, que levam a determinados psicólogos e a um órgão de classe como o Conselho a discriminar determinados saberes e fazeres em benefício de outros. Julgo este caminho muito mais produtivo para o desenvolvimento da instituição e benefício da classe dos Psicólogos, do que o de discriminar, em nome de uma "*pseudo-cientificidade*", que não engana a ninguém. Entram neste espaço, também, as "*inúmeras consultas à assessoria jurídica*" (quarto Considerando da Resolução), cujo propósito e motivação podem estar revelando intenções escusas, impregnadas pelo medo, estreiteza de mente, defesa de mercado, incompetência e outras manifestações pouco dignas do ser humano e profissional. Seria bom verificar os pressupostos psicológicos do pretenso "zelo pelos pacientes", como se eles fossem criaturas incapazes de discernir entre um profissional competente (seja lá qual for a sua linha de atuação) e um "charlatão"...

4. Embasamento Científico da Programação Neurolingüística

Durante minha experiência docente no Campus Universitário do Recife tive ocasião de chefiar o Departamento de Filosofia da Universidade Católica e ministrar aulas em diversos Departamentos de várias Universidades sobre "Métodos Quantitativos", "Metodologia Científica", "Filosofia da Natureza" e "Filosofia da Cultura". Acredito, pois, contar com uma bagagem razoável de conhecimento e experiência para avaliar a natureza científica de uma determinada linha de intervenção psicológica, como a PNL.

Um dos aspectos que me chamou a atenção nos meus primeiros contatos com a PNL é seu caráter de abertura e renovação. Ela estrutura um sistema aberto, capaz de se renovar com novas descobertas do ambiente. Como a Vida... Nascida na década de 70, no Estado da Califórnia, nos Estados Unidos, a partir das experiências de dois pesquisadores: Richard Bandler (matemático, analista de sistemas e gestalt-terapeuta) e John Grinder (lingüista transformacional), hoje se encontra espalhada pelos cinco continentes e conta com centenas de pesquisadores, milhares de divulgadores e milhões de pessoas que praticam suas técnicas.

Um outro aspecto é sua falta de pretensão quanto ao reconhecimento acadêmico de suas abordagens e técnicas. Como a maioria das grandes inovações, ela nasceu no meio de receios e resistências universitárias. Neste sentido, não se encontram em sua literatura intenções de identificação com qualquer disciplina. A PNL não pretende ser uma nova "linha psicológica", como

também não arvora a afiliação às ciências organizacionais, empresariais, de comunicação ou "marketing". Simplesmente não discute as outras abordagens mas oferece um elenco de possibilidades, que otimizam o desempenho de qualquer ciência aplicada, que se interesse pelo universo humano.

Desta forma, as colocações que vou fazer a seguir, partem da evidência dos profissionais que trabalham competentemente com ela e não de qualquer histórico inexistente de debates acadêmicos. Não estou advogando em causa própria pois minha formação multidisciplinar me garante o exercício de novas tecnologias em diversos campos do desenvolvimento humano e não apenas na Psicologia. Acredito, sim, que a Psicologia tradicional tem muito a se enriquecer com as modernas abordagens e práticas da PNL.

O Dicionário Aurélio define Ciência como: *"conjunto organizado de conhecimentos relativos a um determinado objeto, especialmente os obtidos mediante a observação, a experiência dos fatos e um método próprio"*. Com palavras mais filosóficas ou poéticas, Circe Navarro, em seu parecer ao CFP, define *"o discurso da ciência mais amplamente como um saber que se constitui, pela razão cética apoiada no pensamento crítico, fazendo a distribuição entre o imaginário, simbólico e real"*.

Qualquer uma dessas conceituações pode servir para apresentar aqui algumas idéias sobre a PNL como uma Ciência Humana Aplicada. Pois podemos descobrir na PNL um saber estruturado e estruturante, com poder de intervenção sobre o mundo real e sobre a subjetividade das pessoas. Neste sentido, embora a PNL seja algo muito mais rico, dispõe, dentre outros elementos relevantes, de:

- Uma fundamentação científica, que se vincula diretamente com outras ciências;
- Um elenco de princípios ou hipóteses básicas de trabalho e uma racionalidade teórica para sua atuação;
- Um objeto de estudo e um objetivo de aplicação
- Diversos modelos interpretativos e operativos do ser humano e do seu funcionamento;
- Diversos métodos e tecnologias de pesquisa e de intervenção; e
- Diversos padrões de acompanhamento e avaliação de resultados.

A PNL tem suas raízes científicas nas seguintes abordagens: A Teoria de Sistemas, a Cibernética, a Informática, a Neurofisiologia, o Pensamento Sistêmico da Comunicação, a Neurosemântica e a Psicolinguística, dentre outras. Diversos gênios deste século tiveram uma influência direta na PNL, como Gregory Bateson, Nahum Chomsky, Korzybsky, etc. A vinculação direta com a

Psicologia se estabelece através da Psicologia Comportamental, Psicologia Dinâmica e Gestalt, principalmente, podendo citar-se terapeutas de relevo como Fritz Perls, Milton Erickson e Virginia Satir, que a inspiraram diretamente.

Os princípios da PNL se estruturam a partir da análise antropológica da relação do homem com o mundo, quando a pessoa estrutura internamente uma representação do mundo real. Definem-se uma série de hipóteses explicativas, extraídas do conhecimento científico existente, a respeito do funcionamento da mente em suas ações integradas e sistêmicas de captar informações (sensação, percepção...), processar essas informações (pensamentos, representações sensoriais da memória e da imaginação, estados fisiológicos internos...) e expressar o mundo interior, através da comunicação analógica e digital (escolhas, fisiologia, comportamentos, linguagem...)

A teorização sobre os conteúdos da PNL é profundamente racional, sempre fundamentada em observações da experiência (experimentação) e na pesquisa das manifestações sensoriais. O pensamento utilizado é crítico, jamais recorrendo a interpretações empíricas, mágicas, religiosas ou ideológicas.

O campo ou objeto da PNL é a "mudança" e a "comunicação" humanas: pessoal, grupal ou organizacional. Mudanças não apenas corretivas, como também generativas e evolutivas. Seu objetivo, a excelência humana, através da produção de "competência" e "bem-estar". Competência, como a capacidade de se obter os resultados desejados, e bem-estar como a qualidade de gostar do que se é, do que se tem e do que se faz.

A PNL dispõe hoje de diversos modelos sobre a pessoa e seu funcionamento, como o "*Modelo Neurofisiológico*", o "*Modelo dos Níveis Neurológicos*" e a "*Teoria do Campo Unificado*". Tem também modelos operacionais para compreender e viabilizar as suas intervenções, como o "*Modelo de Aprendizagem*" e o "*Modelo de Mudança*".

O método de trabalho por excelência se baseia na "*Modelagem*", conjunto estruturado de técnicas de pesquisa e de geração de mudanças de ampla aplicação. Existem também diversos "*Meta-modelos de Linguagem*", para facilitar a pesquisa e a intervenção e para melhorar a qualidade da comunicação interpessoal. Mas, o que verdadeiramente caracteriza a PNL é sua vasta gama de recursos, tecnologias e padrões de mudança (são dezenas de técnicas) para sua aplicação na maioria das situações problemáticas das pessoas e de suas relações.

Para garantir a permanência dos resultados a PNL conta também com uma série de técnicas de verificação e acompanhamento, que permitem avaliar o caráter integrativo e generalizador das mudanças processadas. O carro chefe



desses padrões chama-se "*Testes de Ecologia*", entretanto existem outros processos como a "*Acuidade Sensorial*", a "*Calibragem*" e a "*Observação de Incongruências e Omissões*".

Não se trata, agora, de entrar em detalhes a respeito dos conteúdos mencionados, basta informar a quem possa estar interessado que a PNL conta com uma estrutura técnico-científica estruturada. É suficiente conhecê-la ou, melhor, experimentá-la para verificar que estamos perante uma moderna tecnologia de alto impacto. Poderia se afirmar a mesma coisa a respeito de diversas "práticas oficiais", que não são objeto da Resolução?

Assim o atestam os resultados obtidos pela quase totalidade dos profissionais competentes que trabalham com PNL. Eu, particularmente, tenho verificado que, através de processos terapêuticos de PNL, mais curtos, tem se conseguido resultados quantitativa e qualitativamente melhores, do que os obtidos com outras terapias convencionais, que estudei e vivenciei pessoalmente.

Para complementar essas informações, anexo uma apresentação intitulada "*Psicoterapia com Programação Neurolingüística*", por mim escrita numa outra oportunidade, que pode dar uma idéia mais explícita a respeito da natureza e prática da PNL.

Acrescento, finalmente, uma *Bibliografia Básica* em português, de 20 volumes, onde 80% dos livros ainda são traduções de originais americanos. Em inglês existe uma vasta bibliografia, que coloco à disposição dos Conselhos, se se interessarem por compreender e aprofundar melhor o assunto.

4. Conclusões e Solicitações

Escrevi, no início, que minha intenção é a de ajudar a corrigir um erro grave cometido pela Resolução e a de zelar pela imagem da Psicologia e da classe dos psicólogos, que o CFP representa. Expus as minhas razões e críticas, dentro dos limites impostos por uma comunicação desta natureza, e espero que, em nome do bom senso, sejam levadas em consideração.

Espero ter ficado suficientemente claro que a Resolução em discussão fere o espírito e, até a letra, dos pareceres encaminhados pelos competentes profissionais, escolhidos para fundamentar a decisão do Conselho, e desrespeita a natureza e as decisões do Congresso Nacional Constituinte da Psicologia. Por fundamentar-se em conceitos vagos e complexos, sobre os que não existe opinião consensual e propor-se reduzir o âmbito de uma ciência, tão dinâmica como a

Psicologia, aos estreitos e comprometedores limites do "status" vigente, explicitado pelo "acadêmico" e o "legal".

Assim sendo, essa Resolução, em vez de espelhar o espírito de desenvolvimento e abertura que deveria caracterizar a Psicologia, reflete a estreiteza de um poder arbitrário usado para cercear. Não se fundamentando no respeito ao pensar e criar, analisa com superficialidade a natureza da questão, e apresenta "pseudo-justificativas" para discriminar "práticas alternativas", como no caso da PNL, que hoje podem estar significando dimensões dinâmicas do pensar e do agir psicológico. Dimensões essas que, para bem ou para mal, a sociedade brasileira demanda e consome, talvez como resposta às limitadas soluções apresentadas até o momento pelo saber e pela prática "oficiais".

Finalmente, julgo pertinente levantar a seguinte questão: *"a quem interessa de fato ou quem se beneficia com as consequências da Resolução?"*.

Não é certamente o progresso da Psicologia nem a população necessitada, que não tem condições de custear uma terapia convencional. Não é a ampliação dos conhecimentos nem a promoção de debates construtivos. Não é o interesse pelo novo, a curiosidade pela pesquisa, nem a reflexão sobre outros paradigmas. Parece-me que, ao proibir a vinculação da Psicologia a determinadas "práticas", limitando sua publicidade, que é um direito de expressão garantido pela Constituição, está-se passando à sociedade brasileira a mensagem, explícita ou implícita, de que essas "práticas" não são reconhecidas pela categoria profissional dos psicólogos, de que são suspeitas e, como tal, perigosas... Em definitiva, os donos do "saber oficial" declaram publicamente que só eles são verdadeiramente Psicólogos!

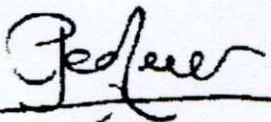
Considero que, ao promulgar a Resolução em pauta, o CFP está correndo sérios riscos de empatar o crescimento e expansão da Psicologia como ciência e profissão, bem como de ser julgado incompetente, ao legislar sobre uma área que não é de sua estrita competência.

Por isso solicito aos membros integrantes do atual Conselho Federal, do qual se originou a Resolução 16/94 que, após lerem e analisarem a presente documentação, me formulem urgentemente uma resposta oficial à proposta que ora faço de que a Resolução seja revogada, notadamente na sua referência explícita à Programação Neurolingüística.

Dada a natureza do assunto e o caráter da Resolução, bem como das suas possíveis consequências, estou encaminhando a presente correspondência para que seja discutida no âmbito dos Conselhos Regionais.

Para quaisquer esclarecimentos adicionais, coloco-me a disposição do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, agradecendo o interesse despendido.

Atenciosamente


Pedro Terrer
CRP - 02/7609

Endereço: Rua Félix de Brito e Melo, 425, Apto. 1004
Boa Viagem
51.020-260 RECIFE - PE

Telefone e Fax: (081) 326.58.01

ANEXOS

- **Psicoterapia com Programação Neurolingüística**
- **Bibliografia Básica de PNL**

PSICOTERAPIA COM PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA

Apresentação de Pedro Terror ao I Encontro de Terapias (I PSI) do Nordeste,
no Centro de Convenções de Pernambuco. Recife, 25-29 de Maio de 1994.

Na minha dupla função de Consultor de Empresas e Psicoterapeuta, sempre tive dificuldade em compreender o excessivo "recato profissional" de muitos psicólogos, na hora de fazer, perante a Sociedade, prognósticos de resultados e avaliações do próprio desempenho.

Parece que a classe adotou formalmente essa postura, ao estampar, no Código de Ética do Psicólogo, a seguinte proibição: *"Ao Psicólogo é vedado... interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas"*.

Não cabe a mim questionar nem desejo interpretar agora tal interdição. Entretanto, é lamentável o desconhecimento existente sobre os resultados obtidos pelas diversas linhas de intervenção psicoterapêutica. Ou que circulem informações tão duvidosas como as citadas por Nelson Spritzer, em seu recente livro: *"Na área da terapia, então, os poucos dados que existem mostram que 1/3 se beneficia, 1/3 fica sem mudar e 1/3 até piora"* (Pensamento e Mudança. L e PM Editores, Porto Alegre, 1993. Pgs. 133-4).

Perante tal situação, permitam-me imaginar a ocorrência um tanto surrealista de um Consultor apresentando à Diretoria de uma Empresa o seguinte raciocínio:

"Faremos um estudo da condição passada e presente da Empresa pois não podemos afirmar quais são os seus problemas. Após um tempo, que não temos a condição de precisar, indicaremos algumas soluções ou melhor, talvez vocês mesmos as descubram, coisa que não garantimos. Depois, tentaremos promover uma série de mudanças, mesmo que sejam bastante dolorosas, pois a dor forma parte do processo... Não garantimos, porém, a sua eficácia, porque a Organização pode resistir a elas. Em fim, após muitos meses e recursos gastos, pode ser que a Empresa fique melhor, mas sobre conclusões, não podemos ser assertivos..."

Que empresário de bom senso contrataria tal profissional?

Após várias décadas de prática psicoterapêutica, parece existir na Sociedade uma certa perplexidade quanto à eficiência das intervenções psicológicas. Críticam-se as terapias em geral e algumas linhas mais especificamente, de serem demoradas, sofridas e caras; de serem pouco objetivas e complicadas; e de não produzirem resultados satisfatórios. Fruto de tal

inquietação e até descrédito pode ser a proliferação de linhas terapêuticas, que nos Estados Unidos, a firma-se, chegam a mais de 400, e o surto de práticas chamadas de alternativas, bem como a explosão de literatura de auto-ajuda, típico de nossos dias.

Nesse contexto, está chegando ao Nordeste, na década de 90, uma nova linha, a Programação Neurolingüística - PNL, que tem sido chamada de "*a mais moderna e eficiente tecnologia em comunicação e mudança*". Nascida nos Estados Unidos, na década de 70, e em rápida expansão no mundo todo, inclusive nos redutos mais tradicionais da Europa, vem sendo desenvolvida no Centro-Sul de Brasil, desde o início da década de 80. Considerada "*mágica*" por uns e mais uma "*novidade*" por outros, a PNL vai ser objeto desta apresentação, dentro dos limites que esta mesa redonda impõe.

Para aportar algumas informações que considero relevantes sobre a PNL como psicoterapia, aproveitarei, não apenas meus conhecimentos e experiência do assunto em quase três anos como terapeuta de PNL, como também minha vivência como paciente, com mais de 12 anos de psicoterapia em várias linhas, que vão da Gestalt até a Psicanálise.

Assim, vou organizar esta apresentação, utilizando a abordagem e a linguagem da PNL, a respeito de quatro pontos que considero relevantes em qualquer psicoterapia:

- A Relação Terapeuta - Cliente;
- O Modelo de Mudança Utilizado na Sessão Terapêutica;
- As Características do Processo Terapêutico; e
- Os Resultados Obtidos com a Terapia.

1. A Relação Terapeuta - Cliente

Embora a maioria das terapias afirme que um clima de "*confiança e cumplicidade*" entre terapeuta e cliente é fundamental para o sucesso do trabalho, muitas abordagens não apresentam técnicas eficazes para tornar este princípio uma construção real, deixando por conta do "*carisma*" do terapeuta tal responsabilidade.

Não é esse o caso da PNL, que dispõe de instrumentos, como a *Acuidade Sensorial*" e o "*Rapport*" para que a sessão terapêutica se transforme num espaço natural, harmonioso e criativo, propício à promoção de mudanças.

Na PNL, antes de mais nada, se desmistifica a figura "poderosa e onisciente" do terapeuta, que assume o papel de um profissional capaz de conduzir processos subjetivos ou "*programas*" ("*software*" humano). Daí sua designação de "*programador*" ou, como pessoalmente prefira, de "*consultor*".

Conseqüentemente, também é desmistificada a função do "paciente" (do latim, "*patis-ens*": o que sofre) ou doente, rotulado por um código de transtornos mentais (*quadro, estado,*

desvio, síndrome, reação, distúrbio, retardo...). A pessoa que procura ajuda é um ser completo, cheio de recursos, atuais e potenciais, agente de sua própria transformação. Como tal, na PNL é designado como "sujeito" ou, para mim, "cliente". É bom lembrar que também estamos falando de "Linguística", onde as palavras e seus significados têm uma importância crucial na formação e expressão das representações mentais.

Desaparece, então, a relação vertical que tende a se estabelecer entre "o poderoso e o deficiente", "o sábio e o ignorante", o que conduz e o que é conduzido". Em contrapartida se estabelece um espaço de negociação, onde duas pessoas juntam suas capacidades para descobrir, em cada sessão, a melhor forma de alcançar e consolidar resultados.

Assim, quem determina o que quer e o que não quer, bem como a continuação ou conclusão do processo terapêutico é o próprio cliente, que mantém um vínculo contratual com seu consultor, na medida em que verifica palpavelmente estar alcançando seus objetivos. Em PNL não existe o conceito de "alta" mas o de firmeza ou segurança quanto à mudança processada. E esse conhecimento está, principalmente, dentro do sujeito.

Um princípio básico de PNL é o de acreditar que toda pessoa dispõe internamente dos recursos necessários para realizar as mudanças que deseja. Apenas busca ajuda profissional porque não sabe como mudar; ainda não aprendeu a organizar tais recursos em seu próprio benefício. Entretanto, dispõe de um universo mental de idéias, experiências, imagens, emoções, percepções, valores, significados, símbolos, crenças... Esse é o patrimônio do cliente, o melhor acervo de construções que foi capaz de criar até o momento. Nesse universo o consultor não entra, pois entre mentes não existe transfusão de experiências. Com outras palavras, o cliente é dono absoluto de seus conteúdos e das modificações conscientes ou inconscientes que introduzirá neles, ao longo da interação "programador - sujeito".

A especialização do consultor está no processo. Como tal, é demandada dele a suficiente competência para ajudar ao cliente a identificar seus reais problemas e objetivos. E, sobretudo, a facilitar a mudança para transformar uma situação problemática numa situação resolvida. Neste sentido, costuma-se afirmar em PNL que "*não existe cliente resistente mas programador incompetente*".

Assim, a PNL pode ser descrita como uma tecnologia não-diretiva, quanto ao conteúdo do cliente, por respeitar e potencializar seu mundo mental, e diretiva, quanto ao processo de mudança, ao convidar ao sujeito a descobrir e vivenciar padrões de mudança mais eficientes que os que já domina.

2. O Modelo de Mudança

A proposta terapêutica da PNL pressupõe que se deseja realizar uma mudança, isto é, que, atualmente, o cliente se encontra numa "*situação - problema*".

Uma situação se constitui num problema quando se apresenta insatisfatória para o cliente, seja por lhe trazer prejuízos atuais, seja por desejar que fosse bem melhor. Tal situação pode afetar alguns ou vários níveis da pessoa, chamados em PNL de "neuroológicos": o ambiente em que se situa, os comportamentos que emite, as capacidades ou recursos atuais de que dispõe, os seus valores e crenças (ou significados em que acredita) e até a própria identidade.

Entretanto, essa situação-problema, nem sempre é evidente para o cliente. Por vezes, confunde diferentes manifestações sintomáticas com as verdadeiras causas do problema. Outras vezes, ao tratar determinado mal-estar, acaba se defrontando com outros problemas interligados ou mais profundos.

Para que a situação-problema possa ser modificada, a PNL propõe que seja "especificada e contextualizada", isto é, caracterizada por meio de evidências sensoriais, localizada especialmente e datada temporalmente. As mudanças não se processam a partir de conceitos gerais ou situações abstratas, onde já se eliminou muita informação relevante, mas em contextos concretos e precisos, ricos em informações do mundo real.

Para ajudar o cliente a identificar claramente seu problema, a PNL conta com um instrumento poderoso, inspirado na Linguística Transformacional e confirmado em práticas terapêuticas de notada eficiência, como as de Fritz Perls, Virginia Satir e Milton Erickson. Estou falando do "Meta-modelo de Linguagem I", que permite ao terapeuta perceber o nível de objetividade e precisão da comunicação verbal do cliente e ajudá-lo a resgatar internamente as experiências originais que tenta expressar através de sua fala.

É necessário que o cliente também identifique a "situação desejada" que quer alcançar. Esta situação representa o resultado sensorial a ser atingido e a sua consecução valida o sucesso da mudança processada.

A situação desejada nem sempre precisa ficar explícita para o sujeito, logo do início da sessão terapêutica, mas deve estar muito bem formulada para o terapeuta, pois, se não souber qual é o objetivo do cliente, como vai garantir que, após o trabalho de mudança, ele já chegou lá? E, com certeza, deve ser plenamente vivenciada pelo sujeito até o fim da intervenção. A consciência de que está conseguindo os resultados desejados é, para o cliente, o indicador de estar realizando um trabalho certo. É, também, a fonte de motivação mais profunda para retornar ao consultório, a fim de concluir sua terapia.

Para que situação desejada possa ser bem formulada, além de contar com o "Meta-modelo de Linguagem" o terapeuta de PNL dispõe de um outro instrumento de comprovada eficácia, composto pelas "Técnicas de Especificação de Objetivos". Essas técnicas, inspiradas nos melhores processos de planejamento estratégico, são valiosos roteiros estruturados dos elementos que facilitam a definição de metas pessoais viáveis e motivadoras.

A explicitação verbal e não verbal dessas situações (atual e desejada) pode exigir a

maior parte do tempo e trabalho de uma sessão terapêutica. a obtenção de informações precisas e confiáveis assim o requer. Neste sentido, mais do que tecnologia, a PNL é, principalmente pesquisa.

A partir da certeza do que se quer superar e do que se deseja alcançar, surge natural a escolha, acordada entre terapeuta e cliente, sobre o melhor caminho a seguir, ou seja, a seleção das *Técnicas* mais adequadas e sua efetiva implementação para produzir a mudança.

O programador bem treinado dispõe, para essa finalidade, de um verdadeiro arsenal de tecnologia, desenvolvido pela PNL, para ser aplicado nas mais diversas situações. São padrões consistentes de mudança, consciente e inconsciente, geralmente auferidos através da "modelagem" (um verdadeiro método para extrair e aplicar competência) do desempenho de pessoas de notada capacidade, muitos deles de excelentes terapeutas. Esses padrões reproduzem os passos de "programas mentais" testados, capazes de produzir, na maioria das pessoas, os resultados esperados.

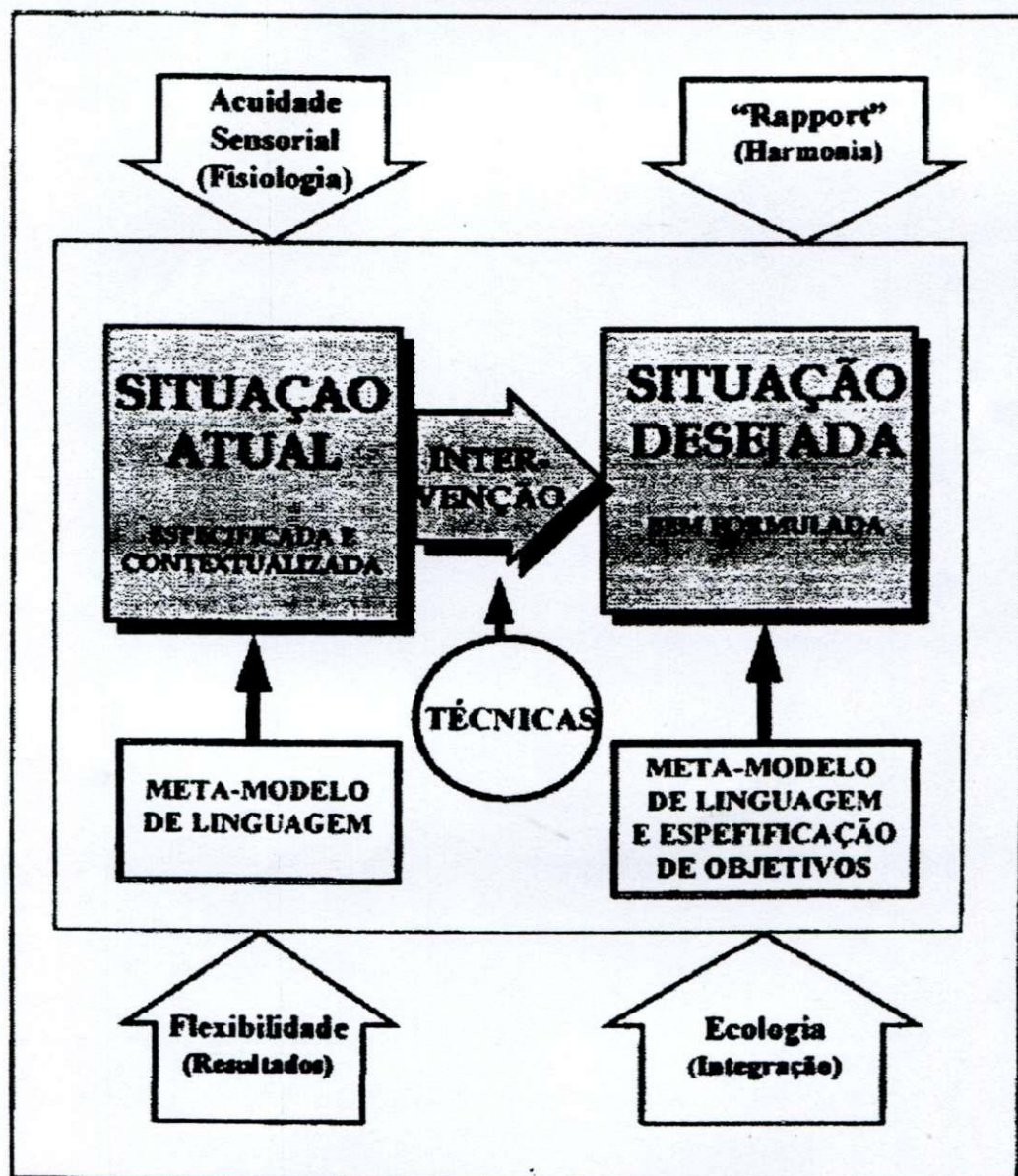
O modelo de intervenção apresentado permite esclarecer que a PNL não se interessa especificamente em encontrar resposta aos "Por quês?" Não é que desvalorize as causas dos problemas mas sua preocupação se centra em produzir mudanças úteis. O "por quê" é uma boa pergunta para encontrar explicações mas é uma péssima pergunta para produzir mudanças.

Por outro lado, é sabido que, nem sempre conhecer as causas do problema representa sua imediata solução. Na realidade, parece acontecer o fenômeno contrário: ao se produzir uma mudança estável, a mente da pessoa passa a realizar os ajustes necessários nos significados, conscientes ou simbólicos, dos diferentes "níveis neurológicos" de sua personalidade.

O que verdadeiramente interessa à PNL é a resposta a três outras questões: "O quê?", "O para quê?" e "O como?" A resposta ao "o quê" significa identificar a situação atual ou problemática que o cliente quer mudar. A resposta ao "para quê" representa a formulação da situação desejada, pois concretiza o objetivo, o benefício esperado, o sentido teleológico ou finalístico, que orienta e motiva o sujeito numa direção pro-ativa. E, principalmente, a resposta ao "como" descortina o caminho para processar a mudança desejada.

Neste sentido, a PNL é uma tecnologia de identificação e especificação de problemas ("o quê"), de formulação de objetivos ("para quê") e de obtenção de resultados ("como"), através de conhecimentos, abordagens e padrões consistentes de comunicação e mudança.

A Figura apresentada a seguir mostra gráfica e sinteticamente a estrutura do modelo de mudança proposto pela PNL, bem como alguns dos instrumentos utilizados para a sua implementação prática, dentro do contexto da sessão terapêutica.

**MODELO DE MUDANÇA
E INSTRUMENTOS DE PNL**

3. As Características do Processo Terapêutico

Contam que um grande mestre da terapia ortodoxa costumava dizer a seus futuros pacientes: *"Quer fazer terapia comigo? Pois devo lhe prevenir: é muito cara, é muito demorada e não é garantida. Ainda está interessado?"*

O que mais chama a atenção na terapia com PNL é que ela usufrui em grau significativo das três características desejáveis por qualquer linha terapêutica. Na maioria dos casos, os resultados desejados se conseguem com relativa *rapidez*, as mudanças, quando efetivadas, são *permanentes* e o processo terapêutico é *suave e não doloroso*.

A *rapidez* é a consequência do aperfeiçoamento tecnológico. Artesanalmente, um automóvel demoraria muitos meses em ser fabricado. Atualmente, uma montadora brasileira declarava que produz 20 carros por empregado - dia e que a meta proposta é chegar a 100! Os verdadeiros resultados não são os que mais demoram em serem obtidos mas os que decorrem do domínio da tecnologia eficaz.

No mundo do subjetivo, rapidez não é sinônimo de superficial, nem demorado, de profundo. A objeção comum em aceitar a rapidez de uma mudança talvez radique no embaraço decorrente de anos de sofrimento sintomático. Perante a rapidez de uma cura, o próprio cliente tende a duvidar: *"Se fosse tão fácil assim, eu já teria resolvido..."* Na verdade, pensando bem, *"difícil"* é uma palavra que utilizamos quando usamos uma estratégia de ação errada. Quando se sabe como, mudar é fácil.

O médico e cardiologista Nelson Spritzer, no livro antes citado (pg. 131), afirma que o tempo médio de seu trabalho com PNL por cliente é de duas sessões de 60 minutos e o tempo máximo, de dez sessões. Já, na minha experiência de terapeuta tenho verificado resultados surpreendente em apenas uma sessão, mas o tempo médio tem sido de oito sessões, em 1992, e de seis sessões, em 1993. O tempo máximo em ambos os anos foi de 25 sessões.

A *permanência* dos resultados é outra das características que podem observar-se na PNL. Muitas das técnicas da PNL são divulgadas nos Estados Unidos através de fitas de vídeo, onde se registra o processo completo de mudança numa determinada pessoa. Essa mudança costuma ser acompanhada e acrescentada, no vídeo, de uma entrevista com a mesma pessoa, 18 meses depois, quando se constata a continuidade dos resultados obtidos.

O que me faz pensar que uma mudança possa estar consolidada são seus níveis de generalização e integração. Quando atende a diferentes contextos ou situações, a mudança se generalizou. Quando é aceita por todas as partes da pessoa, conscientes e inconscientes, a mudança se integrou. Nesses casos, trata-se de uma *"mudança ecológica"*. Assim, não é ecológica a substituição de sintomas, como deixar de fumar provocando uma gastrite, ou a discriminação de contextos externos, como ganhar capacidade de compreensão no trabalho e continuar intolerante em casa.

Para garantir mudanças duradouras a PNL conta com um repertório de avaliação do processo desenvolvido e dos resultados alcançados, durante e no fim de cada sessão terapêutica, chamado "*Testes de Ecologia*", cuja finalidade é a de detectar possíveis problemas, omissões e incongruências, a fim de levar em conta e incorporar sadiamente esses aspectos no processo terapêutico.

Entretanto, o teste definitivo para qualquer mudança se dá na vida real. Ela é a que valida ou não o trabalho realizado no consultório. Quando surgem indícios de que uma mudança visada não se completou, estes se constituem em "*informações de alta qualidade*" (IAQ) para escolher e aplicar padrões mais específicos e completos de aprendizagem. Até conseguir estabilizar o resultado pretendido. Desta forma, a PNL conta com mecanismos de "*feedback*" que lhe permitem aprender com os próprios erros.

Se uma mudança desejada se tornar permanente, provavelmente ela será profunda e etiológica, comprometendo as partes conscientes e inconscientes da pessoa. A este respeito, pode-se perceber como são inconseqüentes algumas apreciações precipitadas que possam ter sido dirigidas à PNL, qualificando-a de superficial e sintomática. Talvez foi por isso que, quando certos doutores acadêmicos questionaram a John Grinder (um dos criadores da PNL) sobre os fundamentos científicos da PNL, em lugar de discursar sobre eles, se limitou a repetir o adágio latino: "*Contra facta non sunt argumenta*" (contra os fatos não há argumentos).

A terceira característica da PNL, que a torna tão atrativa é a *suavidade* do seu processo.

A dor é uma constante da experiência humana e ela ensina muitas lições, entretanto, incorporá-la ao modelo de terapia, como uma variável essencial, é atribuir-lhe um *status* que, acredito, não merece. a dor não tem por quê formar parte do processo, a não ser como sinal de alerta de que algo está sendo tratado de forma inadequada. Quando a saúde domina, a pessoa é mais capaz de produzir mudanças, não apenas "*corretivas*" mas, principalmente, "*generativas*" e "*evolutivas*".

A PNL enfatiza os aspectos sadios da personalidade sabendo que eles têm uma sabedoria especial para cuidar das partes doentes. É como se, ao tratar de uma ferida, em vez de remexê-la, o que pode ser muito doloroso e até provocar uma infecção, reforçássemos o sistema imunológico, para que, de dentro para fora, o próprio organismo debelasse definitivamente a moléstia.

4. Os Resultados Obtidos

A PNL tem sido apontada como uma terapia de resultados. O seu objetivo é desenvolver nas pessoas "*competência*" e "*bem-estar*". Entendida a competência como a habilidade de alcançar metas e objetivos pessoais, profissionais e empresariais, e o bem-estar,

como a capacidade de gostar do que se é e do que se tem. Na realidade se trata de potencializar o crescimento e a satisfação do sujeito em todos os níveis de seu desenvolvimento.

A maioria das pessoas que vivenciaram processos e técnicas de PNL conhecem e valorizam a objetividade, precisão e efetividade dessa nova abordagem. Em muitos casos os resultados são tão surpreendentes que, a um observador desavisado podem parecer "mágicos". Em verdade toda nova tecnologia, quando não compreendida cientificamente ou desconhecida pela cultura ambiental, parece mágica. Ou se não, imagine-se o espanto das pessoas ao descobrirem, no início, o telefone, o rádio, a TV ou serem informadas que o homem pisou no chão da Lua. Pessoalmente tenho observado que os que formulam restrições à PNL são, em geral "especialistas" que a avaliam a partir de seus próprios referenciais, sem terem vivenciado em si mesmos os efeitos de suas aplicações. Assim é muito fácil (e muito irresponsável) julgar o desconhecido...

É uma pena que não existam dados de pesquisa publicados que revelem os resultados obtidos com a PNL. Por essa razão, desde o início de meus trabalhos com PNL em 1991, passei a compilar informações conclusivas da minha experiência profissional, como terapeuta e como instrutor de cursos vivenciais ou "work-shops", utilizando as abordagens e instrumentos de PNL.

Recentemente, tive a satisfação de verificar que, no primeiro livro de PNL escrito por um brasileiro, Nelson Spritzer, já citado, as suas conclusões são semelhantes às minhas. Aproveito, então esta oportunidade para torná-las públicas. Nelson Spritzer assim se expressa (pgs. 128, 129 e 133):

"Estamos dando consultoria em PNL, individualmente ou em grupos há quase quatro anos. Resolvemos medir nossos resultados... Não duvidava que funcionava, isso eu verifico com meus próprios canais sensoriais todos os dias. Minha dúvida era quantitativa. Queria saber quantas pessoas alcançam o que almejam... Quantos permanecem com os benefícios... Os resultados que aqui publicamos revelam que dispomos de algo que não é apenas placebo (efeito da sugestão). Nenhum remédio para a pressão alta, para dar um exemplo, consegue dar um bom controle de pressão em mais de 60% de todos os pacientes".

Entretanto, apurações da pesquisa encomendada pelo Centro Sulbrasileiro de PNL a uma Empresa especializada em fazer levantamentos mostram que, num universo de 1.100 respondentes, 72% das pessoas que utilizaram PNL, entre 1990 e 1993, conseguiram resultados ("todas" ou "em parte"), sendo que 77% afirmam que os resultados obtidos ("todas" ou "em parte") são permanentes. Outro dado importante, segundo Nelson Spritzer (pg. 131) é que: "Nenhum cliente piorou sua condição, após a intervenção com PNL, em nosso Centro. Igualmente, nos que manifestaram melhoras, não houve pioras em qualquer outro aspecto emocional ou profissional, antes não percebido".

PNL

pedro terror consultoria e programação neurolingüística

Na minha experiência como terapeuta de PNL posso confirmar as conclusões de Nelson Spritzer. No âmbito de consultório, em terapia individual, atendi um total de 140 clientes, em 1992 e 1993, sendo 42% homens e 58% mulheres. A partir de minha apreciação, durante o processo terapêutico e, em muitos casos, vários meses após o tratamento, verifiquei que 70% das pessoas conseguiram *"todos"* ou *"grande parte"* dos resultados que desejavam com a terapia. Ainda, 13% dos clientes alcançaram *"algum"* resultado e 17%, por diversas razões, não tive condições de verificar.

Sou consciente de que, por se tratar de uma avaliação subjetiva, esses dados não podem ter valor científico, possuindo apenas um certo valor indicativo. À procura de dados mais objetivos, decidi aplicar questionários de avaliação, livre e sem identificação, nas pessoas presentes a meus cursos vivenciais, em Recife, Fortaleza e São Luís. Durante o ano de 1993, de um universo de 249 respondentes, equivalente a 71% dos participantes, 84% se sentiram ao final do curso *"extremamente"* ou *"muito satisfeitos"* com os resultados obtidos, e 16% *"razoavelmente satisfeitos"*. Nenhum participante se sentiu *"pouco"* ou *"nada satisfeito"*.

Quando perguntados se se julgavam em condições de aplicar na prática o que aprenderam no curso, 92% responderam *"muito"* no campo pessoal e 80% também *"muito"* no campo profissional. Os restantes acharam que estavam *"pouco"* aptos mas nenhum respondente avaliou *"nada"* poder aplicar na sua vida pessoal ou profissional.

Desejando obter informações sobre a duração dos efeitos produzidos por esses cursos vivenciais, também realizei avaliações semelhantes junto a pessoas que, tendo participado de algum *"work-shop"* em PNL, durante 1993, voltaram a assistir a algum curso de aperfeiçoamento, em 1993 ou 1994. O intervalo entre esses eventos foi de um máximo de sete a um mínimo de dois meses.

De um conjunto de 37 respondentes (equivalente a 82% dos participantes), 65% afirmaram ter praticado PNL *"muito"* ou *"bastante"*, nos últimos meses. O restante dos participantes informou ter praticado *"pouco"*. Entretanto, 89% garantiram ser *"muito"* e *"bastante"* a satisfação experimentada com os resultados obtidos, enquanto 11% alcançou *"alguma"* satisfação. De todos eles, 89% pretendiam positivamente continuar a se aperfeiçoar em PNL.

Mesmo que possam levantar-se algumas restrições a esses dados, não cabe dúvida que estamos perante um instrumento de mudança e de comunicação especialmente poderoso. Simplesmente porque a PNL decidiu investigar a *"programação humana"* que efetivamente funciona.

Nesse sentido, muita coisa está ainda por acontecer. Quanto mais compreendermos o funcionamento da mente e suas estratégias de excelência mais nos beneficiaremos com os seus padrões de eficácia. Precisamente estamos no meio de uma década tão intensa em *pesquisas neurológicas* que o Congresso dos Estados Unidos decretou e o seu Presidente sancionou uma lei, declarando o período de 1990 até o ano 2000 como a *"Década do Cérebro"*.

PNL

pedro terror
consultoria e programação neurolingüística

RESULTADOS OBTIDOS COM PNL

QUANTIDADE DE RESULTADOS OBTIDOS

Todos ou grande parte: 70%

Alguns: 13%

Desconhecido: 17%



Pedro Terror

Todos ou parte: 72%

Sem resultados: 28%



Nelson Spritzer *

QUALIDADE DOS RESULTADOS OBTIDOS (Nível de Satisfação)

Extrema ou muita: 84%

Razoável: 16%



Cursos Vivenciais

Muita ou bastante: 89%

Alguma: 11%



Prática após os Cursos

CAPACIDADE DE PRATICAR PNL APÓS OS CURSOS

Muita: 92%

Pouca: 8%



Campo Pessoal

Muita: 80%

Pouca: 20%



Campo Profissional

Fontes: Pedro Terror, Pesquisas sobre Terapia e Cursos Vivenciais com PNL
* Nelson Spritzer, "Pensamento e Mudança". Ed Record, RJ (pg.130)

PNL**pedro terror**
consultoria e programação neurolingüística

Tais resultados e perspectivas apontam, no meu entender, em boa hora, para um futuro mais eficaz das práticas psicoterapêuticas.

Observação:

No momento em que reapresento esta dissertação, Agosto de 1995, tem-se ampliado consideravelmente o campo de minhas investigações em PNL, tanto como psicoterapeuta, quanto como instrutor de cursos, inclusive dentro do âmbito empresarial. Esses dados estão sendo objeto de processamento e análise e serão objeto de outras publicações. Entretanto, posso adiantar que, num universo de quase 350 clientes de terapia e mais de 1.600 participantes de cursos, os índices apresentados acima, não somente vêm sendo confirmados como também superados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE PNL EM PORTUGUÊS



1. **O PODER SEM LIMITES - O CAMINHO DO SUCESSO PELA PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA.**
Anthony Robbins. Editora Best Seler. São Paulo, 1987.
2. **MODERNAS TÉCNICAS DE PERSUAÇÃO - A VANTAGEM OCULTA.**
Donald J. Moine e John H. Herd. Summus Editorial. São Paulo, 1988.
3. **QUALIDADE COMEÇA EM MIM - MANUAL NEUROLINGÜÍSTICO DE LIDERANÇA E COMUNICAÇÃO.** Dr. Tom Chung.
Editora Maltese. São Paulo, 1994.
4. **PENSAMENTO & MUDANÇA - DESMISTIFICANDO A PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA (PNL).**
Nelson Spritzer. L & PM Editores. Porto Alegre, 1993.
5. **POR TRÁS DA CONSCIÊNCIA - UM MANUAL DE INTRODUÇÃO À PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA.**
Leonel Telles de Menezes e Christina Ávila de Menezes. Editora Record. Rio de Janeiro, 1994.
6. **A ESPIRAL DE MUDANÇAS - COMUNICAÇÃO EFETIVA E NEUROLINGÜÍSTICA APLICADAS A MUDANÇAS PESSOAIS E ORGANIZACIONAIS.**
Sérgio Spritzer. Editora Ortiz. Porto Alegre, 1994.
7. **CRIANDO SEU FUTURO COM SUCESSO - PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA.** Tad James. Editora EKO. Blumenau, 1993.
8. **USANDO SUA MENTE - AS COISAS QUE VOCÊ NÃO SABE QUE NÃO SABE - PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA.**
Richard Bandler. Summus Editorial. São Paulo, 1987.

9. **TRANSFORMANDO-SE...MAIS COISAS QUE VOCÊ NÃO SABE QUE NÃO SABE.**
Steve e Corinae Andreas. Summus Editorial. São Paulo, 1991.
10. **A ESSÊNCIA DA MENTE - USANDO SEU PODER INTERIOR PARA MUDAR.**
Steve e Corinae Andreas. Summus Editorial. São Paulo, 1993.
11. **CRENÇAS - CAMINHOS PARA A SAÚDE E O BEM-ESTAR.**
Robert Dilts, Tim Hallborn e Suzi Smith. Summus Editorial. São Paulo, 1993.
12. **SOLUÇÕES - ANTÍDOTOS PRÁTICOS PARA PROBLEMAS SEXUAIS E DE RELACIONAMENTO.**
Leslie Cameron Bandler. Summus Editorial. São Paulo, 1991.
13. **O REFÉM EMOCIONAL - RESGATE SUA VIDA AFETIVA.**
Leslie Cameron Bandler e Michael Lebeau. Summus Editorial. São Paulo, 1993.
14. **A ESTRUTURA DA MAGIA - UM LIVRO SOBRE LINGUAGEM E TERAPIA.** Richard Bandler e John Grinder. Dahar Editores. Rio de Janeiro, 1977.
15. **SAPOS EM PRÍNCIPES - PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA.** Richard Bandler e John Grinder. Summus Editorial. São Paulo, 1982.
16. **RESIGNIFICANDO.**
Richard Bandler e John Grinder. Summus Editorial. São Paulo, 1986.
17. **ATRAVESSANDO - PASSAGENS EM PSICOTERAPIA.**
John Grinder e Richard Bandler. Summus Editorial. São Paulo, 1984.
18. **DESPERTE O GIGANTE INTERIOR.**
Anthony Robbins. Editora Record. Rio de Janeiro, 1993.
19. **KNOW HOW - COMO PROGRAMAR MELHOR O SEU FUTURO.**
Leslie Cameron Bandler, David Gordon e Michael Lebeau. Summus Editorial. São Paulo, 1991.
20. **O MÉTODO EMPRINT - UM GUIA PARA REPRODUZIR COMPETÊNCIA.** Leslie Cameron Bandler e Michael Lebeau. Summus Editorial. São Paulo, 1992.

Parecer Técnico da Comissão de Orientação e Fiscalização (CRP - 06)

PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA - PNL

O estudo aqui apresentado é resultado de consultas bibliográficas, de visitas para identificação e da minha participação pessoal em curso introdutório de Programação Neurolingüística além de discussões em reuniões da COF.

A PNL foi desenvolvida por Richard Bandler, John Grinder, Leslie C. Blander e Judith Delazier. É uma técnica que se propõe a desenvolver habilidades de comunicação e a modelar experiências humanas.

Os estudos referenciados nos textos de PNL, envolvem as áreas da lingüística, psicologia e neurofisiologia.

A técnica pressupõe que através da observação da linguagem e das manifestações fisiológicas pode-se identificar o padrão de comunicação de um indivíduo, assim como, obter acesso aos seus sistemas representacionais e modificá-los.

"Na linguagem da PNL, o cérebro se utiliza de três sistemas representacionais - o visual (V), o auditivo (A) e o cinestésico (C), este último englobando as experiências que envolvem todas as formas do "sentir". Pensar é produzir uma sequência interna de imagens, sons e sensações - um VAC- que tem uma certa ordem e um significado para quem pensa".
; (George Vittorio Szenészi).

Partem do princípio que cada pessoa se comunica (dá e recebe informações) de forma sistematizada, utilizando-se de uma codificação própria, que envolve os aparatos visuais, cinestésicos ou auditivos, ordenados de forma diferente.

Apontam que o sistema de comunicação recebe e fornece informações, utilizando-se de omissões, generalizações e distorções.

ANEXA: ALTERNATIVAS
ASTA-04- P.N.L.

O pensamento então compõe-se de representações da realidade, que formam o Mapa Mental que organiza as experiências pessoais e é a referência para as interpretações do indivíduo sobre o que acontece consigo mesmo e no seu ambiente.

No material estudado, encontramos como finalidade da PNL, tanto mudanças nos padrões de comunicação, como modificações de condutas e de aspectos da personalidade.

Sendo assim, parece-me pertinente sua utilização em atendimentos psicológicos de abrangência comportamental, como mais uma contribuição para a modificação do comportamento.

Como técnica de comunicação parece-me também que pode ser utilizada como mais um recurso no atendimento psicológico.

O trabalho da PNL, no entanto, não constitui uma especificidade do psicólogo, quando utilizado para outras finalidades.



CELI DENISE CAVALLARI

Fiscal do CRP-06

PARECER TÉCNICO

A Comissão de Orientação e Fiscalização deste CRP-06 através de seus Psicólogos Fiscais e Conselheiros, realizou estudos sobre a atividade denominada "Programação Neurolinguística" e considera que tem dados para concluir que:

- 1º) Psicólogos podem utilizá-la como um recurso para a modificação do comportamento já que a mesma propõe-se a alterações nos padrões de comunicação, de conduta e ou de personalidade, utilizando-se para isso de conhecimentos psicológicos reconhecidos;
- 2º) Não deve ser enquadrada como técnica de utilização privativa do Psicólogo já que pode também abranger diferentes áreas do conhecimento como lingüística e neurofisiologia e daí possibilitar aplicações diferentes, com diferentes finalidades.

DIEN 201 A

4 8 92

Francisco
AICIL FRANCO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

*Apurado o parecer
Encaminhar cópias às delega-
cias e à Comissão de Interga-
ção*

APÊNDICE 3:
Correspondência do CRP-06: Encontro Temático
(25/04/1996)

São Paulo, 25 de abril de 1996.

Caro(a) psicólogo(a),

Em junho próximo será realizado o **II Congresso Regional da Psicologia** e em agosto o **II Congresso Nacional**. Como é de seu conhecimento, tais congressos são os momentos máximo de deliberação das diretrizes para a psicologia. Muitas decisões importantes quanto a nossa organização política já foram tomadas, com a realização do I Congresso Nacional, em 1991. Naquele momento, estávamos iniciando um processo de discussão e era necessário repensar nossas entidades representativas, sua natureza e estrutura.

Agora é momento de partirmos para questões mais diretamente ligadas ao nosso cotidiano profissional. De acordo com os problemas apontados pelos profissionais desde a realização do I Congresso, e reafirmados pelas demandas que chegam aos Conselhos em seu dia a dia, os dois eixos temáticos principais serão a **Formação Profissional do Psicólogo** e o **Exercício Profissional da Psicologia**. Dessa forma, estaremos discutindo questões que, ao mesmo tempo, interferem em nosso trabalho e realização profissional e, comprometem a qualidade do serviço que prestamos à população.

Neste momento, estamos iniciando a organização dos **Encontros Preparatórios**, nos quais, através de debate, serão elaboradas as teses a serem apresentadas no **II Congresso**. Para que você possa participar de todo o processo, informamos os eixos temáticos e subtemas:

- I - Exercício Profissional:**
 - Políticas sobre as práticas alternativas
 - Avaliação psicológica
- II - Formação Profissional**
 - Estágio supervisionado - Clínica-escola/Centro de formação do psicólogo
 - Critérios para abertura e fechamento de cursos
- III - Lei 4.119/62, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.**
- IV - Lei 5.766/71, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.**

Estamos convidando-ota a participar da programação elaborada por este **Conselho**, conforme cronograma abaixo.

Atenciosamente,

COMISSÃO ORGANIZADORA

CRONOGRAMA DOS ENCONTROS TEMÁTICOS

Local: SINPRO - RUA BORGES LAGOA, 208 - VILA MARIANA

Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região
 São Paulo - Mato Grosso - Mato Grosso do Sul
 Rua Borges Lagoa, 74 - Cep 04038-000 - Vila Mariana - SP
 Tel.: (011) 574-7133 - Fax: (011) 575-0857

Obs.: O cronograma dos Encontros Temáticos estava ilegível no documento original.

APÊNDICE 4:

Texto Apresentado no Encontro Temático (16/05/96) -

Ana Bock

Texto que subsidia a discussão da "Encontro Temático".

Palestra sobre Práticas Alternativas

dia 16/05/96

conselho regional de psicologia

Ana Mercês Bahia Bock

Gostaria de iniciar confessando que não sou uma especialista neste assunto. Não o tenho estudado, apenas discutido na Faculdade e em 1994 participei a convite do Sindicato dos Psicólogos de uma mesa redonda sobre o assunto.

Feita a confissão, gostaria de iniciar minha reflexão a partir da discussão sobre o que seja ALTERNATIVO, adjetivo que tem qualificado algumas práticas em Psicologia. Acho importante iniciar por aí, pois às vezes temos o péssimo hábito de dar as coisas por certas e familiares, quando elas não são.

ALTERNATIVO, de acordo com o Aurélio, pode ser "opção entre duas coisas", "diz-se das coisas de que se pode escolher a que mais convenha" e enfim "que não está ligado aos interesses ou tendências políticas dominantes -imprensa alternativa."

Portanto, falar em prática alternativa implica reconhecer determinadas práticas como oficiais, como dominantes e reconhecer outras práticas como fora do oficial, das práticas cotidianas e comuns; implica uma escolha entre duas coisas, onde uma parece estar de acordo com as práticas dominantes e a outra é a que se escolhe como alternativa, que é também a que mais convém.

Apesar de tendermos a valorar positivamente tudo que se coloca como alternativa ao dominante, e preciso colocarmos aqui que **nem tudo que é alternativo é necessariamente um avanço**. Quando alguma peça de nosso automóvel se quebra e não há no mercado outra para substituir, podemos encontrar uma alternativa em alguma peça de um carro velho ou fazermos uma gambiarra; quando todos aderiram as fraldas descartáveis, a tralda de pano passou a ser uma alternativa para quando não se tem dinheiro suficiente ou a descartável esta em falta na farmácia.

Portanto, falar em práticas alternativas em Psicologia não significa automaticamente práticas que indiquem avanço ou progresso.

Gostaria aqui de dar continuidade a minha reflexão colocando duas questões:

1. como reconhecer o que é oficial, o que tem validade, possibilitando identificar outras práticas como alternativas?
2. O que eu considero alternativo em Psicologia?

Quanto a primeira questão, considero-a um bom tema para debate, isto é, tenho certeza que a resposta que darei aqui é incompleta e parcial.

A voz mais oficial na Psicologia, se podemos dizer assim, parece não estar no Brasil. As Universidades estrangeiras e a produção em Psicologia da Europa e dos Estados Unidos são uma referência bastante forte e importante para nós, psicólogos brasileiros.

Aqui no Brasil, temos as Universidades, as Associações Culturais e Científicas, os Conselhos, os Sindicatos e as personalidades da Psicologia. Temos ainda os meios de comunicação e a sociedade em geral que contribuem enormemente nesse processo. As normas e leis da profissão, a própria Constituição Brasileira, a prática instituída, os conteúdos curriculares são **todos elementos importantes para reconhecermos a prática oficial, dominante.** A própria noção de ciência, compartilhada pela maioria dos componentes destes círculos, é uma referência importante.

E aqui vale a pena abrir um parenteses para falar do papel da Universidade. Acredito que a Universidade pode prestar excelente serviço à sociedade, se se dispuser a ouvir e enxergar mais as práticas que se constroem na sociedade e investigá-las, colocá-las em debate, para referendá-las, criticá-las e transformá-las. Com essa perspectiva, claro que a Universidade não pode, ao desempenhar sua função, ser rígida, preconceituosa e reacionária. E me parece que a maior parte de nossas escolas têm sido assim.

Fechado o parenteses e retomando nossa busca de compreensão do que seja oficial e dominante em Psicologia, eu diria que seria equivocado identificar o "velho" com o oficial e o "novo" com o alternativo. No exemplo do carro e da fralda isto também ficava claro. Ali o velho é o alternativo. Também não é alternativo o que apenas alguns usam e oficial o que a maioria usa.

Apesar da dificuldade de identificarmos as práticas dominantes, eu diria que é também bastante difícil identificar as práticas "alternativas". Por que?

Porque **alternativo** é sempre uma opção; é uma escolha que alguém ou um grupo faz entre duas ou mais coisas. Portanto, deverá estar de acordo com os valores de quem escolhe; com a finalidade que se colocou para o trabalho; coerente com o projeto que se tem; com a visão de homem e de mundo de quem escolhe. Portanto, atribuir o adjetivo **alternativa** para alguma prática em Psicologia é também uma **questão política**. Atribuir o adjetivo **alternativa** a uma prática envolve um julgamento, que exige o conhecimento do projeto, dos valores, das finalidades, dos entraves ou barreiras que exigiram a busca do **alternativo**. E assim, de forma semelhante é possível se atribuir o adjetivo "oficial" ou "dominantes" a alguma prática, pois será aquela que está de acordo com as finalidades, projetos e valores dominantes na sociedade.

Assim, eu apontaria aqui como um dos aspectos que caracterizam as práticas e saberes dominantes, uma certa concepção de homem. A noção dominante em nossa sociedade: a noção de homem autônomo, livre, autoconstituído, autodeterminado, que tenta superar seus impasses com um esforço para produzir seu próprio processo de individuação, deixando de lado todas as circunstâncias históricas que o determinaram.

Apontaria também como uma concepção, não dominante hoje, mas que já dominou na história, foi ultrapassada por essa noção liberal de homem, mas ainda vigora em alguns discursos sobre o homem: a visão de homem pré-destinado. O homem dotado de uma natureza já constituída, que apenas se atualiza; o homem dotado de um destino.

Na verdade, ambas as noções pressupõem uma natureza humana. Na primeira, que é a visão liberal de homem, a liberdade e autonomia do homem estão dadas exatamente por esta natureza, que permite a ele um desenvolvimento isolado, pensado como isolado das circunstâncias históricas. O homem, graças a sua natureza, já possui seu projeto, que, se lhe forem dadas as condições adequadas no meio ambiente, desenvolverá adequadamente este potencial. Esta é a visão dominante na psicologia. Esta visão impregna nossas teorias, nossas técnicas (a idéia dos testes, por exemplo) e nossas práticas.

Colocada a questão desta forma, só me resta partir para a segunda questão e partilhar com vocês minha visão de prática alternativa em Psicologia. Coloco-me aqui como aquele sujeito, do qual falei, aquele sujeito que escolhe, que faz a opção entre duas coisas.

Eu desejo e trabalho para que a Psicologia seja uma profissão de grande penetração social; que esteja ao alcance de todos, principalmente daqueles que mais precisam dela. Luto e trabalho

para que a Psicologia possa contribuir para uma transformação social. Para que possamos ter uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Penso o homem como ser histórico (a contraposição de ser natural é um ser histórico), que constrói sua realidade e ao fazer isso constroi a si próprio. Não acredito em nenhuma visão que postule o homem como dotado de uma natureza humana, no sentido de uma essência abstrata e universal que o faz homem. Quem o faz é a sua intervenção no MEIO SOCIAL.

Penso a Psicologia servindo para a promoção de saúde, isto é, servindo para ampliar a consciência dos indivíduos no sentido de aumentar a compreensão que têm de si e do mundo.

Colocados estes pressupostos, o que poderia ser alternativo?

- . uma prática que não fosse elitista
- . uma prática que atinja a maioria da população
- . uma prática construída a partir de um projeto claro de homem e sociedade
- . uma prática que pense o homem inserido nas suas circunstâncias sociais
- . uma prática que escape das sofisticações desnecessárias em termos de técnicas, espaços e rotulos
- . uma prática que se liberte de noções como natureza humana, destino, potencialidades e vocações, estruturas psíquicas universais

- . uma prática que empurre o homem para sua coletividade; para a busca de ações conjuntas (projetos coletivos) que transformem as condições alienantes de nosso meio

- . uma prática que questione e escape do individualismo, da visão do homem autônomo.

E aí vocês poderão me perguntar se esta prática já existe.. Eu diria que este tipo de projeto ALTERNATIVO existe como projeto e é alternativo porque propõe outra direção para nosso trabalho, traz embutida uma nova concepção de homem e de mundo e principalmente porque se constitui como um projeto novo para a sociedade que está aí, esta sociedade desigual e perversa, onde os homens pensados como livres sobrevivem do aprisionamento e morte de um contingente bastante grande de outros homens que não são livres, nem autônomos, mas escravos da luta cotidiana pela sobrevivência. Mas também, sendo um pouco mais otimista, eu diria que encontramos sim, no seio de nossa categoria, psicólogos capazes que ousar construir na prática estes projetos: são psicólogos que se colocaram ao lado do povo e em interiores distantes neste país inauguraram uma prática alternativa; ou ainda são psicólogos que na cidade de São Paulo resistem a implantação do PAS do governo Maluf, projeto pretensamente alternativo que retoma o que há de mais perverso em nossa sociedade liberal.

(alterna,doc)

APÊNDICE 5:

Texto Apresentado no Encontro Temático (16/05/96) -

Cláudia Vieira

AS PRÁTICAS ALTERNATIVAS

Série 19

Cláudia Maria Sodré Vieira
SP, 05/96

O Conselho vem se deparando com a necessidade de definir uma política clara com relação às práticas alternativas. Em outras gestões o problema foi tratado como do âmbito da fiscalização. Medidas como os cartazes e publicações do tipo "Alerta aos psicólogos" e "Alerta a população" buscavam esclarecer o que era inaceitável na prática psicológica e o que lhe era alheio. Esse período ficou conhecido como o da "Caça às bruxas", como uma perseguição e uma postura própria à inquisição. Há muito de folclore nessa imagem e um tanto de exagero, talvez a fiscalização era mais evidente e a instauração de processos éticos, medida mais utilizada.

A gestão anterior, em especial através da Comissão de Psicoterapias buscou uma aproximação com os profissionais que estavam envolvidos com as práticas alternativas com o intuito de definir uma posição do Conselho sobre estas práticas e oferecer espaço para a discussão. Desses contatos pudemos apreender que existia uma expectativa de que o Conselho reconhecesse estas práticas como psicológicas. Esse reconhecimento, mais do que eliminar o risco de processo ético, conferiria legitimidade a tais práticas. Em geral, a exigência vinha no sentido de reconhecimento sem necessidade de nenhuma avaliação prévia ou do estabelecimento de critérios definidos. Cabe salientar que muitas pessoas se colocaram favoráveis à busca de um melhor embasamento teórico, de maior consistência, etc. Nas fases preparatórias do Congresso Regional de 1994, oportunidade como a que se revela agora, foram discutidas proposições relativas às alternativas que culminaram em uma discussão de nível nacional.

O Congresso Nacional da Psicologia no mesmo ano, definiu uma política para os Conselhos quanto às práticas Alternativas

Propor, em associação com a comunidade científica, projeto de estudo de práticas existentes e das novas práticas e métodos da Psicologia através projetos de pesquisa que avalie cientificamente sua pertinência e a possibilidade de serem utilizados como recursos psicológicos.

Essa tese implica que devem ser avaliados dois aspectos das práticas: se são pertinentes ao campo da Psicologia e se são científicos. Decorre dessa tese que não é o conselho que avalia a cientificidade e pertinência de uma teoria, nem de um método ou técnica, mas esta função cabe à comunidade científica.

A outra tese do Congresso nos apresenta uma nova vertente para análise:

Reconhecer que o referendado de novas técnicas e teorias consideradas alternativas é papel das Universidades, da comunidade profissional e usuários e não do Conselho.

Que é papel da Universidade, não há a que se opor, porém com a ressalva de que não adianta querermos tornar científico o que é de outra natureza. É um contrasenso verificar a cientificidade do pressuposto da reencarnação, por exemplo. Não adianta querer tornar científico algo que não o é por princípio. Assim ficam excluídas do exercício da Psicologia aquelas práticas que se baseiam em pressuposto religiosos, místicos, mitológicos e de senso comum. Não significa com isso que estas formas de conhecimento estão sendo desqualificadas, mas apenas que são de outra ordem.

A Psicologia é uma profissão cujo exercício tem como exigência legal a graduação que se dá na academia, segundo princípios que regulam a produção de conhecimento científico.

A comunidade profissional, por seu turno, referendaria novas práticas de forma semelhante ao que ocorreu com cada uma das correntes em Psicologia, através do debate, da comprovação de resultados, da formação de um corpo teórico, da revisão e da crítica. Para isto é preciso que venha à luz o debate, que saia dos porões e possa ser exposto para ser avaliado, e a melhor forma para isto é através da realização de pesquisas e não buscando o reconhecimento do Conselhos. Não é função dos Conselhos produzir conhecimento ou validá-lo.

Por outro lado, deixar que o referendun seja dado pelo usuário é ficar excessivamente próximo de um critério mercadológico, ao sabor da moda e de uma demanda cada vez mais acentuada de imediatismo, que expõe a todos às mais variadas formas de charlatanismo. As pessoas se drogam como forma de controlar a ansiedade, as pessoas buscam seitas religiosas onde são exploradas e agradecem por isso, vamos reconhecer nessa busca como um referendun?

A situação concreta atual é que os profissionais psicólogos continuam lançando mão de práticas ditas alternativas. Creio que seria útil perguntarmo-nos porque. Não por que os psicólogos buscam algo mais além do que a Psicologia lhes oferece, mas por que querem transformar as práticas alternativas em Psicologia. Por que buscar o lugar da Psicologia? Seria por que a Psicologia no decorrer do tempo angariou confiabilidade social? Por que um Astrologo precisa da Psicologia para ser Astrologo, por exemplo?

Por outro lado a formação recebida na faculdade deixa tanto a desejar que o Psicólogo recém-formado não percebe que existem diferentes matrizes psicológicas, não é capaz sequer de dar conta dos recursos e técnicas que aprende na Faculdade, e quer associá-los ou substituí-los por outros, e existe um mercado de práticas, que as vendem aos montes para os psicólogos. Cada dia é uma nova descoberta de uma técnica fabulosa que produz os efeitos mais fantásticos e os psicólogos, especialmente os recém-formados são alvo fácil para esses caça níqueis.

E entre uma ilusão e outra nos afogamos num mar de práticas que partem de concepções de homem que se distanciam das teorias psicológicas e se aproximam cada vez mais das religiosas.

Se não é função deste Conselho avaliar o que é científico ou não, é sua função precípua decidir sobre o que é pertinente ao exercício profissional. A posição deste Conselho tem sido clara: O CRP-06 tem orientado a categoria no sentido de não associar práticas psicológicas aquelas não reconhecidas pela ciência, pela ética e pela profissão. Considera como práticas Psicológicas aquelas ensinadas nas Faculdades de Psicologia. Considera ainda como fora do campo da Psicologia todas aquelas práticas que se baseiam em pressupostos místicos e religiosos. Esta continua sendo a posição desta gestão. Assim a Resolução do Conselho Federal de Psicologia, que enuncia as práticas que não podem ser associadas às psicológicas, deve ser uma referência para a categoria.

Consideramos que uma regra, uma lei ou uma norma, por mais incompleta e imperfeita que seja é melhor do que nenhuma, é no mínimo um organizador. O clima neoliberal cínico de individualismo exacerbado que cria a ilusão de que cada cabeça é uma sentença, é exatamente o clima que elimina em nós a possibilidade de sermos críticos e consequentes. Só somos sujeitos quando podemos reconhecer o que nos sujeita. Não podemos ser tudo, temos que optar. Existem várias formas de conhecimento: o religioso, o de senso comum, o científico. Propomos acrescentar às já expostas uma outra linha divisória que talvez seja mais pertinente a nosso campo, que é a que se interpõe entre a racionalidade e a irracionalidade. A Psicologia reconhecendo a irracionalidade do homem é capaz de torná-la seu objeto e se constitui como um campo específico quando reconhece no sujeito produtor do conhecimento esta irracionalidade e este fazendo deste reconhecimento um exercício da razão. Ser racional não é negar a irracionalidade mas reconhecê-la como um dos nossos elementos constituintes, artifício que pode nos permitir não sucumbir ao irracional. Podemos, por exemplo buscar compreender qual o significado simbólico da crença nos anjos da guarda, estudar quais efeitos dessa crença, ou como ela se construiu num dado grupo. O que não nos compete é usar como um recurso psicoterapêutico acender velas para anjos ou dizer para os nossos pacientes conversarem com seus anjos da guarda, aceitando-os como uma realidade concreta. Nada nos impede, entretanto de que como pessoas, como mães ou filhos, acendamos nossas velinhas e não cabe a este Conselho determinar se devemos ou não fazer isso, nem fazer um alerta a população sobre anjos da guarda.

Analisando o pedido das práticas alternativas de reconhecimento como parte da Psicologia nos obriga, inevitavelmente, a pensar sobre a Psicologia que construímos, sobre o profissional que formamos e sobre nosso projeto com de Psicologia enquanto ciência e enquanto profissão. Temos que resgatar a idéia de que toda ciência é historicamente determinada e que nada há que façamos que não seja uma ação política. Cabe nos perguntarmos qual o lugar da Psicologia e qual o papel que desejamos que venha a desempenhar neste mundo em plena barbárie, onde morrem assassinadas duas crianças por dia, onde são massacrados sem-terra, onde a vida humana nada vale, onde cidadania é apenas uma palavra, onde um outdoor alardeia, sem cerimônia que um filho é a coisa mais importante, depois de um celular e de um Mitsubishi. A questão que nos está posta é de natureza ética, dos fins. Não penso que seja discutirmos se há cientificidade nas práticas alternativas ou não. Essa questão quem deve se colocar são os profissionais que delas se utilizam e cabe a academia e instituições ligadas a pesquisa essa definição. A nós cabe questionar à Universidade que profissionais estão formando, se estão formando cidadãos que questionam criticamente o seu fazer, seja aplicando testes ou considerando que podem usar mapa astral. Cabe questionar o profissional que se utiliza de práticas místicas por que insiste em denominá-las psicológicas e, cabe cobrar daqueles profissionais que estão inovando em seu fazer, que se comprometa com suas descobertas e que as submeta a apreciação e a crítica, em benefício da Psicologia e das pessoas afetadas por nossas ações.

Eu penso que uma das coisas mais importantes neste nosso tema é não mascarar de que lugar falamos para não enlouquecermos uns aos outros. O Conselho tem um lugar específico: ele fala do lugar da norma, da regulamentação. Não fala do lugar da academia, não fala do lugar da produção do conhecimento, nem da defesa do mercado. O Conselho tem como objetivo prioritário, por mais antipático que isto possa parecer, não o psicólogo, mas a sociedade, os usuários dos serviços psicológicos e tem o poder de punir o mal profissional que lesa o usuário do ponto de vista ético. Estou certa de que apenas parece antipático pois creio que estaremos todos de acordo ao reconhecer que estamos todos aqui com o intuito de garantir que as nossas ações venham beneficiar aos usuários de nossos serviços. Não estamos aqui para cuidar de nosso próprio umbigo. Assim, o que teremos que definir nesse Congresso é qual a política dos Conselhos com relação às práticas alternativas, a todas elas, não esta ou aquela. Temos que definir princípios e ações, o que fazer em relação a este tema.

APÊNDICE 6:
II Congresso Nacional de Psicologia
Sistematização das Deliberações - Parte referente às
Práticas Alternativas

II CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA SISTEMATIZAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

SUMÁRIO

1. Estágios
2. Proliferação Indiscriminada de Novos Cursos
3. Avaliação Psicológica
4. Práticas Alternativas
5. Lei 4119/62
6. Lei 5766/71
7. Fórum de Entidades
8. Moções

4. PRÁTICAS ALTERNATIVAS

Indicativo de mudança no eixo da discussão das Práticas Alternativas, apontando a ampliação do debate, privilegiando a produção do conhecimento para a Psicologia dentro do contexto sócio-histórico em que estamos inseridos e buscando uma apropriação maior das práticas que já vem norteando a atuação do profissional da psicologia em sua inserção no campo social.

Até o final do 1º semestre do ano administrativo de 1997, será editada nova Resolução, quando será revogada a Resolução nº 029/95.

Para assessorar o CFP, elaborando minuta da resolução, será realizado, nesse prazo, fórum de debate com a base, em reunião nacional, com 2 representantes de cada CR e do CFP, com poder deliberativo.

Princípios:

- Resolução norteadora e orientadora.
- Indicativo de garantia de qualidade dos serviços psicológicos.
- Baseados em princípios democráticos e éticos.
- Garantidos os direitos dos usuários dos serviços do psicólogo.
- Utilizando como critério do que é pertinente ao campo da Psicologia aqueles critérios já reconhecidos pela comunidade científica.
- Respeitar as teses aprovadas no I e II CNP.

Que o CFP possibilite o desenvolvimento de uma política continuada a partir da qual o profissional possa redimensionar sua prática.

O II Congresso Nacional da Psicologia decide que os princípios aprovados no item Psicoterapia do I CNP (pág. 18), devem ser norteadores das ações referentes às Práticas Alternativas.

A. Estudos e pesquisa em parceria: Agências Formadoras, Conselhos e outras Entidades

Ratificam-se as deliberações do I CNP sobre as práticas ditas alternativas e apresenta-se como tese complementar:

O Conselho não é um órgão de validação e de reconhecimento de técnicas. Tem função de normatizar o exercício profissional, isto é, a relação do profissional com a comunidade, zelando pelos princípios e compromissos da profissão. Não é o Conselho, mas sim a comunidade científica que tem esta responsabilidade, embora o mesmo deva fornecer subsídios relativos ao exercício profissional para que esta função se cumpra. Ele deve se instrumentalizar para saber o que já é validado e o que não é, ter regras claras para a relação com a comunidade, considerando:

a - Técnicas já reconhecidas;

b - Técnicas em processo de reconhecimento;

c - Técnicas em fase de pesquisa.

O Conselho deverá estimular e incentivar a comunidade científica para a discussão e pesquisa das diferentes práticas ditas alternativas.

O Conselho deverá promover ações políticas no sentido de, em conjunto com outros Conselhos de Saúde, possibilitar a discussão e posterior regulamentação sobre a utilização de recursos de saúde que não são exclusivos de quaisquer profissões, mas que poderão ser utilizados enquanto prática das diversas profissões de saúde.

O Conselho deverá ter como uma das suas funções permanentes, a afirmação da Psicologia como ciência e profissão, especificando o que são práticas psicológicas, divulgando através da mídia o campo específico de atuação do psicólogo e levando o esclarecimento ao público através de:

a) ações educativas sistemáticas junto à comunidade através dos meios de comunicação de massa sobre o exercício profissional do psicólogo.

b) ações educativas e sistemáticas junto aos profissionais psicólogos através das organizações e entidades de classes, tais como cooperativas, associações, núcleos, etc.

c) ações educativas sistemáticas em relação aos estudantes de psicologia - através da ocupação do espaço político, científico, cultural nas universidades, promovendo a aproximação com as organizações estudantis, proporcionando maiores esclarecimentos quanto ao exercício profissional e garantindo a disponibilidade das publicações dos CRP's e CFP para as bibliotecas das agências formadoras.

d) ações educativas sistemáticas em relação aos estudantes e professores de psicologia de 2º grau, através de informação acerca da psicologia como ciência e profissão.

e) manifestações públicas face a fatos que denigram ou deturpem o exercício profissional da psicologia.

A política do Conselho sobre as práticas psicológicas deverá:

a) lutar pela livre expressão de idéias das diferentes concepções ontológicas e epistemológicas da psicologia;

b) quanto ao exercício profissional:

- orientar o psicólogo a não associar em sua atuação aquelas práticas baseadas em pressupostos irracionais, místicos, religiosos e imedialistas ou de senso comum; - esclarecer as condições de uso do tratamento quando aplicar técnicas não psicológicas ou afins com a psicologia que tenham validade ou que sejam passíveis de avaliação científica, indicando a situação em que se encontra.

APÊNDICE 7:
Análises Individuais

JCRP-002/1981

JORNAL DO CRP-06. n.2. p.3. Ano 1. Mar-Abr. 1981

SEÇÃO: Reportagem

TÍTULO: Pirâmides. uma simples técnica entre tantas?

GESTÃO: Terceiro Conselho

Pirâmides, uma simples técnica entre tantas?

Sua formação é kleiniana. Hoje, quando falam na adoção de uma "linha" de conduta se afirmam ecléticas: "Vamos adotar uma 'escola' para cada paciente. Não podemos colocar o indivíduo numa trilha e dizer que 'tudo é complexo de Édipo'. Portanto, não podemos ser só Freud, só Klein". Vilma e Adelaide consideram que é um conjunto de fatores que fará com que o indivíduo se modifique. E, para atender as necessidades atuais e reais do paciente, elas podem usar pirâmides, sonoterapia, hipnose, relaxamento, regressão, acupuntura, análise, anamnese. "Todos são igualmente válidos", argumentam as psicólogas.

"Não nos escondemos atrás das pirâmides", afirmam Vilma e Adelaide. Os pacientes podem ou não optar por elas.

As psicólogas gaúchas travaram conhecimento com as pirâmides na leitura dos antigos, depois que fizeram cursos e experiências. Segundo elas, trabalhar com pirâmides é trabalhar com a Psicotrônica, originária dos países socialistas (Romênia, Tchecoslováquia, URSS) e que pesquisa a energia, que tem tantas naturezas cuja amplitude sequer foi completamente detetada.

A pirâmide, explicam Vilma e Adelaide, é um simples condensador e distribuidor de energia cósmica ou ódica. Ela nada mais faz do que captar energia através das pontas, criando dentro um campo de força. Seu princípio é o de que o desequilíbrio da energia cósmica afeta o equilíbrio da energia calórica e o da telúrica, gerando desequilíbrios somáticos e psíquicos. A doença, assim, é consequência de uma descompensação de energia.

Na sua lide com os pacientes, Vilma e Adelaide não tomam as pirâmides com um "método" de atuação. É uma técnica, entre tantas, que dá resultados que consideram positivos. "Não se trata de bruxaria, como pode ver", dizem as psicólogas. Na defesa da liberdade de serem "ecléticas", Vilma e Adelaide argumentam que boa parte dos profissionais geralmente não admitem que abandonaram a "ortodoxia" na sua prática diária, uma vez que uma "linha" bem definida por enquanto é o que há de mais aceito do ponto de vista institucional.

O que é válido ou não no tratamento de um paciente? Quais os métodos e as técnicas que um psicólogo pode utilizar? Quando um método ou uma técnica podem ser considerados científicos? A resposta, ou as respostas não estão no bolso do colete, a menos que a verdade seja propriedade privada. Ora, como a ciência está sendo, não é um produto acabado à venda nas boas casas do ramo, tomemos, para começo de conversa, que uma ciência é, pelo menos, um conhecimento sistematizado. Na área da Psicologia, como de resto em qualquer área do conhecimento, todo dia surgem novidades. Novidades, sim. Não milagres. A proposta do CRP-06 é abrir espaço para a discussão, a troca de idéias e experiências. Pelo sim e pelo não. Assim, o jornal do CRP-06 inicia uma série de

reportagens com os profissionais de Psicologia e seus inúmeros métodos e técnicas de trabalho.

Começamos pelas pirâmides.

Adelaide Menezes Guedes e Vilma Maria Albuquerque Vale, gaúchas de origem, são psicólogas formadas pela PUC de Porto Alegre (primeira turma de Psicologia daquela Universidade) e trabalham em São Paulo desde o começo da década passada. Sua formação é sólida, de uma época na qual os estágios e a formação analítica precisavam ser feitos na Faculdade de Medicina porque praticamente inexistiam psicólogos na área de formação. Trabalharam em educação, indústria, clínica e pesquisa de testes.

ANÁLISE

O primeiro aspecto a nos chamar a atenção é o título. Está posta uma questão sobre as pirâmides. O dito da enunciação é a pergunta se seriam as pirâmides apenas uma técnica a mais, entre tantas. O que está mostrado (implícito) nessa mesma pergunta é que, se assim não forem (*uma simples técnica entre tantas*), se não forem apenas uma técnica a mais, então elas contêm algo de especial em seu caráter, ou em sua aplicabilidade. Além disso, é de se observar que a pergunta é lançada aos psicólogos, público leitor do jornal.

O texto, propriamente dito, é iniciado de uma forma intrigante: apresenta-se primeiro um predicado de um sujeito que só depois – e aos poucos – será apresentado. Essa inversão faz da informação sobre a formação das profissionais referidas um dado relevante, que, posto em primeiro plano no texto, faz pensar no motivo desse destaque. E mais, coloca-as em um lugar específico: o de quem recebeu uma formação teórica psicanalítica - e kleiniana. A introdução do advérbio *Hoje* na oração seguinte já insere um distanciamento temporal entre essa formação das psicólogas e a forma de trabalho atualmente adotada por elas, abrindo, com isso, a possibilidade de que aquela primeira formação tenha passado por modificações. É o que aparece em seguida, como discurso relatado, discurso direto (uma das modalidades polifônicas mais presentes neste texto), em que é dada voz às próprias psicólogas.¹

¹ Frise-se, aqui, que a análise passa a ser feita em dois planos, sobrepostos, já que se pode identificar um discurso do CRP e um discurso das psicólogas a quem ele se refere. Este aspecto tem grande importância, na medida em que é o próprio Conselho que apresenta aquilo que chamará de “defesa” das psicólogas, como veremos adiante.

Estas argumentam pela negação: o que explicitam é o que não se pode fazer - *colocar o indivíduo numa trilha e dizer que 'tudo é complexo de Édipo'* - e isto é diferente de *adotar uma 'escola' para cada paciente*. No entanto, ao concluírem que *não podemos ser só Freud, só Klein*, há pressupostos aí implicados que devem ser comentados: a) ser Freud, ser Klein, é identificar-se, em algum nível, com esses referentes; b) é do conhecimento geral que Freud e Klein eram psicanalistas. Assim, o pressuposto é o de que não se pode ser só psicanalista, como Freud, como Klein. Opostas a esse não poder ser *só Freud, só Klein*, Vilma e Adelaide apontam tanto a pluralidade das escolas e técnicas de que podem lançar mão, e que vão variar de acordo com o paciente, como *um conjunto de fatores que fará com que o indivíduo se modifique*.

Esse mesmo conjunto aparece também como responsável pela modificação de um indivíduo. Tal modificação supõe, de um lado, uma demanda desse indivíduo e, de outro, que seja esse o papel das psicólogas: fazer intervenções modificadoras, valendo-se de técnicas diversas: *pirâmides, sonoterapia, hipnose, relaxamento, regressão, acupuntura, análise, anamnese*. Assim, o enunciado "*Todos são igualmente válidos*", atribuído às psicólogas, coloca as técnicas a que se referem em um mesmo plano, indiferenciando-as quanto à sua origem e finalidade e unificando-as quanto à sua condição de *atender as necessidades atuais e reais do paciente*. Este é o sentido de sua validade.

Não nos esqueçamos de que o discurso relatado, direto e indireto, com que é construída grande parte desse texto, é o recurso de que se vale o locutor-enunciador CRP para apresentar a posição das psicólogas (enunciadoras). Com isso, a voz de quem está falando do lugar do Conselho, da norma, da lei, confunde-se com a das psicólogas que estão defendendo seu direito de usarem a(s) técnica(s) que julgarem mais apropriada(s) para cada um de seus pacientes, a despeito de ela ser ou não psicológica.

É interessante notar, sobretudo, que logo a seguir, depois de citar entre aspas uma fala de Vilma e Adelaide ("*Não nos escondemos atrás das pirâmides*", afirmam Vilma e Adelaide.), há uma enunciação que caracteriza o discurso indireto livre, a forma mais ambígua de discurso relatado: *Os pacientes podem ou não optar por elas*. Ficamos nós sem saber quem é o responsável por esse enunciado: o CRP ou as

psicólogas. Ainda, se observamos esse enunciado como partindo do CRP, a ambigüidade parece aumentar, especialmente pelo uso do pronome (*elas*): assim como os pacientes podem ou não optar por *elas*, pirâmides, podem ou não optar por *elas*, psicólogas.

Prosseguindo a leitura do texto, observamos que são apresentadas novas informações a respeito das psicólogas. À sua formação psicanalítica soma-se, agora, o fato de que elas *fizeram cursos e experiências* sobre pirâmides, o que as levou a lerem *os antigos*. Esta forma de enunciação supõe familiaridade, cumplicidade do leitor com o assunto a que se refere, já que se pode perguntar: afinal, o que é antigos? quem seriam os antigos? autores? livros? pessoas?, mas não se pode responder, sem especulações, se não se tiver alguma familiaridade com o tema. [Resta ao leitor a possibilidade de fazer as suposições que bem entender...].

Da mesma forma, ficamos sabendo da relação que há entre o trabalho com pirâmides e a Psicotrônica, com inicial maiúscula - o que sugere uma tentativa de aproximar o primeiro do caráter talvez mais sério e científico da segunda. Esta tendência parece ir se confirmando, quando lemos que a Psicotrônica seria originária de países como a União Soviética, (longe ainda de ser extinta) e cuja tradição em pesquisas tecnológicas era reconhecida mundialmente. E é exatamente *pesquisa* o que faria a Psicotrônica. É de se supor, portanto, que a aproximação do trabalho com pirâmides de um modelo de *pesquisa de energia*, tal como ocorre no discurso das psicólogas, confira às pirâmides uma condição distinta de uma técnica qualquer.

A explicação de Vilma e Adelaide (como ato) sobre o que seria a pirâmide parece também se incluir nesta série de procedimentos científicos: a pirâmide, sendo um simples condensador e distribuidor de energia cósmica ou ódica, ... nada mais faz do que captar energia através das pontas, criando dentro um campo de força. Atente-se para os termos sublinhados: ser *um simples* e *nada mais fazer* podem indicar a destituição ou a desmistificação de algo; seja como for, aquilo de que se diz ser simples e nada mais fazer - as pirâmides, no caso - vem a ocupar, com essa caracterização, um lugar "comum". O que aponta para a possibilidade de, até então, terem ocupado um lugar diferente, especial, quiçá místico. Ainda, *captar energia* e *criar um campo de força* são processos e conceitos investigados e descritos pela ciência. Em outras palavras, esse fragmento discursivo estrutura a idéia de que as

pirâmides podem ser explicadas não mais apenas pela leitura dos *antigos*, mas são explicáveis numa linguagem científica: o que são, o que fazem, qual seu princípio de ação e as relações causais que estabelecem. Assim, seu lugar passaria a ser junto ao da ciência.

O parágrafo seguinte, onde se lê que *Na sua lide com os pacientes, Vilma e Adelaide não tomam as pirâmides com [sic] um "método" de atuação* esclarece melhor o sentido de desmistificação que já se anunciava anteriormente. As pirâmides, assim, não são um *"método" de atuação*, isto é, embora possam ser explicadas em termos científicos, não constituem um método, não seguem o modelo científico. Os termos científicos parecem servir, então, para conferir às pirâmides um estatuto distinto de um conhecimento mágico, místico ou esotérico. Ser *uma técnica* e dar *resultados* já aproximaria, por si, esse conhecimento da ciência moderna. Ser, além disso, *uma técnica, entre tantas*, não desqualificaria as pirâmides como uma técnica qualquer, mas as colocaria na condição de técnica e não de um conhecimento qualquer, dos antigos, atualizando-as e desmistificando-as, ao mesmo tempo. Dessa maneira, *"Não se trata de bruxaria, como pode ver", dizem as psicólogas.*

Defender a *liberdade de serem "eccléticas"*, neste caso, é defender a liberdade de incluir as pirâmides como uma técnica a mais em sua prática profissional, assim como faz *boa parte dos profissionais*, mas que *geralmente não admitem que abandonaram a "ortodoxia" na sua prática diária*. A razão disso, posta com todas as letras: *uma "linha" bem definida por enquanto é o que há de mais aceito do ponto de vista institucional*. Não é o caso de Vilma e Adelaide, como encontramos enunciado nas diversas citações de sua fala até então, feitas pelo locutor-CRP.

Este entra em cena, agora, lançando perguntas sobre os instrumentos válidos para o tratamento (que se supõe seja o psicológico) de pacientes; sobre métodos e técnicas psicológicas e sobre o que confere ou não cientificidade a um método ou uma técnica. Ora, uma vez que é o próprio locutor, o Conselho de Psicologia - instituição responsável por disciplinar e fiscalizar o exercício profissional dos psicólogos - que faz tais perguntas, é de se perguntar, também, se elas estão sendo dirigidas ao público-alvo, leitor do jornal, os psicólogos. Isso porque *A resposta, ou as respostas não estão no bolso do colete, a menos que a verdade seja propriedade privada*. Assim, se a verdade não for propriedade privada, ela é pública. De forma

que nem o Conselho nem os psicólogos podem dar respostas isoladamente, particularizando sua verdade.

A despeito disso, lemos o Conselho apresentar, *para começo de conversa*, sua visão de ciência: *não é um produto acabado à venda nas boas casas do ramo*. Além disso, *uma ciência é, pelo menos, um conhecimento sistematizado*. Quanto à sua visão da Psicologia, as novidades surgem *todo dia*, nessa área. Mas: *Novidades, sim. Não milagres*. Assim, se o posto do enunciado é que o conhecimento científico é produto de um processo que exige sistematização, por outro lado, quanto à Psicologia, o pressuposto é que tal sistematização deva ser cotidiana - uma vez que as novidades surgem todo dia - e árdua, uma vez que não há milagres.

Em relação a essas questões que coloca, o Conselho apresenta seu posicionamento explícito no trecho em que fala que sua proposta é *abrir espaço para a discussão, a troca de idéias e experiências. Pelo sim e pelo não*. Reorganizando seu dito, temos que a proposta é de abrir espaço para a discussão; abrir espaço para a troca de idéias e para a troca de experiências, pelo sim e pelo não. Discussão, troca de idéias e experiências entre partes/posições opostas, sim e não. Dessa forma, o papel do Conselho seria apenas o de abrir espaço para a discussão e para a troca, e não o de tomar alguma posição, além da de mediador, entre o sim e o não. Mas quando *o jornal do CRP-06 inicia uma série de reportagens com os profissionais de Psicologia e seus inúmeros métodos e técnicas de trabalho* e começa pelas pirâmides, o Conselho está tomando uma posição clara: entre os *inúmeros métodos e técnicas de trabalho* dos profissionais de Psicologia incluem-se as pirâmides. Que são escolhidas para iniciar a série.² E não é só: as duas profissionais de Psicologia que usam as pirâmides como técnica terapêutica, e que só agora são apresentadas formalmente (informa-se seu sobrenome, estado de origem, instituição em que se formaram e local atual de trabalho), possuem uma *formação sólida*. Esta solidez vem relacionada a e situada em *uma época na qual os estágios e a formação analítica precisavam ser feitos na Faculdade de Medicina*. Além disso, possuem também uma experiência profissional diversificada: *Trabalharam em educação, indústria, clínica e pesquisa de testes*. Estes aspectos, somados à formação kleiniana referida no início

² Que não teve prosseguimento, segundo nossos arquivos.

e às explicações de cunho científico que são apresentadas, aparecem no discurso do CRP como a garantia da seriedade profissional e cientificidade das psicólogas que trabalham com pirâmides. O curioso é que esses dados só aparecem no fim do texto, que começa - literalmente - pelas pirâmides. Aponte-se, por fim, que é no contexto discursivo do Jornal do Conselho que lemos a argumentação das psicólogas “defendendo” seu direito de trabalhar com as pirâmides.

JORNAL DO CRP-06, n. 78, p.3, Ano 12, Jul-Ago, 1992

SEÇÃO: Não indicada

TÍTULO: Alerta à População

GESTÃO: Movimento

Alerta à População

No dia 28 de junho último, os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia fizeram uma campanha nacional, com o objetivo de fornecer informações à população sobre os serviços psicológicos. A campanha se iniciou com a publicação de matéria paga (cujo texto reproduzimos abaixo) nos jornais de maior circulação, em todas as regiões do país e, ao mesmo tempo, foram distribuídos 10 mil cartazes (contendo o mesmo texto) em locais estratégicos, como postos e centros de saúde, hospitais, faculdades etc, nas principais cidades do Brasil.

Hoje, existe a oferta de inúmeras técnicas de tratamento alternativo (florais de bach, cristais, astrologia, terapia de vidas passadas etc) que são divulgadas como sendo instrumentos da Psicologia. Os Conselhos não reconhecem a validade científica de tais técnicas e se preocupam com os efeitos que estas podem causar nos seus usuários.

As medidas institucionais que visam conter o uso dessas práticas no exercício profissional do psicólogo já estão encaminhadas, mas é necessário também esclarecer a sociedade quanto ao seu direito de exigir qualidade nos serviços que lhe são prestados.

Para ampliar a divulgação do "Alerta à População", os Conselhos Regionais fizeram um trabalho junto à imprensa, propondo matérias a respeito da questão.

Abaixo segue a íntegra do texto utilizado na campanha:

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, no uso de suas atribuições legais e do interesse social, fazem este alerta à sociedade:

- 8) A Psicologia se baseia em conhecimentos científicos. Ao procurar um psicólogo, informe-se sobre seu método de trabalho. Discuta com ele se suas necessidades e expectativas podem ser atendidas por este profissional.*
- 9) A Psicologia não faz milagres. Práticas místicas e adivinhatórias não são técnicas da Psicologia.*
- 10) Técnicas ditas terapêuticas que propõem soluções imediatas de problemas psicológicos não têm o nosso reconhecimento. Em caso de dúvida consulte o Conselho de Psicologia.*
- 11) Só pode exercer a profissão de Psicólogo aquele que estiver inscrito no Conselho de Psicologia de sua região. É direito seu solicitar a apresentação da carteira de identidade profissional do psicólogo.*
- 12) Uma das atribuições do psicólogo é aplicar, apurar e fazer uso de testes psicológicos. Não leve a sério diagnósticos baseados em testes aplicados por profissionais não-habilitados ou divulgados em revistas não-científicas.*

- 13) *O estagiário de psicologia é um estudante do curso de graduação. A sua atuação deve estar obrigatoriamente sob a responsabilidade de um psicólogo supervisor devidamente registrado no Conselho de Psicologia.*
- 14) *Havendo um atendimento não adequado pelo psicólogo, procure orientação no Conselho de Psicologia.*

ANÁLISE

Um alerta, lançado a quem quer que seja, pressupõe a existência de algo que deve ser notado, seja uma ameaça, um perigo a ser evitado, seja uma oportunidade que não pode ser perdida. No caso desse texto, o alerta já se anuncia no título. Por isso mesmo, é necessário observar se o que deve ser notado, aquilo a que se deve prestar atenção, está explicitado no discurso, ou se encontra implícito nos enunciados.

O que se fala de início é que ocorreu uma campanha nacional e conjunta - sugerindo a abrangência da ação - objetivando-se informar a população sobre os serviços psicológicos. O pressuposto do enunciado é que a população não tem informação sobre tais serviços.

Logo a seguir encontramos o reconhecimento explícito do locutor-CRP de uma série de fatores conjugados: uma *oferta* de *técnicas*, que, além de serem *inúmeras*, são *técnicas de tratamento*. Não se trata, porém de um tipo inespecífico de *tratamento*, mas de um *tratamento alternativo*. Essa espécie de tratamento é relacionada a algumas das *técnicas* que, apesar de serem *inúmeras*, são aqui enumeradas, ou melhor, identificadas nominalmente: os *florais de bach*, os *cristais*, a *astrologia* e a *terapia de vidas passadas*. Além dessa primeira série, o mesmo enunciado também traz explícito o reconhecimento de que tais *técnicas de tratamento alternativo são divulgadas como instrumentos da Psicologia*. O enunciado seguinte explicita o que os Conselhos *não* reconhecem: *a validade científica de tais técnicas*. Ressalte-se, nesse jogo de oposições entre o que é e o que não é reconhecido pelo Conselho, que há, até então, um único elemento associado às técnicas alternativas que não é, de fato, reconhecido: sua *validade científica*. Esclareça-se, entretanto, que o reconhecimento a que nos referimos pode ser tomado em dois planos: um deles é o reconhecimento que o Conselho presta à existência de práticas com determinadas características (por ele atribuídas, em seu discurso, como

já vimos: *Hoje, existe a oferta de*). O outro plano refere-se ao (não) reconhecimento de tais práticas *como sendo instrumentos da Psicologia*. Ressalte-se, ainda, que a *validade científica* - reconhecida ou não - encontra-se enunciada no discurso do próprio Conselho; é ele quem associa validade científica e técnicas de tratamento alternativo, embora o faça pela negação. Aspectos como esse apresentam-se para além do que é ou não reconhecido, como efeitos de desconhecimento, no discurso, daquilo que está sendo dito.

Prosseguindo na análise, observamos que os Conselhos não reconhecem a validade científica das técnicas *e se preocupam com os efeitos que estas podem causar nos seus usuários*. Ora, quando os Conselhos *se preocupam com os efeitos* que as técnicas *podem causar*, mais um elemento está sendo reconhecido em relação às técnicas alternativas: elas causam efeitos. E estes efeitos são, por sua vez, a causa da preocupação dos Conselhos quanto às técnicas mencionadas. Assim, embora as técnicas de tratamento alternativo não tenham validade científica, elas podem causar efeitos nos seus usuários.

Quanto a isso, *As medidas institucionais que visam conter o uso dessas práticas no exercício profissional do psicólogo já estão encaminhadas*. Este é o campo de ação dos Conselhos de Psicologia, por força da Lei: encaminhar medidas institucionais que contenham seu uso por psicólogos. Registre-se aqui um efeito polissêmico da palavra, no caso o verbo *conter*: tanto podemos tomá-lo no sentido de refrear, reprimir, moderar, quanto no sentido de compreender, incluir, fazer caber - o que nos leva a estabelecer duas relações importantes. De um lado, a ação institucional para conter, como ação de refrear, reprimir, o uso *dessas práticas* [aqui as técnicas passam a ser chamadas de práticas] no exercício profissional do psicólogo; de outro, a mesma ação institucional para conter, como ação de compreender, incluir, fazer caber, o uso das práticas no exercício profissional. Nos dois casos, ou melhor, nas duas possibilidades, que não se excluem necessariamente, o Conselho tem o poder legal de se manifestar e tomar as medidas necessárias quanto à questão. Seguindo o enunciado, vemos que não basta ter encaminhado medidas institucionais junto aos psicólogos, *mas é necessário também esclarecer a sociedade quanto ao seu direito de exigir qualidade nos serviços que lhe são prestados*. Assinale-se, aqui, que *esclarecer a sociedade quanto ao seu direito* pressupõe que a

mesma não o conheça ou se confunda quanto a ele [por oposição a esclarecimento - elucidação, aclaração], ou não o exerça. Além disso, tal direito é o *de exigir qualidade nos serviços que lhe são prestados*. Dois pressupostos: a) não há qualidade nos serviços prestados e b) a sociedade não sabe que tem o direito de exigí-la, ou não a exige. O Conselho, entretanto, só pode legislar no âmbito institucional do exercício da Psicologia como profissão. Quanto ao âmbito mais geral da *sociedade*, ele não pode legislar, apenas *esclarecer*.

Por outro lado, esclarecer a sociedade quanto ao seu direito de exigir qualidade nos serviços que lhe são prestados pressupõe uma disposição, daquele que esclarece, a oferecê-los. Assim, à preocupação dos Conselhos com os efeitos que técnicas que não possuem validade científica podem causar soma-se agora sua predisposição a oferecer serviços de qualidade à sociedade.

Encontramos, no parágrafo seguinte, uma curiosa - porque evidente - sobreposição de cenas discursivas, ou cenografias, em que o ato de *ampliar a divulgação do "Alerta à População*, além de ser enunciado como a narração de um evento já ocorrido (os Conselhos Regionais fizeram um trabalho junto à imprensa, propondo matérias a respeito da questão) repete-se novamente quando enunciado como uma informação prestada ao leitor do jornal. Dessa forma, o alerta feito já no título desse texto retorna agora na *íntegra do texto utilizado na campanha*, ampliando seus efeitos e esclarecendo, também aos psicólogos, como grupo social inserido na sociedade, seu direito de exigir qualidade nos serviços que lhe são prestados - e que também prestam. Em outras palavras, embora não convoque diretamente os psicólogos a responsabilizarem-se pela qualidade de seus serviços, informa-os de que está esclarecendo a sociedade quanto a isso. A própria ação institucional de *ampliar a divulgação* do alerta é também um aspecto que merece destaque, na medida em que parece se contrapor à divulgação das técnicas alternativas (que são *inúmeras*) *como sendo instrumentos da Psicologia*.

A nós cabe, agora, prosseguir na análise do texto-dentro-do-texto que consiste na íntegra do texto da campanha.

Ao evocar as razões do alerta que faz à sociedade, o discurso do Conselho o faz por meio de um enunciado curioso: *O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, no uso de suas atribuições legais e do interesse social...* Em

que pese a ambigüidade de sentidos (ademais sempre presente no discurso), aberta pelo uso aparentemente equivocado da preposição *do* em *do interesse social* - lapso gramatical ou efeito de desconhecimento - o *interesse social* que aí se alinha às *atribuições legais* dos Conselhos aparece como a condição que justifica as informações e os procedimentos a serem observados pelo usuário de serviços psicológicos; informações e procedimentos esses apresentados sob a rubrica de um *alerta à sociedade*.

Assim, evocam-se mais uma vez os *conhecimentos científicos* em que se baseia a Psicologia. Sugere-se ao usuário que se informe, junto ao psicólogo, *sobre seu método de trabalho* e que discuta, com ele, *se suas necessidades e expectativas podem ser atendidas por este profissional*. Examinemos os pressupostos que constróem esse enunciado. Discutir *se necessidades e expectativas* podem ou não ser *atendidas* pelo psicólogo implica que: a) seja esta a proposta de trabalho do psicólogo: atender *necessidades e expectativas*; b) tais *necessidades e expectativas* ou já estejam identificadas ou venham a ser, na discussão. Isto requer, por sua vez, que se possa/saiba identificá-las. Assim, é de se perguntar se, no caso de o próprio usuário não poder identificar suas necessidades e expectativas, se caberá ao psicólogo fazê-lo.

Dessa perspectiva, o enunciado seguinte, que afirma que *A Psicologia não faz milagres*, assume uma posição chave no discurso, de múltiplos sentidos e encadeamentos com outros enunciados, anteriores e posteriores.¹ Senão vejamos. Afirmar não fazer milagres implica em estar dizendo que há milagres e quem os faça. Assim, afirmar não fazê-los é diferenciá-los de quem os faz; além de distanciar-se de qualquer conotação mística que o termo carregue. Também se pode apontar que dizer que a Psicologia não faz milagres é pressupor que haja quem pense assim, ou espere isso dela.

É interessante pensarmos que, do ponto de vista da lingüística, estamos diante de uma figura de linguagem, utilizada para expressar uma idéia por meio de uma

¹ Como Aquino já postulava em sua tese de doutorado (1995), os efeitos de desconhecimento no discurso podem ser identificados em expressões com função conotativa, como seria o caso de figuras de linguagem, particularmente a metáfora e a metonímia. A assertiva *A Psicologia não faz milagres* parece ser um bom exemplo disso.

analogia com outra imagem, não literal. No caso, a imagem de fazer ou não milagres é associada à religião, ou ao sobrenatural. Quem faz milagres ou é o próprio Deus, ou os santos, ou alguma outra espécie de místico. Assim, fazer milagres é da ordem do sobrenatural. A Psicologia não é Deus, nem santa, nem mística e talvez não se precisasse dizer isso. Se o diz é por alguma razão não totalmente clara, ainda. Se observarmos o enunciado imediatamente posterior ao que estamos analisando veremos que ele se refere a *práticas místicas e advinhatórias* [sic], que *não são técnicas da Psicologia*. Se a Psicologia não faz milagres, nada tem a ver com o místico, o religioso ou o sobrenatural, esse enunciado só o confirma. Discriminam-se as técnicas que não são da Psicologia. Mas não se apontaram, até então, as que são.

Uma outra característica das técnicas que não são reconhecidas pelo Conselho de Psicologia - não sendo, portanto, técnicas psicológicas - é o fato de proporem *soluções imediatas de problemas psicológicos*.

Até aqui podemos apontar, por decorrência, algumas características das técnicas reconhecidas pelo Conselho como técnicas da Psicologia, que foram surgindo da análise dos enunciados no texto. As técnicas psicológicas têm validade científica; constituem serviços de qualidade; constituem um método, ou métodos, de trabalho; atendem a necessidades e expectativas específicas dos usuários; não são milagrosas; não são místicas nem divinatórias; não propõem soluções imediatas de problemas psicológicos. E são sérias, como veremos a seguir.

Assim, quando lemos, no texto, que *Uma das atribuições do psicólogo é aplicar, apurar e fazer uso de testes psicológicos*, podemos concluir que estamos diante de uma técnica da psicologia privilegiada em relação a outras técnicas psicológicas, uma vez que - embora seja citada como *uma das atribuições* - é a única mencionada, em todo o texto. É verdade que o alerta ali feito ao usuário é o de não levar a sério testes que não sejam aplicados por psicólogos ou que sejam publicados em *revistas não-científicas* - e isso poderia, por si, justificar a menção ao teste psicológico como a técnica psicológica nominalmente identificada.

Não nos esqueçamos, porém, do fato de tratar-se de um texto em que o locutor/enunciador/Conselho se diz preocupado com os efeitos das técnicas alternativas. E, mais, de um texto que vai sendo todo ele construído a partir das oposições e diferenciações entre as técnicas psicológicas e as técnicas alternativas.

As características próprias às técnicas psicológicas que vão surgindo ao longo do texto encontram, na menção ao teste psicológico, seu exemplo concreto.

Nossa análise permite-nos, assim, concluir que a ampla divulgação pretendida pela campanha nacional, visando alertar, informar e esclarecer a população quanto aos serviços que lhes são prestados, apresenta o teste psicológico como a alternativa dos Conselhos para diferenciar-se das técnicas alternativas; seu melhor recurso, no âmbito mais amplo da sociedade - na qual se incluem também os psicólogos.

JORNAL DO CRP-06, n. 86, p.14, Ano 14, Mar-Abr, 1994

SEÇÃO: Não indicada.¹

TÍTULO: Sincretismo Ocupacional

GESTÃO: Psicologia e Cidadania

Sincretismo Ocupacional

No terceiro domingo do mês de fevereiro, o repórter Ernesto Paglia apareceu na telinha da Globo, instalado em um divã, para experimentar a terapia de regressão a vidas passadas. Na mesma reportagem, ele foi ouvir o presidente do CRP-06, Odair Sass, que o esclareceu: esse assunto não é da área de Psicologia. As chamadas "práticas alternativas" se popularizam no País, a exemplo do que acontece no mundo, e se constituem numa preocupação constante para os psicólogos: a mesma tendência de misturar as coisas, que resultaram na salada de religiões e práticas místicas que resultam no sincretismo religioso do Brasil, ameaça também a Psicologia.

O Conselho Regional de Psicologia, da 6ª. Região, não condena - nem defende - as "práticas alternativas". Afirma que, até que se prove o contrário, elas não se encaixam no campo de conhecimentos da Psicologia. Do ponto-de-vista desses conhecimentos, a Psicologia é uma ciência, na qual se opera com métodos próprios e técnicas específicas, que foram instituídos graças a teorias submetidas a comprovações práticas através dos tempos. Métodos e técnicas psicológicas surgem de descobertas científicas, enquanto "práticas alternativas" podem decorrer, por exemplo, de descobertas espirituais.

Os "Pré-Congressos" e o "Congresso Regional de Psicologia" deverão se constituir em oportunidade para que se busque alguns esclarecimentos e posicionamentos em torno desse tema. É bastante difícil definir o que exatamente faz parte do exercício profissional da Psicologia e o que integra o campo de "práticas alternativas".

Normalmente, é mais fácil perceber o que não é Psicologia: o que envolve religião, por exemplo, se baseia em dogmas, não em comprovação científica; "florais de Bach", como se informa, se baseia em física quântica, que não faz parte da gama de conhecimentos que constituem a Psicologia; musicoterapia também não é Psicologia, embora possa ser usada pelos psicólogos como um recurso extra no desenvolvimento do trabalho psicológico.

Os psicólogos não entram no mérito da questão, pois não é propósito da categoria discutir a eficácia das "práticas alternativas" no tratamento - ou cura - de problemas psíquicos. O ponto fundamental é que essas práticas se baseiam em pressupostos místicos, religiosos, espiritualistas ou em qualquer outra forma de conhecimento que não tem vínculo com a Psicologia. Mesmo a literatura, classificada como de "auto-ajuda" e, as vezes, apresentada como se tivesse um conteúdo psicológico, não tem qualquer compromisso com a ciência da Psicologia.

¹ Aparece como box destacado, junto a outro artigo, intitulado: A decadência do "clinicalismo" - é imperativo repensar a prática clínica.

E, normalmente, se aproxima muito do senso comum, ao afirmar, por exemplo, que o pensamento positivo faz bem às pessoas.

A preocupação dos psicólogos, encampada pelo CRP-06, é com as possibilidades de as pessoas que exercem "práticas alternativas" se apresentarem como profissionais da área e também de usarem métodos e técnicas da Psicologia nos atendimentos que dão a seus clientes. Nesse caso, há um exercício indevido/ilegal da profissão. O psicólogo, que entra nessa área, está se desvinculando do processo científico e, portanto, do exercício profissional - não pode apresentar o seu procedimento como trabalho psicológico. Pode ser que um dia, com o avanço dos conhecimentos, algumas dessas práticas se integrem ao campo da Psicologia. E é interesse do CRP-06 propiciar condições de avanço.

ANÁLISE

A exposição de algum tema na mídia, em especial a televisiva, em especial por uma rede televisiva de grande alcance como é o caso da rede Globo, não precisa de mais que uma *telinha* para repercutir nacionalmente. Assim, no momento em que se juntam, no mesmo quadro, um *divã* - componente importante da cenografia da instituição psicanalítica e, por vezes, da cenografia da instituição psicológica, em sua dimensão clínica - e a *terapia de regressão a vidas passadas*, que pressupõe, inevitavelmente, a aceitação da reencarnação, tal fato parece requerer algum *esclarecimento* por parte dos representantes da(s) instituição(ões) envolvida(s). Isso, quem o faz é o *presidente do CRP-06*.

Seu esclarecimento é apresentado no texto como tendo sido bem direto e preciso. Isto se pode observar no enunciado pelo uso dos dois pontos e da ordem direta do discurso (*esse assunto não é da área de Psicologia*). Fato intrigante é que, logo a seguir já se observa um enunciado que tanto pode estar incluído na entrevista de Odair Sass quanto pode ser uma intervenção atual, em relação ao tempo cronológico do texto, e que - ao considerar ser a popularização, no Brasil, das chamadas "*práticas alternativas*" a mesma popularização *que acontece no mundo* - afirma também que elas são uma preocupação constante para os psicólogos. Podemos verificar nesse discurso que, embora não seja assunto *da área de Psicologia*, a terapia de regressão a vidas passadas preocupa os psicólogos, uma vez que as "*práticas alternativas*" constituem *preocupação constante para os psicólogos* - e a terapia de regressão a vidas passadas está entre elas. Há, assim, de saída, uma

contradição que vai marcar o posicionamento do CRP-06 quanto ao *assunto*, literalmente em tela.

Ainda no mesmo período, dois outros movimentos discursivos se destacam. Observe-se que já o CRP-06, seja na voz de seu presidente entrevistado, seja na voz do locutor/redator do texto, refere-se a uma preocupação *dos psicólogos*, o que a estende a toda a categoria; a preocupação é de todos. Observe-se, também, que essa preocupação é com *uma tendência de misturar as coisas*, idêntica (*a mesma*) à *tendência de misturar as coisas, que resultaram na salada de religiões e práticas místicas que resultam no sincretismo religioso do Brasil*. Aqui, precisamente no nível da enunciação, observamos um forte efeito de desconhecimento do dito. Em primeiro lugar, vemos que a concordância do verbo *resultar* ocorre com *as coisas* (resultaram) - e não com *a mesma tendência*; não sabemos se por engano do locutor ou não, o que de qualquer forma implica um fenômeno discursivo de importância. Se erro gramatical, o implicado é estar presente num texto que circula entre um público leitor que supostamente domina a língua culta. Se intenção do locutor, o enunciado diz de *coisas, que resultaram na salada de religiões e práticas místicas*. Nos dois casos, *as coisas* não estão nomeadas, discriminadas, no enunciado. Assim, a *tendência de misturar as coisas* de que fala o locutor começa a apresentar-se em ato, no seu próprio discurso. Esta tendência ainda será mais explícita, a seguir, quando se enuncia que *a salada de religiões e práticas místicas que resultam no sincretismo religioso do Brasil* também *ameaça* a Psicologia.

Há um duplo reconhecimento neste enunciado: o sincretismo religioso do Brasil é uma ameaça à Psicologia e a tendência de misturar as coisas, associada às práticas alternativas e/ou à sua divulgação, também. Observa-se aqui, entretanto, também haver “mistura”: no mesmo período em que se afirma que terapia de vidas passadas não é assunto da área de Psicologia, afirma-se que o sincretismo das práticas alternativas, creditado à sua popularização e assemelhado ao sincretismo religioso que se identifica no Brasil, constitui uma ameaça a ela, Psicologia.

A indefinição do posicionamento do CRP-06 parece se prolongar no período seguinte, onde se enuncia que ele *não condena - nem defende - as “práticas alternativas”*, ou seja, o CRP-06 não é juiz das práticas alternativas; não as está pondo em julgamento; quanto a elas não toma partido. Pelo contrário, seu

posicionamento parece ser o da neutralidade. Seu posicionamento é claro, entretanto, quando se trata da Psicologia. Esta, ele a defende das práticas alternativas, que já foram identificadas como ameaça, anteriormente. Senão vejamos: práticas alternativas - *até que se prove o contrário* - *não se encaixam no campo de conhecimentos da Psicologia*. Esta é uma ciência e, neste campo, os operadores são *métodos próprios e técnicas específicas*. Se tais métodos e técnicas foram instituídos graças a teorias, estas, por sua vez, foram submetidas a comprovações práticas através dos tempos. Além disso, se *Métodos e técnicas psicológicas surgem de descobertas científicas*, as práticas alternativas decorrem de *descobertas espirituais*. Podem até decorrer de outros fatores, mas são precisamente as descobertas espirituais que são citadas como exemplo.

Os argumentos arrolados acima já nos são algo familiares, em virtude da análise de outros discursos em que também comparecem. Há porém, entre eles, um argumento que merece destaque, em função da lógica discursiva de que parece derivar. Sendo a Psicologia uma ciência, ela constitui um campo de conhecimentos em que se opera com métodos próprios e técnicas específicas. A instituição destes métodos e técnicas ocorreu por meio de teorias que foram submetidas a comprovações práticas através dos tempos. Desta ordem institucional emerge a ascendência das comprovações práticas, que se dão ao longo do tempo, sobre a constituição de um campo científico de conhecimentos.

Há, portanto, um modo de proceder próprio à ciência, assim como há uma origem a ela associada (*descobertas científicas*). Tal origem é diferente (*enquanto*) da origem das práticas alternativas (*descobertas espirituais*), mas não o é necessariamente quanto ao modo de proceder, uma vez que comprovações práticas através dos tempos podem instituir práticas sociais das mais diversas, inclusive práticas alternativas a quaisquer outras.

Se o esclarecimento pretendido inicialmente acaba por não deixar tão claro qual o posicionamento do CRP, que oscila entre querer se isentar da discussão (*não é assunto da área de Psicologia*) e entrar na discussão, assumindo definições quanto ao caráter da Psicologia e das práticas alternativas, tal esclarecimento parece ainda se fazer necessário. Os eventos políticos “Pré-Congressos” e “Congresso Regional de Psicologia” são apontados como ocasião propícia para isso: *para que se busque*

alguns esclarecimentos e posicionamentos em torno desse tema. Não está dado por certo que se venha a obter tais esclarecimentos e posicionamentos, uma vez que os eventos *deverão se constituir em oportunidade* - “circunstância adequada ou favorável” (Ferreira, 1977, p.1002) - não garantia. E a justificativa que se segue a isso acaba por esclarecer, em ato, a razão para tal incerteza: *É bastante difícil definir o que exatamente faz parte do exercício profissional da Psicologia.* Também é bastante difícil definir *o que integra o campo de “práticas alternativas”*, mas se estas podem ser consideradas como não sendo assunto da Psicologia, como se posiciona, então, o CRP diante da dificuldade oferecida pelo assunto objeto de sua própria ação institucional?

A resposta parece estar no parágrafo seguinte, quando se enuncia que *Normalmente, é mais fácil perceber o que não é Psicologia* e se exemplifica tal enunciado com os *“florais de Bach”*, que se baseiam em física quântica e com a musicoterapia, que pode ser usada como recurso extra no trabalho de psicólogos. Analisemos mais detidamente esse fragmento discursivo.

A percepção do que é Psicologia se dá pela percepção do que ela não é. Aqui, não se enuncia mais a ação de definir, como no parágrafo anterior, em que se dizia ser difícil definir o que faz parte do exercício profissional da Psicologia. Estamos, agora, no campo da percepção. [Definir e perceber são ações diferentes, em relação a um objeto. Podemos considerar que a primeira pressupõe observação, descrição e enquadramento conceitual, um ato de pensamento. No segundo caso, não há necessariamente a exigência de participação do pensamento, nem de exatidão, uma vez que perceber implica, antes, o uso dos sentidos.] Dessa forma, o que não é Psicologia é percebido como o que não se baseia em comprovação científica e, sim, como o que *se baseia em dogmas* - caso da religião. Comprovação científica é, portanto, o crivo perceptivo pelo qual não se define exatamente o que faz parte do exercício profissional da Psicologia mas se percebe o que ela não é.

Outro aspecto a se assinalar, interligado ao anterior, relativo ao trecho em análise é, por um lado, a discriminação - baseada em informação de outrem (*como se informa*) - da área de pertinência dos florais de Bach à física quântica, dada como *não integrante dos conhecimentos da Psicologia, mas não discriminada quanto à condição que ocupa em relação à ciência.* De outro lado, a indicação explícita de que

musicoterapia, embora não seja Psicologia, pode *ser usada pelos psicólogos como um recurso extra* no desenvolvimento de seus trabalhos. Está posta uma oposição entre o que se pode comprovar cientificamente e o que se baseia em dogmas, assim como está posta em questão a comprovação científica dos pressupostos da física quântica e assim como está posta a possibilidade de se utilizar musicoterapia como um recurso *a mais* (extra), no trabalho psicológico. Ora, a contradição que emerge desse enunciado é a de se postular a cientificidade da Psicologia de um lado e admitir, de outro, a existência de recursos outros, extras - não-científicos, portanto - que podem ser usados pelos psicólogos.

Estes (os psicólogos), na voz do locutor CRP, *não entram no mérito da questão*. Há uma questão, há um mérito, que os psicólogos não vão *discutir*. Quem o enuncia, em nome da classe genérica *os psicólogos*, é o próprio CRP. Está aqui, portanto, representando o conjunto geral dos psicólogos. E está introduzindo, em seu discurso, o pressuposto de haver alguma *eficácia das "práticas alternativas" no tratamento - ou cura - de problemas psíquicos*, quando diz, em nome de todos os psicólogos, que *não é* seu propósito discuti-la. Lembremos que, no entanto, tratamento e cura são termos/conceitos freqüentes no discurso da psicologia clínica, o que se verifica facilmente. Não discuti-la - *a eficácia das "práticas alternativas"* - não pode, assim, ser uma opção creditada ao fato de não ser esse um assunto da área de Psicologia. Mas é esta a opção feita, a favor de apontar, como *ponto fundamental* da discussão, o caráter místico, religioso, espiritualista, ou de qualquer outra natureza, dos *pressupostos* em que *se baseiam* tais práticas e, com isso, seu caráter de não vinculação com a Psicologia.

Observa-se, assim, como e por que meios vai o discurso do CRP *esclarecendo* o leitor quanto ao que se trata e ao que não se trata de Psicologia. Contrapõe-se o caráter científico da Psicologia ao caráter místico, mágico, religioso das práticas alternativas. Aponta-se, também, *a literatura, classificada como de "auto-ajuda"*, como outro elemento que, embora às vezes *apresentada como se tivesse um conteúdo psicológico*, não o é, já que *não tem compromisso com a ciência da Psicologia* [*"Temos ciência"*, diz outro texto analisado - Este pode ser um enunciado emblemático, que a análise transversal dos textos vai ou não confirmar.] e mais se aproxima do *senso comum* - que também não é Psicologia.

Finalmente, a *preocupação constante para os psicólogos*, enunciada desde o primeiro parágrafo, ressurgue como a *preocupação dos psicólogos*, de um lado, e do CRP de outro, que a encampa. Interessante observar o movimento de distanciamento em que se coloca então o CRP, já que até agora ao enunciador *os psicólogos* sobrepunha-se o próprio CRP. Tal distanciamento sugere a necessidade de, no discurso, fazer valer as prerrogativas legais da instituição normativa quanto a pronunciar-se sobre o assunto. Assim, a *preocupação* que ressurgue como sendo comum a todos os psicólogos simultaneamente não o é. Preocupam-se os psicólogos a quem se refere o CRP com a possibilidade de praticantes *alternativos se apresentarem como psicólogos*, utilizando-se inclusive de *métodos e técnicas da Psicologia nos atendimentos que dão a seus clientes*. Estes estão exercendo ou indevida ou ilegalmente a profissão de psicólogos. [E disputando o mesmo mercado de trabalho]

Há, no entanto, no enunciado seguinte, uma preocupação mais específica, agora quanto ao próprios psicólogos: *O psicólogo, que entra nessa área, está se desvinculando do processo científico e, portanto, do exercício profissional*. Seu trabalho não é mais psicológico. Esta é a situação que gera preocupação. Não se menciona, como em outros momentos, ser passível de punição a atitude de tal profissional, embora o seja², e esta seja uma prerrogativa institucional do CRP. O que se diz, no entanto, é que - ainda que hoje místicas e/ou religiosas e/ou alternativas; ainda que não-científicas e/ou não vinculadas à Psicologia - *Pode ser que um dia, com o avanço dos conhecimentos, alguma dessas práticas [alternativas] se integrem ao campo da Psicologia*. Estamos no terreno das possibilidades futuras. Conjectura lançada por representantes e praticantes da Psicologia, da *ciência da Psicologia*. Se o *avanço dos conhecimentos* pode, então, propiciar que algumas dessas práticas se integrem à ciência da Psicologia, *é interesse do CRP-06 propiciar condições de avanço*. Compromisso público ou frase de efeito, os efeitos institucionais de um tal posicionamento vão se fazer marca nos movimentos da instituição...e de seus discursos. Até que se prove o contrário.

Finalmente, a *preocupação constante para os psicólogos*, enunciada desde o primeiro parágrafo, ressurgue como a *preocupação dos psicólogos*, de um lado, e do CRP de outro, que a encampa. Interessante observar o movimento de distanciamento em que se coloca então o CRP, já que até agora ao enunciador os psicólogos sobrepunha-se o próprio CRP. Tal distanciamento sugere a necessidade de, no discurso, fazer valer as prerrogativas legais da instituição normativa quanto a pronunciar-se sobre o assunto. Assim, a *preocupação* que ressurgue como sendo comum a todos os psicólogos simultaneamente não o é. Preocupam-se os psicólogos a quem se refere o CRP com a possibilidade de praticantes *alternativos se apresentarem como psicólogos*, utilizando-se inclusive de *métodos e técnicas da Psicologia nos atendimentos que dão a seus clientes*. Estes estão exercendo ou indevida ou ilegalmente a profissão de psicólogos. [E disputando o mesmo mercado de trabalho]

Há, no entanto, no enunciado seguinte, uma preocupação mais específica, agora quanto ao próprios psicólogos: *O psicólogo, que entra nessa área, está se desvinculando do processo científico e, portanto, do exercício profissional*. Seu trabalho não é mais psicológico. Esta é a situação que gera preocupação. Não se menciona, como em outros momentos, ser passível de punição a atitude de tal profissional, embora o seja², e esta seja uma prerrogativa institucional do CRP. O que se diz, no entanto, é que - ainda que hoje místicas e/ou religiosas e/ou alternativas; ainda que não-científicas e/ou não vinculadas à Psicologia - *Pode ser que um dia, com o avanço dos conhecimentos, alguma dessas práticas [alternativas] se integrem ao campo da Psicologia*. Estamos no terreno das possibilidades futuras. Conjectura lançada por representantes e praticantes da Psicologia, da *ciência da Psicologia*. Se o *avanço dos conhecimentos* pode, então, propiciar que algumas dessas práticas se integrem à ciência da Psicologia, *é interesse do CRP-06 propiciar condições de avanço*. Compromisso público ou frase de efeito, os efeitos institucionais de um tal posicionamento vão se fazer marca nos movimentos da instituição...e de seus discursos. Até que se prove o contrário.

² O exercício ilegal da profissão configura infração penal, prevista em lei. De outro lado, o uso de técnicas não reconhecidas como do campo do exercício profissional de psicologia configura infração ética, prevista no Código de Ética.

ALT-RENAS/1998

FONTE: REVISTA CATHARSIS¹ - On-line (<http://www.revistapsicologia.com.br>), Mar.-Abril 1998
SEÇÃO: Alternativos
TÍTULO: Renascimento
TIPO DE TEXTO: Entrevista com Ruth Adler
AUTOR: Regina Marigny Grosman

Renascimento

A revista Catharsis foi entrevistar Ruth Adler, que tem formação em Hipnose, Regressão a Vidas Passadas e Cromoterapia, pela Sociedade Psicanálise Integrativa de São Paulo. Reiki pela Reiki Association International da Alemanha. Renascimento, formação com Ronald Fuchs conhecido renascedor da Europa. Também é estudiosa do Tarô, I Ching, Astrologia, Florais de Bach e especialmente Runas, sendo ela autora do primeiro livro em português, intitulado "A Magia das Runas".

Renascimento é um método moderno e holístico de auto-ajuda, que tem sido usado, com sucesso, por milhões de pessoas em todo o mundo. Utiliza uma técnica respiratória precisamente definida e saudável para dar consciência profundamente positiva e detalhada de sua mente, do seu corpo e de suas emoções. O propósito do Renascimento é lembrar e re-experimentar o nascimento, reviver fisiológica, psicológica e espiritualmente o momento da primeira respiração e libertar o trauma disto. O processo começa transformação da impressão que o subconsciente teve do nascimento, passando de dor primal para o prazer. Os efeitos sobre a vida são imediatos. Padrões de energia negativa fixados na mente e corpo começam a se dissolver. Rejuvenescimento substitui envelhecimento e a vida se torna mais divertida. É aprender como encher o corpo físico com energia divina no dia-a-dia. No momento do nascimento você formulou impressões sobre o mundo que tem carregado consigo por toda a vida, estas impressões lhe controlam no nível subconsciente. Muitas destas impressões são negativas: "A vida é uma luta"; "Não posso conseguir o que preciso"; "As pessoas me machucam"; "O amor é perigoso"; "Não sou desejado"; etc.

Suas impressões são negativas porque os seus pais e as outras pessoas que cuidavam de você não sabiam do que você precisava quando você nasceu e lhe deram muitas coisas que você não precisava: luzes brilhantes demais para seus olhos sensíveis, sons estridentes demais para seus ouvidos e toques de mãos e tecidos ásperos demais para sua delicada pele. Alguns de vocês, apesar do fato da coluna ter estado curvada por vários meses, foram virados abruptamente de cabeça para baixo e apanharam presos pelo calcanhar, o que produziu dor excruciante. Respirar foi associado com dor e sua respiração tem sido superficial demais desde então. A dor física em nada é comparada com a dor psíquica do nascimento. A natureza proporciona ao recém nascido receber oxigênio pelo cordão umbilical enquanto aprende a respirar na atmosfera (o que é uma experiência totalmente nova depois de ter estado em água), mas costume tem sido cortar o cordão imediatamente, jogando-lhe num pânico onde você sentiu que certamente iria morrer bem no

¹ Fonte: <http://www.revistapsicologia.com.br> [21.07.1999]

nascimento. Ruth nos diz que não se pode esperar qualquer tipo de bom resultado na vida sem primeiramente tomar total responsabilidade por sua produção. Por que perguntar como? O como é um truque da mente para adiar. Se você perguntar como, estará perguntando como deixar para depois, porque estará dizendo que deve haver algo a ser praticado. E a prática leva tempo. E naturalmente, você não pode praticar agora; o amanhã chega. E, quando o amanhã chegar, você estará tão debilitado que não terá mais força para começar. As explicações se tornam barreiras para a experiência. Através de explicações você começa a justificar as coisas por aí. Elas não o levam a experiência; em lugar disto, elas se tornam substitutos.

Lembre-se sempre da diferença entre conhecimento e sabedoria: o conhecimento é uma coisa morta, acumulada; o saber é um constante movimento. A vida se move em direção ao futuro, a mente se move em direção ao passado. Então, aos poucos, a mente fica completamente fechada em si mesma. Não apenas isso, a mente até mesmo fica temerosa de ver o que a vida é. A vida é constantemente uma ressurreição. A cada momento ela morre, a cada momento nasce de novo. Mas você prossegue levando a mente velha. Você não se ajustará a lugar algum. E você o sabe: você nunca se ajusta em lugar algum, e jamais se ajusta a alguém. Onde você estiver, há algum problema. Algo está sempre faltando, falhando. A harmonia nunca vem dos seus relacionamentos - porque a harmonia só é possível se você for um fenômeno que flui, que muda, que se move, que se funde de novo. A ira (raiva) é natural, porque você não a criou; você nasceu com ela, doada pela natureza. E a natureza deve ter algum uso para ela, pois caso contrário, não lhe teria sido dada. Mas a sociedade é contra ela; manda que seja reprimida. E quando você suprime a ira, muitas outras coisas serão suprimidas também, porque tudo está inter-relacionado no seu ser interior. Você não pode suprimir uma coisa só ou exprimir uma coisa só; quando você expressa uma coisa, milhões são expressas; suprimindo uma, milhões são suprimidas.

É assim que se move o círculo vicioso no mundo. Primeiro você cria um padrão, você força o padrão, e então, no final, a vítima não pode viver sem ele. Então você "prova": "Olhem! ninguém pode andar sem

Você nunca permite que alguém ande sem muletas. A toda criança são dados muitos, muitos preconceitos. E sempre que ela tentar viver sem preconceitos, descobrirá que é muito difícil porque eles ficaram enraizados, inerentes, atingiram até a própria essência do seu ser. No Ocidente, em particular "compromisso" se tornou uma palavra condenada, uma palavra tabu. No momento em que você ouve "compromisso", fica com medo. Um compromisso é um ponto sem retorno.

Amor, meditação, oração, respiração consciente, são compromissos profundos; e quem tem medo do comprometimento? O ego é que tem medo do compromisso - porque compromisso significa que agora não há mais volta. Isto é assim! Você não pode se encontrar, a não ser que se perca. E não pode renascer, a não ser que morra.

Em algum lugar, no inconsciente, a mente tem um mecanismo profundo. Ela sente que deve existir dois caminhos; como entrar e como sair. Não, não existem dois caminhos. É o mesmo: pela mesma porta você entra e pela mesma porta você sai. E se compreender como entrou, poderá compreender como sair. Assim, quando

² Conforme o original.

você ficar zangado, apenas preste atenção em como está entrando nisso. Passo a passo, devagar, preste atenção e, de repente, ficará iluminado! Essa é a situação de todos. Você entrou na vida. Agora está se debatendo aqui e ali sem saber como escapar, para onde escapar. Esta técnica de respiração nada mais é do que um auxílio para fazê-lo consciente de como entrou. Você pode reviver todo o filme para trás, pode recuar até a infância e depois recuar até o útero materno. E então chega o momento em que você vê a primeira coisa: como entrou no útero. Seu pai e sua mãe apenas criaram uma situação, e nessa situação, você entrou. A janela estava aberta – você entrou. Ela é a mesma para sair. A respiração no Renascimento é circular e conectada. Aprendemos que respirar rapidamente não necessariamente induz à hiper-ventilação (medicamente descrita como respiração tão profunda que tem uma perda de dióxido de carbono no sangue); observamos que, independente do ritmo da respiração, relaxar na presença de um renascedor pode produzir a síndrome. Elevar a respiração, desde que a respiração esteja relaxada, elimina os elementos da síndrome completamente. A respiração rítmica é puxar inspiração e relaxar na expiração numa contínua sucessão de forma que a inspiração esteja conectada com a expiração; a chave é relaxar no formigamento ou desconforto. A respiração rítmica tira a massa mental negativa de seu corpo e lhe habilita a incorporar nele a energia de vida.

E lembre-se: só a desilusão pode prepará-lo para o passo seguinte. Aliás, se você está absolutamente desiludido com a vida que tem vivido, com sua maneira de ser, então quase a metade da viagem está feita. Se uma pessoa pode reconhecer uma coisa falsa como falsa, já conseguiu discernimento - e agora está pronta para conhecer a verdade como verdade; o primeiro passo é conhecer o falso como falso.

Então o segundo passo se torna automaticamente possível: conhecer a verdade como verdade. As causas do seu sofrimento são internas. Externas são apenas as desculpas. Você poderá mudar o exterior, mas nada se alterará se o interior permanecer o mesmo. O interior criará repetidamente o mesmo padrão, seja qual for a situação externa, porque o ser humano vive do interior para o exterior. Tudo que lhe acontece, acontece por sua própria causa. As causas externas são secundárias, as causas internas são as principais. E a menos que você compreenda isto, não existe possibilidade de uma transformação pois a mente continua a enganá-lo; a mente sempre aponta para o lado de fora: a causa está noutro lugar. Se a causa é de fora, então você está destinado à escravidão para sempre. Lembre-se: a mente é receptiva, não-original, é uma coisa mecânica, como um computador. O indivíduo precisa ir além dela. Se não o fizer, a mente o frustrará continuamente e vai lhe dar sempre o mesmo padrão. O Renascimento não é uma psicoterapia porque o conteúdo das emoções vivenciadas não são analisadas. O processo é vivenciar, sentir a dor e incorporar este sentimento até ser dissolvido. Tudo que estou realmente dizendo é que as pessoas terão muito mais energia se celebrarem o fato de estarem vivas, ao invés de fazer de toda a vida um erro e tentarem se esconder dela. Reprimir uma emoção inevitavelmente leva a um aumento daquela emoção, mesmo que a nível inconsciente.

ANÁLISE

O texto se inicia com uma informação importante acerca de seu gênero discursivo: é uma entrevista. Informam-se os dados profissionais da entrevistada, cuja formação pode ser considerada tipicamente “alternativa”: são listadas nada menos que dez técnicas diferentes; todas elas - inclusive a hipnose - costumam compor a lista das técnicas consideradas “alternativas”.³ Cita-se também uma associação - responsável por parte da formação da entrevistada - cuja denominação (*Sociedade Psicanálise Integrativa de São Paulo*) aponta, ao mesmo tempo para uma instituição conhecida e reconhecida entre os psicólogos - a Psicanálise - , mas numa modalidade (*Integrativa*) sobre a qual não temos maiores informações.

É de se considerar também que, a rigor, para falar sobre o renascimento, a entrevistada talvez não precisasse ser apresentada como detentora de toda essa formação. Assim, é possível que o fato de conhecer/ter formação/estudar várias técnicas alternativas seja mencionado como um “a mais” profissional, que a autorizaria a falar não só sobre o renascimento, mas sobre quaisquer assuntos a ele correlacionados. Note-se, também, que não é mencionado nenhum tipo de formação convencional. Dessa forma, podemos supor que o discurso que será apresentado é o discurso de uma especialista em técnicas alternativas.

Até esse ponto, o discurso parece de fato assumir o aspecto formal que introduz o gênero discursivo entrevista. Não se confirma, entretanto, o caráter de entrevista anunciado na apresentação: o parágrafo seguinte, onde se introduzem explicações acerca do que é o renascimento, não apresenta uma estrutura de perguntas e respostas, como se poderia esperar de uma entrevista desse gênero. *Ruth Adler*, a entrevistada, sequer comparece como tal. E também não é quem assina o texto. Não podemos ignorar, porém, que as várias explicações e informações sobre o renascimento que são introduzidas ali podem ser provenientes tanto do depoimento tomado à entrevistada, como podem constituir a opinião da revista ou, ainda, ambas as coisas. Temos, assim, a constituição do fenômeno polifônico por meio do uso do

³ Cf., por exemplo, a Resolução CFP de 94: links em páginas de Internet; cursos oferecidos por instituições “alternativas”, etc.

discurso indireto livre, no qual as vozes que enunciam não são discrimináveis. Mas é por intermédio de tais vozes, confundidas, que se enunciam características definidoras do que vem a ser o renascimento: *um método de auto-ajuda; moderno e holístico; milhões de pessoas já o utilizaram, com sucesso. A técnica respiratória de que se utiliza o renascimento é precisamente definida e saudável. Disso resulta (Utiliza uma técnica...para dar) uma consciência profundamente positiva e detalhada da mente, do corpo e das emoções.* (Assinale-se aqui como o uso do pronome possessivo - *sua mente; seu corpo; suas emoções* - marca a introdução de uma modalidade discursiva em que o leitor é chamado a participar mais diretamente da cena enunciativa: *sua mente, seu corpo e suas emoções* estão em foco).

Quanto ao seu propósito, o *Renascimento* parece objetivar a *libertação* do *trauma* do momento do nascimento, por intermédio da recordação e da repetição da experiência. O pressuposto mais evidente implicado nessa sequência enunciativa é a idéia de que o nascimento constitui um *trauma*. Uma vez assim considerado o nascimento, o renascimento é apresentado como o método capaz de promover a transformação das impressões (*negativas*) que o primeiro causou, trazendo modificações na vida cotidiana. (*O processo começa transformação⁴ da impressão que o subconsciente teve do nascimento / Os efeitos sobre a vida são imediatos / É aprender como encher o corpo físico com energia divina no dia-a-dia*).

Diante da enunciação *Renascimento é um método moderno e holístico de auto-ajuda que tem sido usado, com sucesso, por milhões de pessoas em todo o mundo*, consideremos que apontar tais características como próprias ao renascimento implica primeiro apontar, dele, ser um método atual, dos dias de hoje (*moderno*); em concordância com os princípios do que se apresenta como “um novo paradigma”⁵

⁴ Conforme o texto original.

⁵ Consultado o dicionário (Ferreira, 1977, p.730 e <http://www.uol.com.br/michaelis/indexdic.htm> [17.10.1999]), não encontramos mais que uma referência, no dicionário eletrônico, ao termo *holístico*, como adjetivo: “Referente ao holismo”. Em Ferreira (Op.cit, id.ib) encontramos a definição de *Holismo*, como substantivo masculino, utilizado em Filosofia: “Tendência, que se supõe seja própria do universo, a sintetizar unidades em totalidades organizadas.” O emprego do termo *holístico* parece, assim, ser específico a uma determinada comunidade discursiva que dele se vale para significar um determinado conjunto de práticas que a identifica. Registre-se, por exemplo, o que apresenta Roberto Crema (1988), no parágrafo introdutório de seu *Introdução à Visão Holística - Breve Relato de Viagem do Velho ao Novo Paradigma*: “A visão holística, postulada desde 1980 pela psicóloga francesa Monique-Thoenig, é produto de um saber e experienciar o novo paradigma holístico. Esse paradigma, que surge como uma resposta à crise global da consciência humana,

(*holístico*); e utilizado como ajuda aos que dele lancem mão (*de auto-ajuda*). Mas implica também a consideração de que tais características constituem valores assumidos pelo enunciador, já que são os primeiros atributos por ele apresentados em seu discurso. É de se considerar, então, que a definição do renascimento pelos seus atributos revela, ao mesmo tempo, o tipo de apreciação que faz o enunciador sobre o que está definindo. Este aspecto será recorrente ao longo de todo o texto, conforme verificaremos. Neste sentido, podemos observar uma intensa utilização de advérbios e/ou locuções adverbiais, cuja presença no discurso revela o modo particular de apreciação do enunciador a respeito daquilo a que se refere. Assim é que observamos, já neste período, o entretecimento de pressupostos de diversas ordens, com a utilização de modalizadores diversos. Observe-se como a apresentação do renascimento como *um método*, que *utiliza uma técnica respiratória precisamente definida*, bem como o fato de que *tem sido usado, com sucesso, por milhões de pessoas em todo o mundo*, parece sugerir sua aceitação e respeitabilidade. Além da grande aceitação (*milhões de pessoas*) e disseminação (*em todo o mundo*) do *método*, o uso de uma terminologia bastante presente no discurso da sociedade contemporânea, industrializada e tributária do discurso científico - ou mesmo cientificista - em que método, precisão e definição são reconhecidos como valores importantes, parece construir tal efeito. Esse aspecto ganha importância, como efeito discursivo, se considerado em sua contribuição para conferir maior autoridade ao locutor-enunciador, naquilo que ele tem a dizer.

Verificamos, nos parágrafos seguintes, como - embora ainda seguindo um caráter de explanação, impessoal, quanto ao que seria o renascimento - o discurso vai se transformando, aos poucos, em interlocução direta com o leitor (*No momento do nascimento você...*), assumindo um caráter muito distinto do de uma entrevista. Podemos supor que o uso do pronome “você”, neste caso, não difira substancialmente do uso do “você” como um índice de generalização, que se poderia

dividida e exilada de *Holos*, sustenta o substrato de uma verdadeira mutação de consciência que transcorre, atualmente, nas mais diversas localidades do globo terrestre. Representa, em última instância, o surpreendente encontro entre *ciência* e *consciência*.” (p.15, grifos no original). Por carecermos de uma definição mais ampla para o termo, cujo modo de circulação parece estar restrito a uma comunidade discursiva específica (a dos “alternativos”), não assumiremos aqui nenhum sentido particular para o mesmo.

substituir também por “a gente”, “nós”, “todos nós”. Entretanto, o pronome pessoal usado aqui parece introduzir não somente uma apreciação genérica, mas uma interação direta entre o enunciador e o co-enunciador, de forma que o primeiro detém um determinado saber sobre o segundo. Ainda que pautado numa experiência efetivamente genérica - o nascimento - o locutor-enunciador parece dirigir-se a alguém em particular; a cada leitor, individualmente - o que contribui para a criação de um clima de intimidade com o mesmo. Essa intimidade não é, porém, associada a uma relação de igualdade entre enunciador e co-enunciador; pelo contrário, verificamos uma seqüência de enunciados com muitos verbos no modo indicativo; afirmações dadas como verdade; situações em desenvolvimento ou já ocorridas; pressupostos que não são matizados como tal, mas dados como certos. (*you formulou / tem carregado por toda a vida / Suas impressões são negativas porque / seus pais e as outras pessoas não sabiam / lhe deram / você não precisava / foram virados / apanharam / produziu / foi associado*).

Este modo de construção do discurso, embora não possa ser considerado exclusivo do texto em análise, encontra aqui uma forma muito peculiar, na medida em que toda a enunciação é construída com base em inúmeros pressupostos, dos quais destacaremos alguns exemplos, adiante. O que podemos supor, a partir desses índices, é que se desenvolve, assim, um gênero discursivo que irá se firmando ao longo do texto e que se aproxima cada vez mais da cenografia educacional.[ou pedagógica?] Os papéis em jogo, numa tal cenografia, relacionam-se aos papéis sociais representados nas e pelas relações professor-aluno, mestre-discípulo, pais-filhos. Senão, vejamos.

Vários são os pressupostos envolvidos no trecho seguinte: *No momento do nascimento você formulou impressões sobre o mundo que tem carregado consigo por toda a vida, estas impressões lhe controlam no nível subconsciente. Muitas destas impressões são negativas: "A vida é uma luta"; "Não posso conseguir o que preciso"; "As pessoas me machucam"; "O amor é perigoso"; "Não sou desejado"; etc.* Verifica-se que está pressuposto ser o *momento do nascimento* um momento de formulação de *impressões sobre o mundo*, cujo caráter de permanência se destaca: essas impressões vêm sendo carregadas *por toda a vida* [por toda a vida sugere, também, que se fala com um adulto. Isto é só um assinalamento, por enquanto -

verificar se este pressuposto comparece mais mostrado, em algum outro ponto]. Além disso, tais impressões são capazes de controlar uma pessoa - o pressuposto é o de uma qualidade ativa das impressões, enquanto o próprio ato de formular impressões parece ser algo essencialmente particular e subjetivo (*você formulou*). Enuncia-se, assim, a submissão do sujeito a suas próprias impressões, por intermédio do controle que elas exercem sobre ele. Tal controle ocorre *no nível subconsciente*. O pressuposto aí implicado é de que o sujeito não tem plena consciência desse controle, já que ele é subconsciente.⁶

A introdução das frases entre aspas, por outro lado, configura uma interessante forma de discurso relatado: é uma citação. Se entre aspas, discurso direto. Não se menciona, porém, quem o diz. As aspas parecem, então, servir para distanciar o locutor da citação, posicionando-o em lugar distinto do lugar ocupado pelo enunciador das frases entre aspas. Dessa forma, pensar que *a vida é uma luta*; que *não se pode conseguir o que se precisa*; que *as pessoas machucam*; que *O amor é perigoso*; que *não se é desejado* não parece fazer parte do pensamento do locutor que faz a citação. Por outro lado, é de seu próprio enunciado que provêm os pressupostos que constróem tais ditos. E são justamente esses pressupostos que possibilitam sua argumentação. Apontá-los implica, portanto, colocar em discussão os lugares/papéis que se atribuem, a si e a seus interlocutores, os agentes desse cenário discursivo. Neste sentido, o que pretendemos assinalar é o fato de que o locutor-enunciador parece se posicionar de maneira a ocupar o lugar de quem sabe, enquanto atribui a seu interlocutor a posição de quem não sabe; opondo, assim, o que teria consciência ao que não a teria.

Tomemos o próximo enunciado: *Suas impressões são negativas porque os seus pais e as outras pessoas que cuidavam de você não sabiam do que você precisava quando você nasceu e lhe deram muitas coisas que você não precisava: luzes brilhantes demais para seus olhos sensíveis, sons estridentes demais para seus ouvidos e toques de mãos e tecidos ásperos demais para sua delicada pele. Alguns*

⁶ *Subconsciente* é conceito cuja origem remonta aos trabalhos de Pierre Janet (1859-1947). Segundo Roudinesco & Plon (1998), Janet, "...contra a tradição do romantismo alemão, reivindicou, em lugar da palavra 'inconsciente', a palavra 'subconsciente', originária da filosofia da consciência e da herança do cartesianismo francês. (...) Tratava-se realmente de definir uma atividade espontânea ou 'inferior' da consciência: associações pré-organizadas." (p.408).

do⁷ vocês, apesar do fato da coluna ter estado curvada por vários meses, foram virados abruptamente de cabeça para baixo e apanharam presos pelo calcanhar, o que produziu dor excruciante.

Lemos aí uma explicação (*porque*) acerca do que motivou que as impressões sobre o mundo formuladas no momento do nascimento tenham sido negativas. Aqui, ao pressuposto de um desconhecimento dos pais e outros cuidadores a respeito do que o leitor (*você*) precisava, quando bebê, agrega-se o pressuposto de eles terem oferecido *coisas* em excesso e não necessárias. De outro lado, a construção do enunciado também apóia-se na descrição de estímulos ambientais que evocam os limites sensoriais, no ser humano, para certa classe de estímulos (*luzes brilhantes demais / sons estridentes demais / toques de mãos e tecidos ásperos demais*). Se brilho, estridência e aspereza podem ser mal suportados por um adulto, a partir de um certo limite, no caso de um recém-nascido, o excesso (*brilhantes demais, estridentes demais, ásperos demais*) parece ser uma agressão a seus sentidos físicos, sensíveis e delicados (*olhos sensíveis; ouvidos; pele delicada*). Segue-se a isso a imagem de *alguns* de vocês terem sido virados abruptamente de cabeça para baixo e terem apanhado. Aqui o enunciado sugere que o desconhecimento, o excesso e a rudeza (*abruptamente*) dos pais e das outras pessoas que cuidavam tenham sido vividos como tortura, martírio (*o que produziu dor excruciante*). Assim, o enunciado *Respirar foi associado com dor e sua respiração tem sido superficial demais desde então* surge como conclusão inevitável (*tem sido...desde então*), em que o pressuposto está no fato de terem sido as circunstâncias do nascimento já descritas a causa de tal forma de respirar, complementado pela pressuposição de uma dor de natureza psíquica, muito maior que a dor física, presumivelmente sentida pelo bebê: *A dor física em nada é comparada com a dor psíquica do nascimento*.

Aqui comparece, também, a idéia de que a inobservância de princípios da natureza (cortar o cordão umbilical) introduziu o pânico no recém-nascido, que *sentiu que certamente iria morrer*. Tal pânico parece estar associado com a dor psíquica enunciada anteriormente. Ressalte-se que todas essas informações acerca do nascimento de alguém (*você*) são enunciadas por um outro, o locutor-enunciador,

⁷ Conforme original.

que, com uma tal construção discursiva cria todo um quadro descritivo do nascimento como uma experiência dolorosa e traumática, singular e subjetiva (*dor física, dor psíquica*) - da qual demonstra ter pleno conhecimento - e, ao mesmo tempo, apresenta-a como uma experiência universal, descrevendo-a para qualquer um que possa vir a ocupar a posição de co-enunciador em seu enunciado.

Um pouco adiante, deparamos com um *Ruth nos diz*, no meio de um enunciado que, até então, parecia não ter mais o compromisso de referir-se à entrevistada. Esse trecho parece, assim, introduzir uma quebra na sequência anterior, mas ao mesmo tempo também parece introduzir um outro movimento no texto, quanto ao quadro enunciativo que se seguirá. Além disso, é de se destacar que, aqui, o enunciador é a entrevistada (*Ruth nos diz*), sugerindo um afastamento do locutor quanto aos termos enunciados, que tanto pode indicar sua discordância quanto um destaque maior para o que está sendo dito. Neste caso, o enunciado parece reverberar, ironicamente, a própria situação enunciativa: *não se pode esperar qualquer tipo de bom resultado na vida sem primeiramente tomar total responsabilidade por sua produção*.

Se até aqui encontramos um texto organizado de forma que, a uma apresentação geral seguiu-se uma definição do que seria o renascimento e alguns enunciados que poderiam ser tomados como a descrição de como ele se processa e porque ele se justifica, a partir da introdução da fala da entrevistada (*Ruth nos diz*), como a responsável pelo enunciado, observamos uma espécie de desdobramento de seu argumento, numa sequência de enunciados - e, evidentemente, de inúmeros pressupostos - em que se evidencia o tom pedagógico (e, por vezes, doutrinário) já por nós assinalado anteriormente.

Assim, ao dizer, em seguida, *Por que perguntar como?* o enunciador, que mostra - pelo emprego da pontuação - que está também perguntando, parece perguntar, com a sua pergunta, pela razão de se procurar por explicações, pedir descrições, requisitar esclarecimentos, quando alguém se pergunta *como*. A pressuposição implicada é a de que, em algum momento, alguém pergunta *como* alguma coisa. Genérica o suficiente, parece que não importa quando é feita tal pergunta, nem quem exatamente a faz, nem a respeito do que seja; a questão é o fato de se *perguntar como*. Assim, o *como* é um truque da mente para adiar. Isso implica,

como pressuposto, que a mente faz truques e, com isso, consegue adiar algo. Há uma característica personificada, ativa e, talvez, esperta, malandra, da mente.

Além disso, *Se você perguntar como, estará perguntando como deixar para depois, porque estará dizendo que deve haver algo a ser praticado. E a prática leva tempo.* Assim, fazer essa pergunta (*como*) implica, no mínimo, tencionar deixar algo para depois. (*Se...estará*). Deduz-se também, do enunciado, que a pergunta provém *da mente*, que faz truques, *para adiar, deixar para depois*. Daí, perguntar *como* é também dizer que há algo para ser praticado, uma vez que está pressuposta a associação entre *deixar para depois* e *haver algo a ser praticado*. Praticar é ato moroso, segundo o dito do enunciado.

No trecho seguinte: *E naturalmente, você não pode praticar agora; o amanhã chega. E, quando o amanhã chegar, você estará tão debilitado que não terá mais força para começar. As explicações se tornam barreiras para a experiência. Através de explicações você começa a justificar as coisas por aí. Elas não o levam a experiência; em lugar disto, elas se tornam substitutos*, parece haver uma certa ironia em se apontar que, *naturalmente*, *você não pode praticar agora* (indicador temporal, que pode ser qualquer momento, uma vez que o referencial é o momento da enunciação; por outro lado, este agora só se constitui como um momento no tempo em relação ao *amanhã*, enunciado em seguida). De qualquer forma, o pressuposto é que é natural - e sabido - que *você* não possa praticar *agora* e que, com isso, está adiando para *amanhã*. Dessa forma, *você* está de acordo com o truque da mente, de deixar para depois. O amanhã chega. É sabido também que *você* vai estar debilitado por algo [por adiar?] e que começar é ato que requer que se tenha força. Quanto às explicações, se elas são barreiras para a experiência, esta é mais importante que explicações.

A recomendação ao leitor (*Lembre-se sempre*) quanto à *diferença entre conhecimento e sabedoria* - o primeiro é *coisa morta*, o segundo é *constante movimento* - também mostra pressupostos interessantes. Conhecimento e sabedoria são diferentes, um do outro. Morte e movimento encontram-se em oposição, aqui. A outra oposição é entre vida e mente. No que diz respeito à direção em que se movem, vida e mente são distintas uma da outra. O pressuposto implicado é que as duas se movem. Parece contraditório com o dito anterior, na medida em que vida e mente, se

movimento, associam-se à sabedoria. Entretanto, dado que ... *aos poucos, a mente fica completamente fechada em si mesma*, é de se supor que a mente vai perdendo, *aos poucos*, seu movimento. Agora associa-se ao conhecimento e à morte. Neste sentido, mover-se em direção ao passado (*a mente*) parece acarretar ficar completamente fechada em si mesma e, com isso, seguindo essa mesma ordem, redundar em morte.

É de se notar a multiplicação dos efeitos de desconhecimento presentes nesses ditos, construídos a partir de uma intrincada rede de pressupostos, de tal ordem que se pode apontar a fragilidade da argumentação assim construída. Esta parece comportar contradições e ambigüidades a ponto de quase esgarçar o tecido discursivo. Assim, ao enunciado ...*a mente até mesmo fica temerosa de ver o que a vida é. A vida é constantemente uma ressurreição. A cada momento ela morre, a cada momento nasce de novo*, correspondem pressupostos vários, tais como o da existência de uma mente personificada, que *fica temerosa* e é capaz de *ver*. Estamos, evidentemente, diante de recursos de linguagem cuja função conotativa possibilita aproximar, pela analogia, idéias que se definem uma pela outra. Isso não impede, entretanto, que se aponte, pela análise, no enunciado *A vida é constantemente uma ressurreição* o fato de a ressurreição ser objeto [ou pelo menos herança cultural] do cristianismo, no contexto cultural em que se insere tal discurso. Assim, a mente teria medo de ver a ressurreição.

Vida também tem um conceito personificado aqui. E mais: é uma metáfora sugestiva de uma associação à figura de Cristo, uma vez que, pelo enunciado, a própria vida é capaz de morrer e renascer. Segundo o dogma cristão, Cristo morreu e nasceu. Além disso, se seguirmos a lógica discursiva introduzida no enunciado anterior (*o conhecimento é uma coisa morta, acumulada; o saber é um constante movimento*), a vida tanto pode ser conhecimento quanto pode ser sabedoria, uma vez que ela tanto morre quanto nasce de novo.

Há, na sequência, várias prospecções, verdadeiros vaticínios, a respeito do que acontecerá ao leitor (*você*), dado que *você prossegue levando a mente velha*. Assim, é como se o interlocutor a quem se dirige o enunciador já soubesse e compartilhasse de tais concepções sobre a vida e a mente; e apesar disso (*Mas*), teimasse em continuar *levando a mente velha*. No que isto implica? Implica que *Você*

não se ajustará a lugar algum. Eis aqui um vaticínio, acompanhado da pressuposição de que há um ajustamento a ser realizado.

Mais uma vez observamos como o locutor-enunciador coloca-se na posição de quem sabe o que ocorre com o co-enunciador e convoca-o, ao mesmo tempo, (*você o sabe*) a ocupar uma posição de alguém que não se ajusta e sabe disso. A pressuposição é de que é preciso ajustar-se (adequar-se? adaptar-se?) a algum lugar, a alguma pessoa. Repete-se, pelo discurso, o processo de apropriação de uma verdade sobre o sujeito de quem/a quem se fala (pelo uso do modo verbal indicativo, assertivo, afirmativo). Há um grande emaranhamento de pressupostos. O sujeito é portador de problemas (*Onde você estiver, há algum problema*). A indicação de algo que *está sempre faltando, falhando* mostra a pressuposição de existência de um momento em que não há falta ou falha. [Será que se pode pensar que este sujeito está sendo posto no lugar de alguém portador de um defeito?] E este momento parece ocorrer quando advém a *harmonia*, que *nunca vem dos ... relacionamentos* e, sim, por consequência, de outra fonte. A idéia de harmonia parece estar estrategicamente colocada como a possibilidade de sanar os problemas e preencher as faltas. Assim, podemos apontar a pressuposição de seu valor, para um sujeito com problemas. Uma vez que ela *só é possível se você for um fenômeno que flui*, o pressuposto é que *você não é um fenômeno que flui*. Se quiser ter harmonia, deverá fluir.

Se por um lado a natureza comparece como a doadora da raiva, do cordão umbilical, da vida, por outro, não se é responsável por se ter raiva. Quando se enuncia, em seguida, que *a sociedade é contra ela*, (a ira - a raiva) e *manda que seja reprimida*, o pressuposto é que há quem obedeça à sociedade. Assim também, no enunciado seguinte, pressupõe-se uma obediência à sociedade, ao se suprimir a ira: *E quando você suprime a ira, muitas outras coisas serão suprimidas também, porque tudo está inter-relacionado no seu ser interior*. Já que não se discriminam as *muitas outras coisas que serão suprimidas*, supomos que o destaque recaia sobre o ato de suprimir. A supressão parece, então, ser algo que não se deve fazer. Suprimir e expressar são colocados em oposição, quanto à sua função, mas são semelhantes quanto a seus efeitos: são apresentadas como ações que reverberam muito além da supressão ou da expressão de uma só coisa (*milhões são expressas; milhões são suprimidas*). Aponte-se também o pressuposto da existência de uma interioridade

do/no sujeito, lugar onde tudo está inter-relacionado (*tudo está inter-relacionado no seu ser interior*).

No enunciado seguinte, onde lemos: *É assim que se move o círculo vicioso no mundo*, observamos novos efeitos de desconhecimento, quanto à posição ocupada, no discurso, pelo enunciador. Ou ele também se encontra no *círculo vicioso no mundo* e, portanto, repete o padrão que descreve, ou ele se encontra fora disso, num lugar que não se explicita de imediato, mas que é o lugar de onde se pode observar - e descrever - a forma *como se move o círculo vicioso*. Este lugar deve ser, pela lógica de tal discurso, *fora* do mundo.

Um outro enunciado, mais à frente, também mostra seus implícitos: *A toda criança são dados muitos, muitos preconceitos*. Tais preconceitos, alguém os dá. Observe-se a ênfase na idéia de que se dá em excesso, novamente (*muitos, muitos*), sugerindo que os preconceitos também fazem parte do que pais e/ou outros cuidadores deram ao recém-nascido e que ele não precisava.

Observamos, em grande parte do texto que se segue, a repetição de quadros enunciativos que já analisamos. Assim, em *Amor, meditação, oração, respiração consciente, são compromissos profundos; e quem tem medo do comprometimento?*, podemos observar novamente o tom doutrinário, agora mais explicitamente de ensinamento religioso (*amor, meditação, oração, respiração consciente*), de que se reveste o discurso. Assinale-se a inclusão da *respiração consciente* como valor equivalente ao amor, à meditação e à oração. Note-se, adiante, em *Você não pode se encontrar, a não ser que se perca. E não pode renascer, a não ser que morra*, como o enunciado adquire uma tonalidade discursiva de ensinamento espiritual, semelhante aos ensinamentos cristãos.

Já quando o enunciado é *Em algum lugar, no inconsciente, a mente tem um mecanismo profundo. Ela sente que deve existir dois caminhos; como entrar e como sair. Não, não existem dois caminhos. É o mesmo: pela mesma porta você entra e pela mesma porta você sai. E se compreender como entrou, poderá compreender como sair*, o movimento do discurso parece começar a se modificar, conservando ainda o tom doutrinário mas assumindo uma tonalidade mais argumentativa, valendo-se, inclusive, de conceitos psicológicos (*inconsciente; mecanismo profundo*). No entanto, a mente continua aparecendo personificada. Ela sente, por

exemplo. Por outro lado, no enunciado seguinte, retorna o discurso pedagógico, ensinando como fazer: *Assim, quando você ficar zangado, apenas preste atenção em como está entrando nisso. Passo a passo, devagar, preste atenção e, de repente, ficará iluminado! Essa é a situação de todos.*

Continuando a descrição do que seria *a situação de todos*, lemos que *Você entrou na vida. Agora está se debatendo aqui e ali sem saber como escapar, para onde escapar.* O uso dos verbos e expressões como *se debatendo* e *sem saber como escapar*, sugere a imagem de um aprisionamento. Pressupõe-se existir um espaço do qual se precisa escapar.

A partir do enunciado *Esta técnica de respiração nada mais é do que...* verificamos o retorno a um discurso descritivo/explicativo acerca do renascimento - que identificamos como o referente do enunciado, muito embora o longo período em que o discurso foi desenvolvido como uma preleção, um discurso doutrinário, sem mais referir-se diretamente ao título e tema inicial. É de se notar como o emprego do demonstrativo *Esta*, sugerindo que a referência estaria relacionada a um dito imediatamente anterior (*Esta técnica de respiração*) marca essa mudança na ordem discursiva. Observe-se, ainda, que embora não haja referência explícita ao renascimento nesse período do texto, é ele, o renascimento, que está sendo definido como uma técnica de respiração, desde o início do texto. Tomemos como hipótese que o longo trecho que separa essa última explicação sobre o renascimento das outras enunciações de mesma natureza tenha constituído o corpo doutrinário que sustentaria não só a própria prática do renascimento como o discurso de especialista a que nos referimos anteriormente, em virtude da formação peculiar da entrevistada. Assinale-se, também, que - num movimento contraditório, mas complementar - é nesse trecho do discurso que comparece uma expressão recorrente em outros textos: *nada mais é*, a sugerir ser o renascimento algo simples, banal; despojado, talvez, de qualquer aura mística. Assim despojado de qualquer conotação mística, o discurso doutrinário que sustentaria e justificaria o renascimento constituiria, ele mesmo, um discurso simples e acessível a qualquer um que o desejasse, na forma de ensinamentos de vida.

Podemos ainda apontar que, no trecho em que se lê: *Você pode reviver todo o filme para trás, pode recuar até a infância e depois recuar até o útero materno. E então chega o momento em que você vê a primeira coisa: como entrou no útero. Seu*

pai e sua mãe apenas criaram uma situação, e nessa situação, você entrou. A janela estava aberta – você entrou. Ela é a mesma para sair, encontram-se várias figuras de linguagem que parecem servir à construção de efeitos discursivos nem sempre reconhecidos pelo locutor-enunciador: Em *reviver todo o filme para trás*, o que está sendo substituído pelo filme é a vida passada do sujeito. No entanto, voltar-se para o passado foi associado, em enunciados anteriores, a uma postura não desejável, vinculada à mente - velha, trapaceira, fechada, coisa morta. Ademais, *recuar até a infância e depois até o útero materno* e, além disso, *então chega o momento em que você vê a primeira coisa: como entrou no útero*, configura uma cena no limite da comicidade; seja pela ausência de verossimilhança, seja por operar no limite das leis do discurso, quase a transgredi-las - já que, até então, presumimos estar diante de um discurso que não se pretende cômico. Assim, tomado em sua perspectiva de dito, explicitado no enunciado, o ato de *ver a primeira coisa: como entrou no útero* corresponderia a visualizar tal momento. É possível deduzir-se disso que aquilo que o sujeito veria, então, seria a cena originária de sua concepção, o ato sexual de seus pais - a não ser que se suponha uma outra forma de se entrar no útero, suposição só possível se aceite algum princípio mágico, que dê como possível tal hipótese. Estamos aqui no campo dos subentendidos que cada enunciado pode produzir, deixando ao co-enunciador a tarefa de deduzir os desdobramentos que apenas são sugeridos pela enunciação. [E isso vale tanto para a análise do texto quanto para o texto da análise] É assim que, seguindo essa lógica discursiva, apresentam-se os pais como os que *apenas criaram uma situação*. Sugere-se haver, aí, uma intencionalidade advinda de um terceiro, no caso o próprio filho, no sentido de se aproveitar da situação criada pelos pais. Esta é descrita pela metáfora de uma janela que se encontrava aberta.

Examinemos agora um outro momento enunciativo: *Aprendemos que respirar rapidamente não necessariamente induz à hiper-ventilação (medicamente descrita como respiração tão profunda que tem uma perda de dióxido de carbono no sangue); observamos que, independente do ritmo da respiração, relaxar na presença de um renascedor pode produzir a síndrome. Elevar a respiração, desde que a respiração esteja relaxada, elimina os elementos da síndrome completamente. A respiração rítmica é puxar inspiração e relaxar na expiração numa continua*

sucessão de forma que a inspiração esteja conectada com a expiração; a chave é relaxar no formigamento ou desconforto.

Observa-se neste período o emprego de verbos na primeira pessoa do plural (*aprendemos, observamos*), pela primeira vez em todo o texto. Destaque-se que são introduzidas referências ao renascimento até então não mencionadas, como *hiperventilação, síndrome, respiração rítmica, formigamento, desconforto*, construindo-se um quadro enunciativo sugestivo de um discurso para “iniciados”, uma vez que o(s) elemento(s) a que se referem não podem ser deduzidos sem um conhecimento prévio, e pressuposto, da situação a que se referem. Dessa maneira, é de se supor que o uso do verbo na primeira pessoa do plural insere, no discurso, um outro grupo de interlocutores - diferente do você-leitor, que até então era o interlocutor preferencial - e que já experimentou o processo de renascimento. Observe-se, além disso, que no grupo introduzido nesse parágrafo incluem-se os enunciadores, necessariamente.

Nos parágrafos seguintes encontramos novamente uma organização discursiva em que a exortação joga um papel importante, como é o caso do enunciado *E lembre-se: só a desilusão pode prepará-lo para o passo seguinte...etc.* Estamos novamente diante de enunciados construídos em forma de ensinamentos, em que há o recurso a proposições do tipo *se...então*, imitando a lógica proposicional do discurso técnico-científico, mas substituindo a informação de dados empíricos por figuras de linguagem (*se você está absolutamente desiludido com a vida que tem vivido, com sua maneira de ser, então quase a metade da viagem está feita*), e dirigindo-as à experiência subjetiva de cada um que se ponha no lugar de leitor.

No período seguinte podemos ainda observar a ocorrência de enunciados em que a pressuposição de existência de uma interioridade do sujeito reaparece, sustentando a argumentação central (*o ser humano vive do interior para o exterior*): *As causas do seu sofrimento são internas. Externas são apenas as desculpas. Você poderá mudar o exterior, mas nada se alterará se o interior permanecer o mesmo.*

Quase no final do texto, encontramos um enunciado que faz referência à relação entre a técnica do renascimento e a psicologia: *O Renascimento não é uma psicoterapia porque o conteúdo das emoções vivenciadas não são analisadas.* Em que pese o erro gramatical de concordância nominal (*o conteúdo...não são*) a organização discursiva não altera o sentido que toma o enunciado, quanto à

pressuposição do que (se) faz (n)uma psicoterapia: analisa-se o conteúdo de emoções vivenciadas ou, respeitando a ambigüidade gerada pelo erro de concordância, analisam-se as emoções vivenciadas. A psicoterapia seria, assim, uma análise de conteúdo, o conteúdo emocional, ou uma análise de emoções.

O último parágrafo ainda introduz uma novidade. Temos aí o resumo do que foi dito ao longo do texto. (*Tudo que estou realmente dizendo é que...*). No entanto, dada a fusão de vozes que já assinalamos desde o início como componente fundamental dessa tessitura discursiva, a introdução de um “eu” que se está responsabilizando pelo enunciado (*estou*), ao contrário de identificar claramente seu responsável, parece apontar, mais uma vez, a semelhança de posições enunciativas ocupadas pela revista, pela entrevistadora e pela entrevistada. Por outro lado, enunciar *as pessoas terão...* deixa clara a separação feita entre o(s) enunciador(es) e esse outro grupo. Dessa maneira, o interlocutor singular e particularizado (*você*), a quem se dirigiu o discurso, sempre no limite entre o gênero educacional (preleção) e o sermão religioso, parece agora mostrar-se mais que um, na medida em que se aproxima da posição ocupada pelo grupo *as pessoas*.

Embora tenhamos destacado, na análise, apenas alguns trechos do texto, julgamos ter apontado sua organização mais global. Importa-nos ressaltar, para efeitos de análise, o fato de ser um discurso que se vale de conceitos psicológicos/psicanalíticos (*ego, inconsciente, trauma, subconsciente...*), mas que, ao mesmo tempo, não se diz nem se propõe como psicoterapia, justificando-o com base numa concepção determinada do que se constituiria como tal (por oposição ao fato de o renascimento não analisar *o conteúdo das emoções vivenciadas*). No entanto, é artigo publicado numa revista de psicologia, cujos editores identificam-se como psicólogos... e terapeutas alternativos.

Em poucas palavras, talvez se possa dizer que, neste texto, o interlocutor é colocado numa posição de admitir ou rejeitar cada proposição do enunciador, que fala a seu respeito, a partir da posição de quem detém um conhecimento sobre o outro, desconhecido por este. Não nos esqueçamos, porém, que o artigo que estamos analisando foi publicado numa revista de psicologia. O público leitor seria constituído, supostamente, de psicólogos e interessados na área. A se considerar a hipótese de se ter uma parcela do público leitor entre os próprios psicólogos, é de se

perguntar a partir de que concepção de psicologia se está falando a esse público. O que vemos, ao longo do texto, parece construir uma relação discursiva essencialmente assimétrica entre enunciadores e co-enunciadores, com a prevalência de enunciados categóricos a respeito do leitor, seu passado, suas atitudes, suas dificuldades. Isso nos parece bastante distante da interlocução entre profissionais de áreas que, por vezes - de um lado ou de outro - se dizem afins (Psicologia e práticas alternativas).

ALT-TEVEP/sd

FONTE: Site da Sociedade Brasileira de Terapia de vida Passada, na Internet - <http://www.sbtvp.com.br> .Edição: não consta .

SEÇÃO: não consta.

TÍTULO: O que é TVP (Definição "O que é TVP", sobre o conceito de Terapia de Vida Passada de acordo com a Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada)

AUTOR: não consta

(Definição "O que é TVP", sobre o conceito de Terapia de Vida Passada de acordo com a Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada)¹

A Terapia de Vida Passada, de acordo com a SBTVP, é uma abordagem psicoterápica que tem como princípio teórico básico a hipótese científica da reencarnação e utiliza a regressão de memória como a técnica base de tratamento. O tema da reencarnação sempre é abordado como objeto de estudo de vários cientistas renomados nesse meio, não tendo absolutamente quaisquer² ligações com aspectos místicos ou religiosos.

A Terapia de Vida Passada admite também (como outras formas de psicoterapias) a existência de um inconsciente, com um conceito que transcende aos estudados até agora e que, quando bem acessado pela técnica de regressão de memória, permite levar o paciente a entrar em contato com lembranças quer relacionadas a fatos da vida atual, quer relacionadas a existências pregressas do mesmo e que tenham estreita ligação com seus problemas psíquicos e/ou somáticos do momento presente. Esse acesso é possível pela criação de um estado alterado de consciência, mas sem a necessidade do uso da hipnose.

De acordo com a SBTVP, partimos do pressuposto de que há quatro princípios fundamentais que são a base de nossos problemas atuais:

- 1.fatos traumáticos não resolvidos*
- 2.o conceito de caráter em TVP*
- 3.o conceito de padrões e contra padrões de comportamento*
- 4.o conceito de "presenças" em terapia*

Esses conceitos norteiam a sessão de TVP, que é constituída de três partes:

- levantamento do problema*
- a compreensão das causas do mesmo (através da utilização da técnica de regressão de memória)*
- utilização de técnicas de reprogramação, que geram a mudança efetiva na problemática do cliente*

A TVP contém indicações e contra-indicações que devem muito bem ser observadas pelo profissional que dela faz uso (sempre um psicólogo ou médico qualificado, exigindo-se de ambas as categorias uma formação específica em cursos de formação condizentes com a seriedade que o tema requer).

Concluindo, é necessário que todos nós, que trabalhamos com a doença mental em toda sua abrangência, estejamos atentos a um novo paradigma que está surgindo nesse final de século, onde a inclusão do aspecto espiritual (transcendente

¹ Obtido em <http://www.sbtvp.com.br> [15.10.1999]

² Conforme original.

em tempo e espaço) se faz necessária. Não se pode negar que, ao lado de brilhantes descobertas e brilhantes estudiosos na área da compreensão humana, muito ainda está por fazer. A cura ou alívio das dores de nossos clientes deve ser nosso objetivo maior enquanto "curadores da alma". Certamente esse também é o maior objetivo da Terapia de Vida Passada

ANÁLISE

(Definição "O que é TVP", sobre o conceito de Terapia de Vida Passada de acordo com a Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada)

A Terapia de Vida Passada, de acordo com a SBTVP, é uma abordagem psicoterápica que tem como princípio teórico básico a hipótese científica da reencarnação e utiliza a regressão de memória como a técnica base de tratamento.

Verifica-se que o enunciado que abre o texto confirma o que se anunciava no título: apresenta-se uma *definição do conceito de Terapia de Vida Passada*. A definição oferecida é apresentada *de acordo com a Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada* que se torna, assim, a responsável pelo enunciado. É de se perguntar, talvez, que relação institucional pode haver entre o locutor (o responsável pela apresentação do texto) e o(s) enunciador(es) - neste caso, a Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada - uma vez que o texto figura no site oficial da própria Sociedade, na Internet.

Outro aspecto a ser notado, logo de início, refere-se ao uso de uma terminologia técnico-científica: *abordagem psicoterápica; princípio teórico; hipótese científica; técnica base; tratamento*. Essa estratégia discursiva parece ser o recurso que possibilita ao enunciador apresentar a crença na reencarnação como hipótese científica. O período seguinte confirma essa tendência: *O tema da reencarnação sempre é abordado como objeto de estudo de vários cientistas renomados nesse meio, não tendo absolutamente quaisquer ligações com aspectos místicos ou religiosos*. Ao estatuto de cientificidade atribuído à reencarnação no enunciado anterior agrega-se agora sua condição de ser *tema e objeto de estudo de vários cientistas*. Estes, embora qualificados como *renomados*, não são identificados, muito menos nomeados. Também o uso do pronome - *vários* - conserva o caráter de indefinição do enunciado; assim, por um lado afirma-se haver cientistas que fazem da reencarnação seu objeto de estudo e, por outro, ocorre uma espécie de

descomprometimento do locutor em relação a seu enunciado, pela indefinição do quadro enunciativo que apresenta a esse respeito. A expressão *nesse meio* também não explicita claramente se a referência é ao meio reencarnacionista ou ao meio científico. Tal ambigüidade parece servir, entretanto, à ligação - subentendida - entre a reencarnação e a ciência, tal como já sugeria o enunciado anterior. Essa ligação, mais explicita aqui (*O tema da reencarnação sempre é abordado como objeto de estudo de vários cientistas renomados nesse meio...*), parece servir, por sua vez, como o argumento para a enunciação seguinte: *...não tendo absolutamente quai[s]quer ligações com aspectos místicos ou religiosos*. Aqui, o que se verifica é a explicitação da condição atribuída à reencarnação, nesse discurso: ela se liga à ciência e não tem qualquer ligação com misticismo ou religião.

Quando *A Terapia de Vida Passada* admite também (*como outras formas de psicoterapias*) *a existência de um inconsciente*, ela o faz *com um conceito que transcende aos estudados até agora*. Se o ato de admitir *também ... a existência de um inconsciente* - como outras psicoterapias o fazem - coloca, pelo discurso, a *Terapia de Vida Passada*³ entre as psicoterapias, fazê-lo *com um conceito que transcende...* aponta seu lugar diferenciado entre elas (as psicoterapias) e a forma (*com um conceito*) diferenciada (*que transcende...*) como ocupa este lugar. Ora, transcender é, já, ir além do que está posto. Transcender conceitos *estudados até agora* implica se colocar, dessa forma, no lugar dos mais recentes estudos e, talvez, melhores, na medida em que transcender pode assumir também o sentido de "ser superior a".⁴

O próprio enunciado, em sua seqüência, revela-nos a concepção de inconsciente de que se vale a TVP: é um inconsciente ao qual se pode ter acesso (*quando bem acessado*), pela regressão de memória, e que - quando observadas essas condições - leva o paciente a *entrar em contato com determinadas lembranças*. Abramos parênteses para o assinalamento do pressuposto implicado neste enunciado, no que diz respeito ao inconsciente ser tomado como um lugar ao qual se pode, ou não, ter acesso (*acessado*) e neste sentido se constituir, também, como um depósito de lembranças. (*...permite levar o paciente a entrar em contato com lembranças...*).

³ Passaremos a usar a sigla TVP, ao nos referirmos à *Terapia de Vida Passada*.

⁴ Cf. Ferreira (1977), p. 1397

Observamos, entretanto, que não são lembranças quaisquer: embora possam ser *relacionadas a fatos da vida atual* ou *relacionadas a existências pregressas*, elas devem ter *estreita ligação com* seus [do paciente] *problemas psíquicos e ou somáticos do momento presente*.

Destaquemos, agora, alguns importantes pressupostos implícitos nesse enunciado e seus desdobramentos. Dois deles referem-se às *lembranças... relacionadas a existências pregressas*; se se pode ter lembranças dessas existências pregressas, estamos diante de um fato certo: a existência delas. Ora, se até então a reencarnação comparecia como uma hipótese, aqui é necessário, seguindo a ordem do próprio discurso, que ela seja certa - caso contrário as *lembranças* não podem ser tomadas como tal. Neste sentido, a própria idéia de *lembranças* implica o pressuposto de que sejam lembranças - e não um outro tipo de produção/formação consciente/inconsciente - que ocorram ao paciente submetido à técnica de regressão de memória. Junte-se a isso o enunciado que diz que o que possibilita o acesso ao inconsciente *é a criação de um estado alterado de consciência*. Este estado, do qual só podemos deduzir, pelo enunciado, que é criado como um dispositivo para possibilitar a regressão, é obtido, por sua vez, *sem a necessidade do uso da hipnose*, à qual se faz uma ressalva explícita (*mas sem*). Subentende-se, aqui, que a hipnose não é reconhecida como recurso passível de ser incluído nos procedimentos da TVP; esta alinha-se e identifica-se à ciência e procura se afastar de qualquer conotação mística ou religiosa, como já vimos anteriormente. Outra vez, no entanto, não se definem os procedimentos de que efetivamente se utiliza; pelo contrário, seu dispositivo terapêutico é enunciado como *a criação de um estado alterado...*, mantendo-o, assim, no campo da indefinição. Continuamos sem saber, portanto, como se procede, neste caso, para criar um estado alterado de consciência e, mesmo, de que estado alterado se trata.

Observamos, no período seguinte, um bom exemplo de que o fato de se dizer que se parte de pressupostos não implica prescindir deles para construir o discurso, uma vez que todo dito traz, consigo, seus implícitos. Assim, quando o enunciado é: *De acordo com a SBTVP, partimos do pressuposto de que há quatro princípios fundamentais que são a base de nossos problemas atuais*, o pressuposto aí mostrado não é o de haver *quatro princípios fundamentais que são a base de...* - isto é o que

está dito. O que está pressuposto é que temos problemas, necessariamente. Caso contrário, não se poderia enunciar que os *princípios...são a base de nossos problemas atuais*.

Há, por outro lado, neste mesmo período, uma construção organizada de tal maneira que marca um claro efeito de desconhecimento produzido pelo discurso e que acarreta consequências talvez bem distintas das intenções do enunciador. Observe-se que o enunciado diz: *partimos do pressuposto de que há quatro princípios fundamentais que são a base de nossos problemas atuais...* e os enumera. É interessante notar como se confundem, na enumeração enunciada, experiências subjetivas (*fatos traumáticos não resolvidos*) e conceitos (*de caráter; de padrões e contra padrões de comportamento; de "presenças" em terapia*). São esses os *quatro princípios fundamentais* pressupostos por aqueles adeptos da TVP que estejam de acordo com a definição enunciada pela Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada (*De acordo com a SBTVP, partimos do pressuposto de que há...*). Mas são esses mesmos pressupostos *que* constituem a base de nossos problemas atuais. Observe-se aqui, como o simples emprego de um pronome relativo (*quatro princípios fundamentais que são...*), modaliza o sentido da segunda oração, subordinando-a à primeira. Assim, o efeito desconhecido que surge do próprio enunciado constitui uma ironia quanto aos princípios que fundamentam a prática da TVP, uma vez que eles *são a base de nossos problemas atuais*. Vemos também que, se no primeiro caso, a restrição imposta pelo modalizador *De acordo com...*, sugere que somente os que estão de acordo *com a SBTVP* é que partem *do pressuposto de que...*, no segundo caso, *nossos problemas atuais* refere-se a um "nós" que inclui todos nós, todos temos problemas - incluindo-se aí também o grupo anterior, dos terapeutas de vida passada.

Além disso, trauma (*de fatos traumáticos*), *caráter* e *padrões de comportamento*, embora não sejam conceitos explicitados no texto, constituem uma categoria conceitual que se aproxima daquela usada em psicologia e/ou psicanálise. Essa aproximação constitui, também, uma estratégia discursiva que parece sugerir a confirmação da TVP no campo das psicoterapias. *Contra padrões* parece pertencer a uma outra categoria, que também não é explicitada. Quanto ao conceito de "presenças" em terapia, só podemos subentender que se trate de uma outra categoria,

aproximada do misticismo, a partir do índice criado pelo uso das aspas. É de se supor que, se entre aspas, não se trata de indicar a óbvia presença do terapeuta e do paciente, numa sessão de terapia. Não temos, entretanto, outros índices que nos permitam apontar um uso lingüístico - e por isso um sentido - mais preciso para tal conceito.

Seja como for, são esses os conceitos que, segundo o enunciado, *norteiam a sessão de TVP*. Esta é, por sua vez, *constituída de três partes*. Na apresentação de cada uma dessas partes, observamos implícitos que podemos apontar. No que diz respeito ao *levantamento do problema*, o pressuposto aí mostrado é o da existência de algum problema. O que se pode perguntar refere-se ao momento de surgimento desse suposto problema (ou problemas), uma vez que tanto ele pode ter sido gerado antes, quanto no momento mesmo de seu levantamento; o enunciado não explicita tal condição. Mas essa mesma pressuposição sustenta o que é dito da segunda parte da sessão de TVP. Este implica, por sua vez, o pressuposto de que o problema pode ser (ou será) compreendido em suas causas (*compreensão das causas do mesmo*) - e a regressão de memória é o que o possibilita. Há, ainda, um outro implícito, mais sutil, no mesmo enunciado, relativo à suposição de que problemas têm causas localizáveis/localizadas no passado. Aqui podemos, então, supor que, se não for possível levantar problemas, a sessão de TVP não se constitui como tal. Neste caso, talvez seja de se perguntar de quem partiria a iniciativa quanto ao levantamento do(s) problema(s): paciente ou terapeuta?

A terceira parte que, segundo o enunciado, constitui a sessão de TVP reafirma a pressuposição de existência de problemas: há uma *problemática do cliente*, que se supõe poder ser modificada, por intermédio de *técnicas de reprogramação*. Desta forma, parece-nos possível afirmar que a pressuposição da existência de problemas é elemento fundamental na constituição da TVP. Veja-se como, ainda que por um efeito de desconhecimento produzido na própria ordem discursiva, *problemas* é um termo que figura junto aos quatro princípios fundamentais, tanto como seu referente (*são a base de nossos problemas atuais*) quanto na condição de um dos elementos enumerados como *conceitos que norteiam a sessão de TVP*. Neste sentido, é de se atentar, também, para o fato de que o primeiro princípio enumerado (*fatos traumáticos não resolvidos*) distingue-se dos outros três. Enquanto estes parecem ser

conceitos que fundamentariam a própria técnica, o primeiro refere-se a vivências de um sujeito, necessariamente suposto como portador de problemas.

Se toda a constituição da TVP depende de que existam problemas a serem tratados/compreendidos, quando lemos que *A TVP contém indicações e contra-indicações* é de se supor que sua indicação ou não indicação deva se relacionar, de alguma maneira, ao *levantamento* de uma *problemática do cliente*. Assim considerada a lógica desse discurso, parece-nos perfeitamente dedutível a idéia de que haja os que sejam/estejam habilitados para o mister de identificar tais problemas. É o que verificamos, na seqüência do enunciado: indicar ou contra-indicar a TVP é tarefa de profissionais psicólogos ou médicos. É interessante observar o movimento discursivo com que se vai construindo uma cenografia específica à TVP, atividade agora claramente atribuída a psicólogos ou médicos, exclusivamente. Essa exclusividade se pode apontar no que está posto no enunciado: *...o profissional que dela [TVP] faz uso...sempre um psicólogo ou médico...* E mais: estes devem estar *qualificados* para a tarefa. Assim, parece não ser qualquer um capaz de aplicar a *técnica da regressão de memória*, de forma que *o inconsciente seja bem acessado*, conforme se indica em enunciados anteriores - e talvez por isso mesmo o *levantamento do problema*, como mencionado, não seja, então, tarefa do paciente. Ainda a título da qualificação profissional para a atividade, exige-se dos profissionais mencionados *uma formação específica em cursos de formação condizentes com a seriedade que o tema requer*. Refira-se este *tema* à reencarnação ou à terapia de vidas passadas, o caráter de seriedade a ele atribuído parece ser reafirmado pela exigência de qualificação dos profissionais envolvidos. Assinale-se, porém, que não há menção alguma que identifique quem faz a exigência, a forma como a faz, ou mesmo o teor do que se enuncia exigir como *formação específica*. Observa-se, mais uma vez, o recurso a uma estratégia discursiva que sugere a inserção da TVP entre práticas terapêuticas cuja seriedade se afirma por intermédio da qualificação de seus agentes mas que, por outro lado, mantém numa região de indefinição os termos com que propõe essa qualificação (*uma formação; em cursos de...*)

No último parágrafo do texto encontramos uma seqüência enunciativa que, ao tempo em que explicita o lugar institucional atribuído/ocupado pela TVP (desde o início apresentada como prática psicoterápica), apresenta implícitos que, encadeados,

constróem uma cenografia específica muito particular a tal atribuição/ocupação. Vejamos a sequência. Primeiramente, lemos que *é necessário que todos nós, que trabalhamos com a doença mental em toda sua abrangência estejamos atentos...* Ora, os elementos integrantes do grupo *todos nós*, parecem ser, principalmente, médicos e psicólogos - uma vez que já foram antes discriminados como aqueles que possuem a qualificação necessária para indicar ou não a TVP. No entanto, *todos nós* parece ser um conjunto maior do que o formado por tais profissionais, com a restrição: *todos nós, que trabalhamos com a doença mental*. Se não são apenas médicos e psicólogos os que trabalham com a doença mental, há, por outro lado, uma segunda restrição, que particularizaria ainda mais o grupo: *todos nós, que trabalhamos com a doença mental, em toda a sua abrangência*. Não é claro, entretanto, o sentido desta última oração: não podemos discriminar, pela construção do enunciado, se a abrangência é propriedade (atributo) ou objeto da doença mental. Em outras palavras, se a referência é à doença mental, *em toda a sua abrangência* ou ao trabalho de todos nós, *em toda a sua abrangência*. Sendo assim, a possibilidade de especificação do grupo "todos nós" é prejudicada pela ambigüidade produzida pelo próprio enunciado. Sabemos, outrossim, que é a uma parcela dos profissionais que trabalham com a doença mental - ainda que não determinada - que se dirige(m) o(s) enunciator(es) e que nesta parcela ele(s) também se inclui(em).

Enquanto o dito do enunciado é o de que *estejamos atentos a um novo paradigma que está surgindo nesse final de século*, seu implícito é o pressuposto de existência de paradigmas que podem ser identificados e qualificados (*um novo*), desde seu surgimento (*está surgindo* / *nesse final de século*). Atente-se, mais uma vez, para o uso do artigo indefinido (*um novo*) como recurso enunciativo que, ao tempo em que afirma a ocorrência de um evento, não fornece maiores detalhes sobre ele. Situa-o, por outro lado, temporalmente (*nesse final de século*), para enunciar, em seguida, que *a inclusão do aspecto espiritual ... se faz necessária*. Também aqui não se explicita o lugar ou situação em que é necessário incluir o aspecto espiritual. Seja onde for, ao se afirmar a necessidade de sua inclusão, pressupõe-se que ele se encontre excluído. Subentendido que tal inclusão deva ocorrer no âmbito das práticas de atenção à saúde mental (*nós, que trabalhamos com a doença mental...estejamos atentos...*), subentende-se, por decorrência, que seja este

o âmbito do qual o espiritual encontra-se excluído. Assim, à estratégia discursiva, recorrente no texto, de aproximar a TVP de práticas científicas, qualificadas, sérias, etc..., agrega-se um elemento presente também em outros discursos analisados até aqui: a idéia de surgimento de um *novo paradigma, neste final de século*.

Isso é o que parece justificar a enunciação de Não se pode negar que.... muito ainda está por fazer - embora se reconheçam *brilhantes descobertas e brilhantes estudiosos na área da compreensão humana*. Observe-se a forma como é introduzido o enunciado (*Não se pode negar que...*). O pressuposto evidente aí é o da possibilidade de haver alguém que negue ou tente negar que *muito ainda esteja por fazer*. Podemos nos perguntar se não seria a esses - os que negariam a negação do enunciado - que se dirige o locutor/enunciador, de maneira especial. É interessante observar como, ao vincular o *muito que está por fazer* à *área da compreensão humana*, o enunciado coloca aqueles que possível e pressupostamente podem negar a assertiva em um lugar de ambigüidade em relação à compreensão humana. Negar que, nessa área, *muito ainda está por fazer* implica afirmar que já se tem feito o que se pode/deve fazer ou que não é muito o que ainda está por fazer. Assim, implica também admitir que há o que fazer e, além disso, que se saiba o que e o quanto está por ser feito.

Ora, se a *muito ainda está por fazer* pode-se opor a idéia de um trabalho terminado, os que podem ou desejam negar tal enunciado estarão ocupando o lugar dos que ou já terminaram seu trabalho ou, pelo menos, estão satisfeitos com o que fazem. Porém, dado que o enunciado refere-se ao muito que ainda está por fazer na área da compreensão humana, pode-se aventar a hipótese de não ser muito fácil declarar terminada uma tarefa dessas, sob o risco de se incorrer numa postura arrogante. Este parece ser o subentendido principal do que se enuncia sob a forma *Não se pode negar que...* e talvez seja, também, o que confere a essa fórmula enunciativa um caráter assertivo quase irrefutável; pois que como negar que - *na área da compreensão humana - muito ainda está por fazer*, sem adentrar o campo de uma discussão ética, ou moral, ou mesmo moralista?

Assim é que, por fim, faz-se um chamamento [de ordem moral?] aos "curadores da alma", que devem ter, como objetivo maior, *a cura ou alívio das dores de [seus] clientes*. *Curadores da alma*, entre aspas, parece fazer citação a um

referente não enunciado mas pressuposto como sendo do conhecimento do leitor, deixando subentender o sentido possível ao emprego desse recurso. [Quanto a isso, nossa hipótese é de que o enunciador faz referência à origem etimológica do termo “psicoterapeuta”, bastante conhecida no meio psicológico, em função da origem do próprio termo “psicologia” - estudo da psique. Como um dos sentidos atribuídos à palavra psique, de origem grega, costuma ser o de alma e terapeuta, o que cura, é de se supor que a referência seja a essa origem - controversa, na realidade. Isso porque psique também refere-se ao espírito, ou à mente, e terapeuta pode não ter o sentido preciso de curador mas, sim, de especialista na aplicação de alguma terapia - tratamento.]

De qualquer modo, estamos diante de pressupostos que apresentam o trabalho de psicoterapia e o trabalho na área de saúde mental como o trabalho de curar ou aliviar as (pressupostas) dores dos clientes. Dessa forma, uma vez enunciado que *Certamente esse também é o maior objetivo da Terapia de Vida Passada*, não há dúvidas que a mesma é colocada entre tais práticas. O que é de se notar é o fato de isso ocorrer pelo emprego de termos entre aspas, que parecem se referir a uma atividade profissional instituída e reconhecida com o nome de psicoterapia. Assim apresentado, “*curadores da alma*” sugere, por um lado, uma possível intenção do enunciador de retomar a idéia de psicoterapia a partir de seu suposto sentido original - de cura de almas - aproximando-a da idéia desenvolvida ao longo do texto, em defesa da reencarnação como hipótese científica e pela inclusão do aspecto espiritual nas práticas de atenção à saúde mental. Por outro lado, o uso dessa expressão sugere um distanciamento explícito da fórmula enunciativa do início do texto, em que se apresentava a TVP como uma abordagem psicoterápica, ou uma psicoterapia de caráter científico. Ela se converte, assim, pelo discurso de seus próprios agentes, em uma técnica de cura da alma - conceito este muito mais próximo do âmbito religioso que do científico.